

A photograph of a large, mature tree with a dense canopy of green leaves. Many long, white, fibrous roots hang down from the branches, some touching the ground. In the background, a white building with a series of dark rectangular windows is visible. The foreground is covered with fallen brown and yellow leaves.

# RA SOU CAN GO

Dez, 2025

# Karucango

REVISTA DE EXTENSÃO DO  
DEPARTAMENTO  
INTERDISCIPLINAR DE RIO  
DAS OSTRAS - RIR/UFF

RIO DAS OSTRAS, DEZ. 2025

**Catalogação na fonte. UFF / SDC / Biblioteca de Rio das Ostras.**

**R454** Revista Karucango / organizadores: Rai Soares *et al.*; editores: Turma de Oficina de Extensão II do Curso de Serviço Social; professora responsável: Rai Soares; capa: Nicole Oliveira. — Rio das Ostras: Universidade Federal Fluminense, 2025. 154 p.

Revista de extensão do Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras – RIR/UFF.

1. Extensão universitária. 2. Extensão universitária. 3. Universidade Federal Fluminense I. Universidade Federal Fluminense. II. Soares, Rai III. Iunes, Alexandra IV. Soares, Rai.

CDD 22.ed. – 361.3

# **CRÉDITOS**

## **Editores/Organizadores desta Edição**

Turma de Oficina de Extensão II (2025.2) - Curso de Serviço Social UFF/Rio das Ostras

Rai Soares (professora)  
Alexandra Chandre Iunes  
Anna Clara Silva de Souza  
Emile Merçulhão da Silva  
Larissa Teixeira Silva  
Laryssa Conceição de Oliveira  
Thiaço dos Santos Cosendey  
Ysis Cristhyelém de Oliveira Vieiro

## **Estudantes Colaboradores desta Edição**

Leticia Rafael Martins Rosa  
Igor Frossard Rimes

## **Comitê Editorial:**

Rai Soares  
Hayda Alves  
Susana Maia  
Kotia Marro  
Edson Teixeira  
Paula Sirelli  
Gabrielle Ferreira  
Suenya Cruz  
Bruno Teixeira  
Renata Cardoso  
Ramiro Dulcich  
Cristina Brites

## **Projeto Gráfico**

Alexandra Chandre Iunes  
Anna Clara Silva de Souza  
Rai Soares

## **Foto da Capa (raízes do Quilombo Machadinho)**

Autoria: Nicole Oliveira

# Sumário

## 11 Editorial

Seção Carolina Maria de Jesus | Extensão popular, comunicativa, anticapitalista, antirracista, antipatriarcal, anticapacitista e agroecológica

16 Notas sobre a política de extensão do Curso de Serviço Social e seu processo de curricularização

**Antoniana Defillipo | Renata Cardoso | Rai Soares**

18 Programas e Projetos de Extensão do Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras/RIR

35 Núcleos de Pesquisa e Extensão do RIR: NEABI; NEA-CHAIA e Núcleo Lutas Sociais e Classes Subalternas

43 Relatos de experiências e vivências extensionistas

## Seção Malês

53 A Extensão Universitária fazendo a diferença na inserção de alunos negros, indígenas e quilombolas, com a criação de espaços de trocas, saberes e vivências entre toda a comunidade acadêmica

**Laryssa Conceição de Oliveira | Emile Mergulhão da Silva | Thiago dos Santos Cosenney**

55 Extensão universitária e Educação Escolar Quilombola: práticas emancipadoras em territórios da Região dos Lagos, Norte Fluminense e Costa Verde do Rio de Janeiro

**Heloisa Cristina de Mello e Britto | Maria Raimunda Soares | Hayda Alves | Edson Teixeira | Jéssica Monteiro**

58 Ações extensionistas e suas contribuições para o combate ao racismo no campus da UFF de Rio das Ostras

**Vera Lucia Ferreira Sant Ana Nobre**

62 Experiências extensionistas: atravessamentos e implicações acerca do 1º Fórum de Educação Superior para Povos Indígenas e Quilombolas no Rio de Janeiro

**Jamyle Michely da Silva Alves | Laryssa Conceição de Oliveira | Mariana dos Santos dos Anjos**

# Sumário

66 Mais de 90% dos que foram mortos no Rio de Janeiro são contra a operação desenvolvida pelo estado: 2% não responderam, pois tiveram suas cabeças arrancadas. Por quê?  
**Edson Teixeira | Camilly Alves Ribeiro**

71 Territorialidade e ancestralidade: a extensão universitária e o fortalecimento da Resistência quilombola  
**Susana Maia**

72 Maria Joaquina: território vivo na Região dos Lagos

**Júlia Carvalho de Oliveira | Moon Ártemis Noronha | Talia Vivian Goes Nunes | Julia Gomes Faria**

75 Onde a terra fala e a história floresce: um retrato da formação e da trajetória e história do Quilombo Botafogo

**Ana Clara Castro de Almeida Hora | Ana Luiza Marins de Souza | Aline Gabriela Almeida Maghnane | Maria Eduarda Everton de Almeida**

78 Quilombo Machadinha: Memória, Território e Resistência

**Alexandra Hespanhol | Lara Marins | Karla Pereira | Wanderley Silva**

81 Universidade em resistência: UFF celebra a Semana Afro, Indígena e Quilombola

**Maria Eduarda Lima | Marina Brasiliense | Allana Tatagiba | Agatha Dias**

## Seção Margaridas de Carukango

91 As Margaridas do Carukango: o protagonismo das mulheres no combate à fome pelo caminho da agroecologia

**Lohanny Costa Salustiano Carvalho da Rocha**

95 Fortalecendo a Agroecologia na UFF: potencialidades da Extensão Popular na formação universitária

**Luanna Bennedito**

99 Contribuição extensionista ao debate da Instrumentalidade do Serviço Social na contemporaneidade

**Renata de Oliveira Cardoso | Filipe Jorge Benjamin | Juan Retana Jimenez**

# Sumário

103 Raízes que Ensinam: a extensão no PDS Osvaldo de Oliveira

**Gabriela Carneiro Velasco Souza | Julia Luciano de Melo | Maithe Torres Gevezier**

**Dutra Reis | Therezinha Lins de Souza**

109 O Clima está mudando - e a Universidade também: Extensão e Justiça Socioambiental rumo à COP 30

**Adriana Monteiro Anjos de Luna | Andryelle Brum Carrasqueira da Fonseca | Vanessa Dias Ribeiro**

114 Gênero em pauta na extensão

**Agatha Marina Santos de Souza | Anna Vitória Medeiros de Oliveira | Maria Luiza Caifero de Azevedo Coelho Leite | Maria Clara Tinoco Ribeiro**

## Seção Nega Pataxó

121 Agir em Saúde – A importância do cuidado da saúde mental dos adolescentes

**Gabrielle Gomes Ferreira | Gabriela Lima de Olivereia | Gabriel Franco | Filipi Correa, Laryssa Cavalcanti | Camilly Ribeiro | Jamyle Alves | Heloísa Abreu**

125 Construindo estratégias para o diálogo com adolescentes e jovens sobre a violência contra as Mulheres

**Ana Carolina Dielle | Dâmarys Soares | Lethícia Souza | Gabrielle Ferreira | Isabela Ramos | Paula Sirelli**

129 Reflexões para o trabalho com adolescentes - desafios contemporâneos para a construção de Respostas profissionais

**Juliana Gilio Guzzo | Bruno Ferreira Teixeira**

132 Memórias, experiências e narrativas sobre atenção à saúde de adolescentes tecidas junto ao Núcleo de Atenção à Saúde do Adolescente (NASA), Rio das Ostras/RJ

**Hayda Alves | Andrea Araújo Viana | Flaviana Pereira Bastos Nascimento | Paula Martins Sirelli | Eris Luna Moreira Greggio**

136 A adolescência em suas diferentes formas

**Ana Caroline Pereira dos Santos | Julia Souza e Silva Dantas | Ludmila Ignácio Peçanha | Rayssa Rocha Soares**

140 Mural extensionista

151 Femenagem



## ORGANIZADORES DA REVISTA

A turma de Oficina de Extensão II (2025.2) do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, campus Rio das Ostras, composta por nove discentes e uma docente, é uma turma empenhada em viver a extensão universitária e dedicada a levar o conhecimento sobre os projetos de extensão do Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras - RIR para além da sala de aula.

Consideramos que a extensão é de suma importância para a integração da universidade, pois com ela conseguimos aprofundar nossos aprendizados em vivências reais nos diversificados locais/territórios alcançados por nossos projetos, construindo também uma troca de experiências que levaremos para a vida.



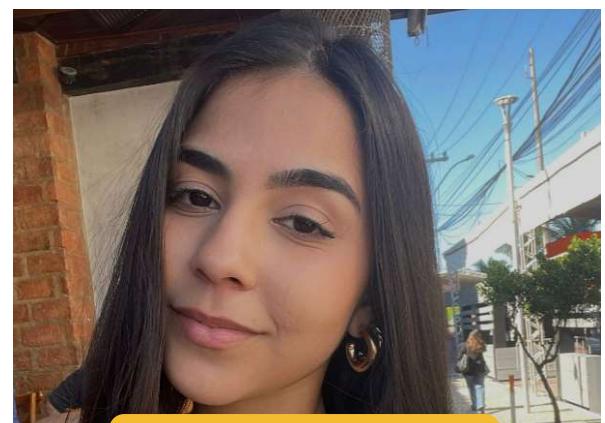
**RAI SOARES**

Professora associada do Departamento interdisciplinar de Rio das Ostras, UFF. Coordenadora do NEABI/UFF, escritora e professora da disciplina Oficina de Extensão II em 2025.2.



**ALEXANDRA IUNES**

Sou estudante de graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) – campus Rio das Ostras, tenho 21 anos e nascida no Rio de Janeiro (RJ).



**ANNA CLARA SILVA**

Discente de Serviço Social pela UFF Rio das Ostras, no sexto período. Banguense, 21 anos, interessada em pesquisas sobre religiosidade como expressão cultural, social e política nas relações e práticas cotidianas.



**EMILE SILVA**

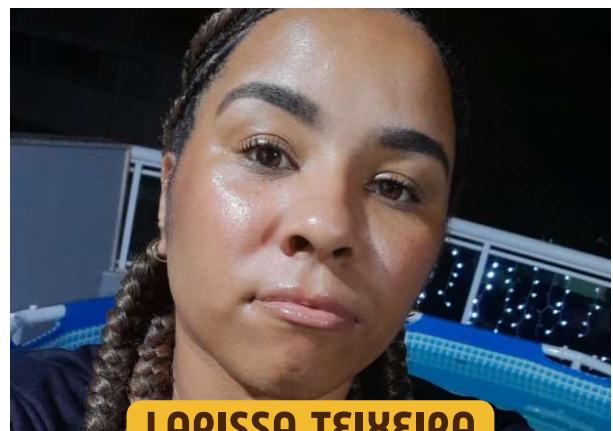
Graduanda em Serviço Social pela UFF de Rio das Ostras. Estudante e trabalhadora, dedicada sempre que possível a conhecer os locais de vivência, através da extensão universitária. Amante de gatos, que gosta de ler bons livros, ouvir músicas e viajar.

# ORGANIZADORES DA REVISTA



**YSIS VIEIRA**

Acadêmica do 6º período do curso de graduação em Serviço Social pela UFF/Rio das Ostras. Tenho interesse em projetos e pesquisas voltados para as questões étnico-raciais, o campo sóciojurídico e a área da educação.



**LARISSA TEIXEIRA**

25 anos, nascida e criada no Rio de Janeiro, discente do sexto período em Serviço Social pela UFF Rio das Ostras. Tenho interesse em pesquisas voltadas ao anticapitalismo e antirracismo. Busco construir uma prática crítica e transformadora, voltada à garantia de direitos e à superação das desigualdades sociais.



**THIAGO COSENDEY**

Atualmente, estou cursando Serviço Social na UFF Rio das Ostras. Tenho 22 anos e sou natural da cidade de Nova Friburgo. Em minha trajetória acadêmica, busco participar de projetos e pesquisas voltados para adolescência, saúde e articulação de políticas sociais.



**LARYSSA DE OLIVEIRA**

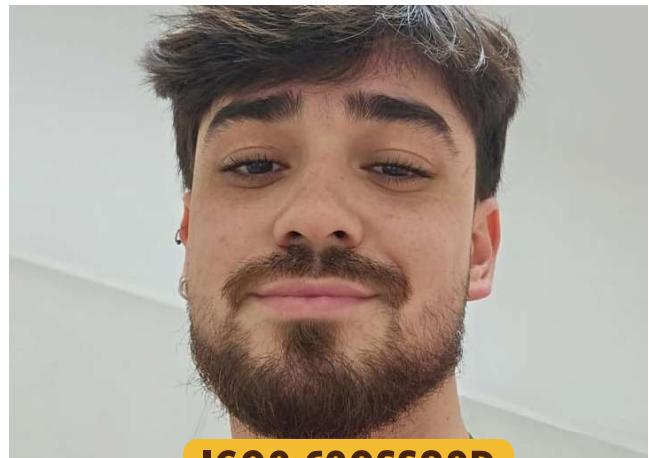
Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), campus Rio das Ostras. Nascida em Cabo Frio (RJ). Estudante vinculada à pesquisa "Práticas Insurgentes Coletivas: lutas, resistências e organização de mulheres quilombolas, cimarrones, raizais, garifunas e palenqueras na América Latina e Caribe", desenvolvida no âmbito do NEABI.

## ESTUDANTES COLABORADORES



**LETÍCIA ROSA**

Sou estudante de graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) – campus Rio das Ostras, nascida em Cabo Frio (RJ). Curso o sexto período e integro a disciplina de extensão universitária voltadas à educação popular, à produção coletiva do conhecimento e à valorização de saberes periféricos e quilombolas na Região dos Lagos.



**IGOR FROSSARD**

Graduando em Serviço Social pela UFF/CURO. Nascido em Teresópolis, mudou-se para Rio das Ostras aos 16 anos, onde reside até hoje. Extencionista voluntário pela NUPEM/UFRJ, nos projetos "Iurukuá: Educação oceânica e preservação das tartarugas marinhas (2018 - atual)" e "InseteVidas: Serviços ecossistêmicos fundamentais".

Esta Revista apresenta diálogos e resultados de práticas extensionistas vinculadas ao Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras/UFP. Para nomeá-la escolhemos Karucango uma referência a Karucango<sup>1</sup> - nome de um africano trazido de Moçambique para ser escravizado no Brasil, que se rebelou e lutou pela sua liberdade e de outras pessoas. Karucango deu nome também a um quilombo, por ele fundado, que se localizava na divisa entre Macaé, Trajano de Moraes e Conceição de Macabu, no Estado do Rio de Janeiro (Amantino, 2007).

Os quilombos representaram uma oposição ao modo de produção escravista colonial. Com o fim do escravismo, muitos quilombos continuaram a existir e outros milhares surgiram a partir de organizações e resistências no território, diferente das fugas. Entretanto, alguns quilombos que resistiram bravamente contra a escravidão foram destruídos pelas forças repressivas do Estado e o que restou foi apenas os lugares onde estes se organizaram e a memória da luta. O Quilombo do Karucango foi um destes que foi destruído e, infelizmente, figura pouco na memória coletiva da região onde ele existiu. Poucos sabem de sua existência e de sua história e ainda há poucas pesquisas sobre os que o construíram e lutaram por ele.

O nome do quilombo está atrelado ao seu líder Karucango, que se tornou um nome de grande relevância da história afro-brasileira da região, com forte resistência ao sistema escravocrata da época. Hoje sua história é contada a partir da peça de teatro Karucango (<https://www.youtube.com/watch?v=6Y5OxshShpU>), também dá nome a um coletivo de mulheres do PDS Osvaldo de Oliveira que se denomina “Margaridas de Carukango”, como uma referência à memória e resistência do quilombo. Além disso, apesar de poucas, há pesquisas e artigos publicados que tratam da existência e resistência deste quilombo e de outros na região de Macaé.

Karucango se tornaria o líder deste que seria um dos maiores quilombos da região, após sua fuga com outros escravizados da fazenda de Antônio Pinto. Na época os escravizados viam Karucango como uma figura misteriosa e poderosa, tendo sua imagem vinculada como um feiticeiro que falava com o diabo à meia noite (Amantino, 2007), ao mesmo tempo que era extremamente respeitado e influente dentro e fora da sua comunidade.

---

1. O nome Karucango está registrado de diversas formas, às vezes com C, às vezes com K. A própria história do quilombo ainda é pouco pesquisada. Apesar da autora do artigo indicado abaixo, utilizado como referência para este editorial, usar a grafia com C, para nominar a Revista optamos a escrita com K. O que se tem de registro oficial sobre a existência do quilombo e seu líder advém sobretudo das forças repressivas que o destruíram, principalmente da narrativa de Antônio Vasconcelos, neto que leva o mesmo nome do avô, que participou da expedição contra Karucango. Este Editorial foi escrito com base no artigo de AMANTINO, Márcia Sueli. Quilombos em Macaé no século XIX. In: Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria. v. 10, n.18, jul. - dez. 2007, p. 623-647.

Karucango não só chefiou o povo que se juntou a ele em sua fuga, como percorria fazendas a noite para convencer e libertar outros escravizados do sistema desumano imposto pela escravidão no país. Em uma dessas noites, Karucango voltou à fazenda do seu antigo senhor, o português Antônio Pinto, e em meio a invasão o assassinou e quase levou à morte o irmão de Antônio, Chico Pinto, que conseguiu fugir e se esconder na cidade (Amantino, 2007).

Após os atos relatados acima, somados ao medo do poder de Carucango e a imagem de “bandido” dada a ele, o coronel Antão de Vasconcelos começou uma expedição contra o quilombo formada por moradores da cidade e militares da época. Essa expedição foi responsável pelo fim do quilombo e a morte do seu líder.

Os soldados conseguiram chegar ao quilombo a partir da apreensão de um indivíduo que fazia parte do grupo de Karucango, que revelou sua localização. A partir daí, alguns registros narram a chegada da expedição ao quilombo, em meio a troca de tiros e fugas. Por fim, os quilombolas teriam deixado a floresta e suas casas, mas em sua maioria foram assassinados, com poucos conseguindo fugir e outros sendo pegos pelos soldados (Aminino, 2007).

Consta nestas narrativas que Karucango saiu vestindo uma roupa sacerdotal e com um crucifixo de ouro no peito, aproximou-se do filho do seu ex senhor e desferiu dois tiros mortais de uma arma tirada de baixo da sua roupa. Os que foram para destruir o quilombo o atacaram com foices e ele teve sua cabeça arrancada e exposta nas estradas como exemplo para aqueles escravizados que pretendiam se revoltar contra o sistema escravista da época.

O nome desta Revista é uma homenagem ao líder e ao quilombo Karucango. Uma forma de resgate da memória de resistência da região e de reconhecimento das lutas populares e quilombolas, por parte da universidade.

A Revista Karucango pretende ser uma revista anual, que tem como objetivo apresentar diálogos entre a universidade e a comunidade externa - movimentos, coletivos, grupos, espaços profissionais com quem desenvolvemos programas, projetos e ações de extensão. Foi concebida como instrumento pedagógico extensionista ligado à disciplina de Oficina de Extensão II, do Curso de Serviço Social da UFF de Rio das Ostras.

Neste primeiro número, elaborado pela turma de Oficina de Extensão do segundo semestre de 2025, sob a coordenação da professora Rai Soares, apresentamos um resumo da política de extensão, recém aprovada no Curso de Serviço Social; os projetos de extensão em vigência no ano de 2025 no RIR; as sínteses dos resultados destas práticas extensionistas, além de reportagens sobre quilombos e outros espaços de extensão; poesias, pontos de jongo e femenagens.

Boa leitura!

# **SEÇÃO CAROLINA MARIA DE JESUS**

**Extensão popular, comunicativa,  
anticapitalista, antirracista,  
antipatriarcal, anticapacitista e  
agroecológica**



# CAROLINA MARIA DE JESUS

Nascida em 1914, em Sacramento, interior de Minas Gerais, Carolina era uma entre os oito filhos de pais descendentes de escravizados e analfabetos. Na infância, apesar de sua vida ter sido marcada por muitas dificuldades, como a necessidade de trabalhar desde muito nova para ajudar no sustento de sua família, nunca deixou de estudar por conta própria.

Na década de 1940, mudou-se para São Paulo, onde passou a morar na favela de Canindé, sustentando seus três filhos com seu trabalho como catadora de lixo. Carolina lia muitos jornais, revistas e livros que recolhia na rua, dominando um conhecimento profundo sobre política. Também encontrava cadernos que ainda poderiam ser usados para escrever seu cotidiano, foi através dessas escritas que, ao realizar uma reportagem na favela, o jornalista Audálio Dantas a “descobriu” e percebeu como sua escrita retratava fielmente a sua dura realidade em que vivia, passando a reproduzir trechos dos diários nos jornais e, depois, organizou um dos seus principais livros, Quarto de despejo, o qual fez muito sucesso sendo traduzido para mais de dez idiomas. Porém, na época da publicação, Carolina ainda não era reconhecida como escritora, sofrendo muitos preconceitos e marginalização.

Carolina Maria de Jesus faleceu em 13 de fevereiro de 1977, em Parelheiros, São Paulo. Sua escrita permanece viva até os dias de hoje como um forte testemunho poderoso de luta contra as expressões da questão social. Hoje é reconhecida pelas suas grandes obras como: o Diário de Bitita, Meu estranho diário e Onde estaes, Felicidade? dentre outras.

Mais do que uma escritora, Carolina é uma das mais importantes autoras da literatura negra brasileira, sendo um símbolo de luta e perseverança, transformando dor em palavra e resistência em legado.

Larissa Teixeira Silva | Ysis Cristhyelem de Oliveira Vieira<sup>1</sup>

---

1. Estudantes de Oficina de Extensão II

Fontes:

Carolina Maria de Jesus: biografia e obras. Disponível em:

<<https://mundoeducacao.uol.com.br/literatura/carolina-maria-de-jesus.htm>>

Biografia de Carolina Maria de Jesus. Disponível em:

<[https://www.ebiografia.com/carolina\\_maria\\_de\\_jesus/](https://www.ebiografia.com/carolina_maria_de_jesus/)>.

## A UFF EM RIO DAS OSTRAS

A UFF (Universidade Federal Fluminense) foi criada na década de 1950 e tem como princípio a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nas últimas décadas, a Universidade ampliou sua atuação para além da sede, com a criação de vários campus em várias cidades do interior.

Entre esses polos de interiorização está o campus da UFF em Rio das Ostras, localizado à Rua Recife, no bairro Jardim Bela Vista. O campus é organizado em dois institutos: O Instituto de Humanidades e Saúde (IHS) e o Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT). No IHS, são oferecidos os cursos de Enfermagem, Psicologia, Serviço Social, Produção Cultural e Pós-Graduação, enquanto o ICT abriga os cursos de Ciência da Computação e Engenharia de Produção.

No campus de Rio das Ostras há laboratórios específicos para alguns cursos, de informática onde o acesso é liberado para o uso dos computadores e estudar, na biblioteca você pode pegar livros emprestados, usar computadores, brinquedos caso esteja acompanhado de crianças. Também há um anfiteatro que fica no IHS que muitas das vezes é usado como espaço de diálogo e lazer, uma quadra de esportes e uma sala dos Centros Acadêmicos (CAs). Tem também um auditório onde é utilizado para rodas de conversas, palestras e seminários.

Além disso, o campus abriga diversos projetos de extensão e pesquisa que aproximam a universidade da sociedade, eventos como a Semana Afro, Semana Acadêmica, visitas aos territórios quilombolas, entre outros.

A UFF oferece moradia estudantil em frente no Campus Universitário de Rio das Ostras, também na Rua Recife. Para facilitar o acesso ao campus, a Universidade disponibiliza o transporte gratuito conhecido como BUSUFF, que atende os estudantes matriculados com a rota de três turnos no trajeto da UFF até o trevo de Búzios. Um no horário da manhã e os outros dois no horário da noite.

A UFF é uma Universidade Pública e Gratuita!

Para ficar por dentro de todas as informações relacionadas tanto da UFF quanto ao Campus de Rio das Ostras, acesse os sites abaixo:

<https://www.uff.br/>

<https://www.uff.br/tag/uff-rio-das-ostras/>

<http://ihs.sites.uff.br/>

Larissa Teixeira | Ysis Vieira e Letícia Rafael<sup>1</sup>

-----  
1. Estudantes da disciplina Oficina de Extensão II/2025

## **Notas sobre a política de extensão do Curso de Serviço Social e seu processo de curricularização**



**ANTONIANA DEFILLIPO | RENATA CARDOSO | RAI SOARES<sup>1</sup>**

Desde a criação do Curso em Serviço Social no Campus da UFF em Rio das Ostras, em 2006, até o momento, as ações extensionistas realizadas oferecem alguns elementos que permitem uma caracterização aproximada da sua prática extensionista. A perspectiva multiprofissional é uma tendência relevante que se expressa pela sistemática participação de professores/as de outros cursos da UFF/Rio das Ostras nos projetos de extensão do Serviço Social, como Enfermagem, Psicologia, Ciências Sociais, Sociologia, História, dentre outros; parcerias interinstitucionais duradouras, envolvendo cursos e professores da UFF, da UFRJ/Campus Macaé e da UENF Campos dos Goytacazes, além da sistemática articulação entre as ações e a qualificação dos serviços prestados à população usuária das políticas sociais públicas locais e regionais.

Em dezembro de 2022 o Curso de Graduação em Serviço Social da UFF/Campus de Rio das Ostras encaminhou o processo de “Ajuste Curricular por Incorporação da Extensão”, fruto do acúmulo de debates junto à comunidade acadêmica do curso. Na ocasião, debatemos e aprofundamos a concepção de extensão, enfatizando a necessidade de trazer elementos da conjuntura nacional e da realidade local. Temos uma cultura extensionista no Curso que traz elementos importantes para construir uma proposta de extensão que vá além das exigências e normativas institucionais orientadoras do debate, tanto do ponto de vista prático, como também das vivências e experiências concretas no histórico do seu desenvolvimento (NDE, 2023).

---

1. Professoras do RIR (Curso de Serviço Social)

O debate realizado no Curso destacou a importância de referendar os documentos da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS e do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira. O processo foi aprovado em agosto de 2023, com Matriz Curricular 64.01.003, implementado para turmas ingressantes a partir de 2023.1 (NDE, 2023). A seguir, os princípios que balizam a Extensão Universitária no Curso de Serviço Social:

- Relação direta com a realidade local, com as lutas populares, movimentos sociais, com os serviços e instituições públicas da rede socioassistencial e profissional locais;
- Relação direta e orgânica entre ensino, pesquisa e extensão;
- Prática extensionista anticapitalista, antirracista, antipatriarcal anticapacitista e agroecológica;
- Articulação e indissociabilidade entre pesquisa, extensão e ensino, a partir da direção social do nosso curso;
- Integração da atividade extensionista docente como parte do processo de trabalho, com vistas ao rompimento com a inserção fragmentada do corpo docente na relação desigual;
- Articulação com os espaços sócio-ocupacionais da profissão, na busca pelo engajamento de Assistentes Sociais na produção de conhecimento, nas demandas do cotidiano profissional e no tensionamento técnico e político para a prestação de serviços de qualidade;
- Educação popular como processo educativo de resistência e contra hegemonia;
- Reconhecimento dos saberes populares e saberes ancestrais, das comunidades a partir da perspectiva de que o conhecimento é plural e diverso, portanto, não está concentrado apenas na academia; e
- Extensão como troca de saberes.

Por fim, um dos frutos positivos desse processo, além do currículo 64.01.003, foi a sistematização de uma política extensionista do curso que tem como objetivo ser referência para a elaboração de programas, projetos e ações extensionistas no âmbito do Curso e orientar a efetivação da curricularização da Extensão, através das disciplinas/oficinas e atividades que venham a ser desenvolvidas para esta finalidade.

A proposta evidencia uma concepção de extensão popular, comunicativa, antirracista, antipatriarcal, anticapacitista e agroecológica, com ênfase na valorização ao protagonismo dos sujeitos coletivos e o ângulo das lutas sociais e orientada para os processos de uma educação emancipatória, que é resultado do acúmulo de práticas extensionistas consolidadas no Curso de Graduação em Serviço Social e no Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras nos últimos anos, através de programas, projetos e ações articuladas, sobretudo, com territórios de resistências, movimentos populares e espaços sócio-ocupacionais de assistentes sociais na cidade de Rio das Ostras e no Estado do Rio de Janeiro.

# **Programas e Projetos de Extensão do Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras/RIR - 2025**

A seguir apresentaremos os Programas, Projetos e Eventos de Extensão do RIR, com vigência em 2025. Os textos de apresentação foram fornecidos pelos coordenadores e bolsistas de extensão.



Feira Agroecológica da UFF. Autoria: Luanna Benedito

## Adolescentes e Jovens do Interior do Rio de Janeiro: Participação, Direitos e Saúde (Programa)

Coordenadora: Hayda Alves

Vice-coordenadora: Paula Martins Sirelli

Equipe: Bruno Ferreira Teixeira, Nilda Martins Sirelli, Gabrielle Gomes Ferreira, Andrea Araújo Viana e Flaviana Pereira Bastos Nascimento.

Estudante/Bolsista: Eris Luna Moreira Greggio

A saúde de adolescentes é um tema fundamental para pesquisas e práticas de extensão em função da relevância pública do tema. Os adolescentes e jovens brasileiros fazem parte de um histórico bônus demográfico compondo 27% da população. Políticas públicas voltadas para este grupo tornam-se estratégicas por gerar efeitos imediatos e nas gerações futuras, como também, se justificam em função das elevadas taxas de violência, doenças e mortes evitáveis de adolescentes e jovens, uma questão social emergente com importantes recortes de classe, raça e gênero. O desenvolvimento de ações e serviços que assegurem direitos deste grupo exige um esforço intersetorial para superar a fragmentação de ações programáticas isoladas, além de potencializar a participação social de adolescentes e jovens.

Este Programa de Extensão tem por objetivo realizar diagnóstico participativo da situação de saúde de adolescentes e jovens de Rio das Ostras, mobilizar práticas de educação popular em saúde com o segmento; além de sistematizar as ações capitaneadas pelo Núcleo de Atenção à Saúde de Adolescentes (NASA) - programa municipal que completa 10 anos este ano. Além disso, articular intervenções de diferentes projetos de extensão e pesquisa vinculados ao programa e voltados à saúde de adolescentes de Rio de Ostras e região, os quais envolvem equipamentos públicos de saúde, educação e assistência social comprometidos com a garantia de direitos e participação social de adolescentes e jovens. A educação popular em saúde e pesquisa-ação participativa em saúde norteia a abordagem teórico-metodológica. As ações do programa se estruturam a partir de três projetos: (i) Reflexões para o trabalho com adolescentes e jovens: desafios contemporâneos para a construção de respostas profissionais; (ii) Agir em Saúde: participação, direitos e educação popular com adolescentes e jovens; (iii) DISCA - Diálogos sobre cuidado e autoproteção: combatendo a violência contra mulheres junto a adolescentes e jovens de Rio das Ostras e Região. Trata-se de proposta interdisciplinar, articulada a um projeto de pesquisa deste grupo e vinculada ao International Collaboration For Participatory Health Research (ICPHR).

## Agir em Saúde: Participação, Direitos e Educação Popular com Adolescentes e Jovens

Coordenadora: Gabrielle Gomes Ferreira

Estudante/Bolsista: Gabriela Lima de Oliveira

Local de realização: UFF, C.M Prof. América Abdalla. NASA, RAPS e CRA, na abrangência de Rio das Ostras, Macaé e região.

Mídia: @midiaadolescente (Instagram)

Contato: [gabferreira@id.uff.br](mailto:gabferreira@id.uff.br)

Este projeto de extensão está vinculado ao Programa de extensão “Adolescentes e jovens do interior do Rio de Janeiro: participação, direitos e saúde”, e tem como objetivo contribuir com intervenções e reflexões acerca da garantia de direitos para adolescentes e jovens no campo da saúde e educação. Para a atual vigência, temos como central o aprofundamento das questões relacionadas à saúde mental de adolescentes e jovens de Rio das Ostras e Macaé. Compreendemos também que as demandas abordadas em nossas atividades são direcionadas pelo diálogo com esse público alvo, os adolescentes, com o qual temos construído nossas ações em relação com os territórios em questão. Ressaltamos que a adolescência é um momento de construção de referências, preferências e comportamentos, podendo ser também o momento privilegiado para construir escolhas seguras. Falar em saúde mental de adolescentes e jovens é uma forma de garantia de direitos, sobretudo em contexto onde compreendemos que a ausência de saúde seja física ou mental, fere o direito a uma vida com autonomia, liberdade e saúde.

Para ingressar enquanto bolsista, é necessário participar do edital de seleção para a bolsa de extensão, que ocorre geralmente no início de cada ano (março/abril), quando o projeto consegue disponibilizar bolsa, que também concorre por meio de edital junto aos demais projetos. Para além do aluno bolsista, o projeto conta com alunos extensionistas voluntários que também são incorporados ao projeto por meio de carta de interesse e entrevista, também realizada no início de cada ano (março/abril).



Foto de atividade de extensão. Acervo do Projeto.

## Curso de Aperfeiçoamento em Educação Escolar Quilombola: Perspectivas Antirracistas e Práticas Emancipatórias em Territórios da Região dos Lagos, Norte Fluminense e Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro I e II:

Coordenadores: Rai Soares, Hayda Alves, Edson Teixeira e Jéssica Oliveira

Estudante/Bolsista: Heloísa Mello

contato: formacaoeeq@gmail.com

Trata-se de um projeto vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiras e Indígenas (NEABI) em parceria e financiamento da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi/MEC) que conta com o apoio de pesquisadores da UFRJ/Macaé, do IFF/Macaé, da UENF e da UFRRJ, bem como, de Associações Quilombolas e das Secretarias de Educação dos municípios envolvidos. O Curso de Aperfeiçoamento visa contribuir com a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ) e o fortalecimento da PNEERQ, através da formação/aperfeiçoamento de professores/as, gestores/as, coordenadores/as e lideranças, das escolas e comunidades quilombolas da Região dos Lagos, Norte Fluminense e Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro. Em 2025 o Curso foi organizado em 5 turmas nos municípios de Quissamã, Campos dos Goytacazes, Armação dos Búzios, Cabo Frio e Ilha da Marambaia/Mangaratiba, com mais de 250 cursistas ao todo, capacitando professores, lideranças e gestores que atuam nos seguintes quilombos: Machadinho, Bacurau, Mutum, Sítio Boa Vista, Sítio Santa Luzia, Lagoa Fea, Sossego, Rasa, Baía Formosa, Botafogo, Maria Joaquina e Marambaia.



Coordenadores do Projeto no Quilombo Fazenda Espírito Santo (Cabo Frio/RJ). Acervo do Projeto.

## DISCA - Diálogos Sobre Cuidado e Autoproteção: Combatendo a Violência Contra Mulheres Junto a Adolescentes e Jovens de Rio das Ostras e Região

Coordenadora: Paula Martins Sirelli

Estudantes/Bolsistas: Ana Carolina Dielle, Dâmarys Soares, Lethícia Souza, Gabrielle Ferreira e Isabela Ramos

Contato : paulasirelli@id.uff.br

Território onde ocorre: Rio das Ostras, Macaé e Região



Oficina do Projeto Disca no Centro de Referência Adolescentes (CRA) Macaé.  
Fonte: Acervo do Projeto

Este projeto tem como objetivos construir oficinas sócio educativas em escolas e equipamentos que trabalham com adolescentes e jovens em Rio das Ostras, Macaé e região, possibilitando que os participantes identifiquem mecanismos de opressão, relacionamentos abusivos e outros tipos de violências contra meninas e mulheres, questionando papéis de gênero, raça e classe.

Além deste objetivo principal, destaca-se:

- . Divulgar a Lei Maria da Penha e os equipamentos público de assistência e de denúncia que acolhem casos de violência contra meninas e mulheres;
- . Reforçar a importância da escola como um ambiente de prevenção à violência de gênero, envolvendo meninos e meninas nessa luta;
- Impulsionar o estabelecimento de parcerias ensino-serviço para promover e fortalecer a articulação com outras políticas setoriais que potencializam estratégias integradas de atenção à saúde de adolescentes e jovens;
- Qualificar alunos dos cursos de Serviço Social, Psicologia e Enfermagem para o trabalho com metodologias ativas, participativas e problematizadoras;
- . Impulsionar o estabelecimento de parcerias ensino-serviço para promover e fortalecer a articulação com diferentes políticas setoriais que potencializam estratégias integradas de atenção à saúde de adolescentes e jovens;
- . Fomentar o desenvolvimento de práticas intersetoriais e ações integradas entre os setores de saúde, educação e assistência com foco em adolescentes e jovens.
- . Fortalecer o tripé ensino, pesquisa e extensão em uma Universidade Pública.

Redes sociais: <https://www.instagram.com/midiaadolescente?igsh=MTFuTY3Zm5IZ3lvYw==>

## Formação Continuada para Assistentes Sociais da Região da Baixada Litorânea e Norte Fluminense

Equipe de execução: Renata Cardoso (coordenadora); Juan Retana (Vice-coordenador) e Letícia Barros (colaboradora).

Estudante/Bolsista: Filipe Jorge Benjamim

Contato: renata\_cardoso@id.uff.br.

Este projeto possui uma longa trajetória que reflete o compromisso do curso de Serviço Social da UFF de Rio das Ostras em criar estratégias para dialogar com o território no que tange à formação continuada de assistentes sociais e a qualidade dos serviços prestados à população.

Os registros encontrados no acervo do curso mostram que a primeira experiência de formação continuada oferecida ocorreu em 2006. Neste ano foi realizado junto a supervisores(as) de estágio obrigatório em Serviço Social o Curso de Supervisão em Serviço Social, abrangendo as temáticas de supervisão, políticas sociais e os instrumentos de trabalho profissional. Já em 2008, para atender demandas de assistentes sociais do município de Macaé, realizou-se o Curso Breve de Atualização Profissional: Serviço Social e desafios contemporâneos, que abordou temas relacionados aos fundamentos da profissão, princípios das políticas sociais, da ética e do trabalho profissional.

Como resultados desses esforços, em 2015 o então projeto de extensão Curso de Atualização Profissional para Supervisores de Campo foi cadastrado no Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj) da UFF. Essa iniciativa foi fruto dos debates realizados no Fórum de Estágio do ano anterior, que sinalizou a necessidade de uma atualização profissional para supervisores de campo na região da Baixada Litorânea e Macaé, no estado do Rio de Janeiro.

O objetivo primário da proposta foi o de atender a demanda de qualificação colocada pelos(as) assistentes sociais, por meio de uma atualização que contribuisse para o fortalecimento da universidade no território onde se insere, das ações profissionais, e da rede intersetorial de serviços.

A partir desses pressupostos, desde o ano de 2016, a ação extensionista vem sendo executada através de estratégias de fomento que se vinculam a pesquisa e ao ensino, e já se mostra consolidada no seu território de abrangência, sendo referência para assistentes sociais da região que buscam atualização profissional.



Aula do Curso, 2024. Acervo do Projeto

## Fortalecendo a Agroecologia na UFF: Potencialidades da Extensão Popular na Formação Universitária

Coordenação: Ramiro Dulcich Piccolo.

Estudante/Bolsista: Luanna Benedito

Contato: ramiro.dulcich@id.uff.br

Atua há mais de 10 anos, tendo seu início em 2010 no âmbito do Departamento Interdisciplinar da UFF de Rio das Ostras, o projeto prioriza o trabalho com territórios de produção agroecológica de alimentos. Esses territórios são: PDS Osvaldo de Oliveira (MST/RJ), GT mulheres (Casimiro de Abreu), Coletivo Andorinhas (Rio das Ostras).



Registro de Vivência no Coletivo Andorinhas. Foto de Luanna Benedito. Acervo do Projeto.



Registro da Feira Agroecológica da UFF. Foto de Luanna Benedito. Acervo do Projeto.

# Fórum de Educação Superior para Povos Indígenas e Quilombolas no Estado do Rio de Janeiro

Coordenadora: Erika Frazão

Vice-coordenadora: Rai Soares

Estudantes/Bolsistas da UFF Rio das Ostras: Jamyle Michely Da Silva Alves, Laryssa

Conceição de Oliveira e Mariana dos Santos dos Anjos

Este projeto tem como objetivo debater e construir propostas para a elaboração de uma política de ingresso e permanência diferenciada para estudantes indígenas e quilombolas nas Instituições de Ensino Superior (IES) do Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de um projeto de extensão vinculado a APIQ - Articulação para Política de Ingresso e Permanência de Indígenas e Quilombolas nas IES do Estado do Rio de Janeiro e articulado a outros projetos, programas, NEABs e NEABIs da UFF e de outras universidades para criação de uma política de ingresso e permanência diferenciada para estudantes indígenas e quilombolas nas Instituições de Ensino Superior (IES) do Estado do Rio de Janeiro. Como fruto dessa mobilização foi realizado na UFF, campus do Gragoatá, de 13 a 15 de agosto o I Fórum de Educação Superior para povos Indígenas e Quilombolas no estado do Rio de Janeiro, com a participação de mais de 300 pessoas, entre indígenas, quilombolas, professores, estudantes e técnico-administrativos da UFF e outras IES do Rio de Janeiro e outros estados.

Na UFF, temos os seguintes espaços de articulação para criação da Política de ingresso e permanência para estudantes indígenas e quilombolas:

- APIQ – espaço de articulação coletiva – envolve professores, estudantes, técnicos-administrativos de diferentes IES, quilombolas e indígenas dos movimentos e territórios e, coletivos estudantis negros, trans, indígenas, quilombolas, dentre outros. Tem caráter mobilizador e articulador. Instagram: @apiqoficial
- A Comissão Interinstitucional para a Política de Ingresso e Permanência de Indígenas e Quilombolas nas IES – tem caráter institucional e representativo, é composta por representantes de professores, estudantes, técnicos das IES, representantes indígenas e quilombolas dos movimentos.
- Projeto de Extensão Aldear Fórum Indígena e Quilombola – coordenado pela Prof. Mariana Bruce,

Além destes espaços, movimentos, projetos de pesquisa e extensão e coletivos podem somar na construção da Política.



Exposição indígena  
no Fórum Indígena e  
Quilombola. 2025.  
Autoria:  
@warcosgarcia\_

# Instrumentos Legais e Normativos para uma Agenda Antirracista no Setor da Saúde

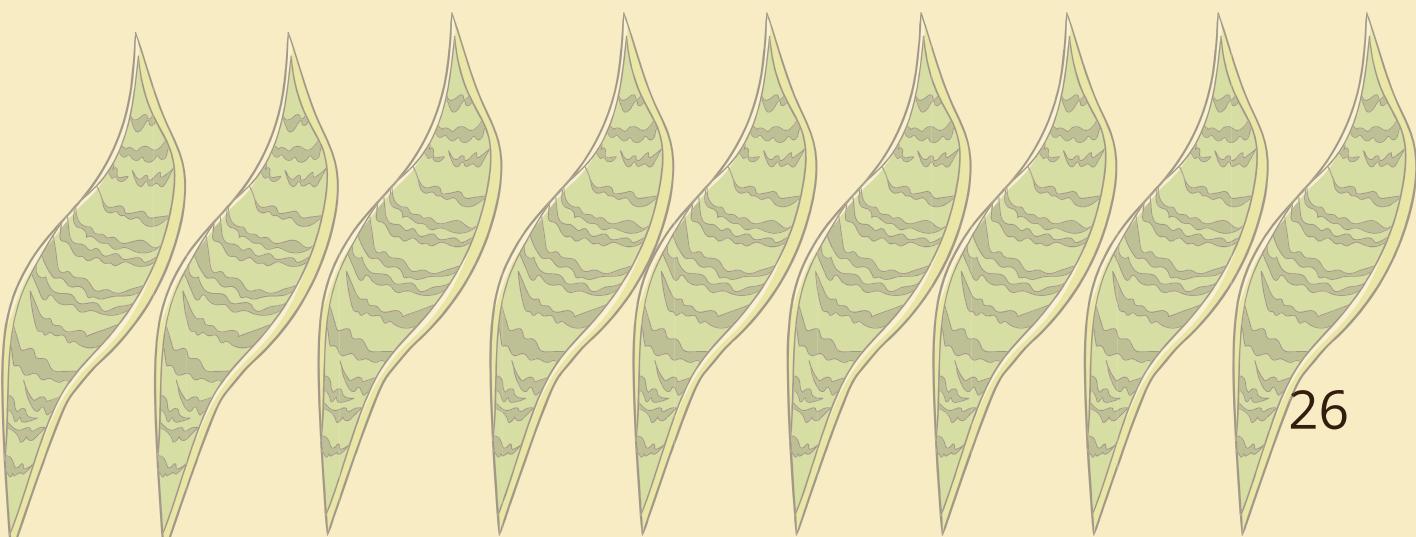
Coordenadora: Hayda Alves

Vice-coordenadora: Leticia Batista da Silva

Equipe: André Augusto Pereira Brandão, Débora da Silva do Nascimento Lima, Cristiane Lourenço Teixeira Meirelles, Solange de Lima Dias Reis de Oliveira e Fernanda Carla Ferreira De Brito

A Política Nacional de Saúde da População Negra (Portaria GM/MS nº 992, de 13 de maio de 2009) e o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº. 12.288/2010) são instrumentos

normativos legais que visam combater o racismo e as desigualdades. Contudo, ainda há um longo caminho a se trilhar para transformar aparato legal institucional em torno da saúde da população negra em ações concretas a partir dos municípios. Dessa forma, este projeto visa oferecer oficinas de formação por meio de rodas de conversa a fim de qualificar a prática de municípios brasileiros sobre a implementação da PNSIPN no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Portanto, objetiva induzir os municípios a desenvolverem uma agenda antirracista - uma das metas do Plano Pluri Anual (PPA 2024-2027) que delineia o planejamento estratégico de ações de saúde do governo federal; além das metas do Plano Juventude Negra Viva. Este projeto envolve a realização de oficinas on-line com 163 municípios prioritários do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) 2022. Ou seja, envolve gestores e trabalhadores de municípios brasileiros com elevados índices de violência letal da juventude negra. Assim, as oficinas visam fomentar a implementação da PNSIPN, bem como, dispositivos legais fundamentais para a gestão pública no campo da promoção da igualdade racial. Porém, ainda é um desafio mobilizar os municípios a desenvolverem ações que incorporem a PNSIPN e outros dispositivos no planejamento estratégico em saúde, e isto torna-se mais grave para aqueles com elevados índices de violência letal contra jovens negros/as. Este projeto é um desdobramento de um projeto de apoio técnico ao Ministério da Igualdade racial denominado; Apoio técnico e científico ao ministério da igualdade racial em pesquisas no âmbito da saúde da população negra (TED/MIR 08/2024).



Coordenadora: Katia Marro

Estudante/Bolsista: Lohanny Costa Salustiano Carvalho da Rocha

Contato Instagram: @mulheresdaterrauffro



Mulheres de Carukango. Acervo  
do Projeto de Extensão

O Projeto é fruto de ações extensionistas interdisciplinares, realizadas há mais de 15 anos, junto à comunidade do Assentamento PDS Osvaldo de Oliveira, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizado em Macaé. Tem como principal objetivo apoiar os processos de auto-organização do coletivo de mulheres, Margaridas do Carukango, com foco na geração de renda; na autonomia financeira; na melhoria da saúde e da qualidade de vida a partir das práticas agroecológicas protagonizadas pela sua comunidade. Dentre os objetivos específicos se destacam: problematizar a organização do trabalho no campo; o acesso à tecnologia por parte das mulheres; o trabalho reprodutivo desenvolvido por elas nas áreas de reforma agrária; a divisão sexual e racial do trabalho e os papéis de gênero ao interior do assentamento; os mandatos patriarcais de cuidado em contraposição a iniciativas de cuidado e auto organização, inspiradas nas lutas feministas. Temos buscado, também, dar visibilidade ao papel social do trabalho das mulheres rurais; refletir sobre a importância da luta destas no enfrentamento do padrão primário exportador e sobre o significado da sua auto-organização frente às violências patriarcas. Lembremos que Macaé se caracteriza pela exploração da indústria petrolífera, podendo ser considerado como um território extrativista que vive estes impactos.

Dentre as principais frentes de atuação do Projeto está a realização das feiras agroecológicas mensais no campus da UFF de Rio das Ostras, organizadas em parceria com outros projetos de extensão e diferentes coletivos de agricultoras/es rurais da região de Macaé, Rio das Ostras e Casimiro de Abreu. Neste importante espaço de trocas, promove-se também a comercialização de alimentos saudáveis e a valorização da produção rural familiar de base agroecológica. No dia a dia e na organização da Feira se destaca o protagonismo das mulheres. Também podemos mencionar as oficinas mensais, realizadas no PDS Osvaldo de Oliveira, que são desenvolvidas junto às mulheres do assentamento e realizadas em parceria com o projeto de extensão Cooperação Agrícola do Instituto Politécnico (Curso de Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro), coordenado pela professora Camila Rolim Laricchia. O projeto conta com a participação de outras docentes do Instituto de Humanidades e Saúde.

Link do documentário “Raízes de Luta”, produzido por estudantes da disciplina Movimentos Sociais e Educação Popular (CURO/UFF) <https://youtu.be/jXiEDxK-B-0?si=YnIHpT3HF6igrjmn>



Atividade de extensão com Mulheres de Carukango,  
no PDS Osvaldo de Oliveira. Acervo do Projeto

## O Samba em Movimento

Coordenador cultural e idealizador: Mestre Fumaça  
 Coordenador institucional: Ramiro Dulcich

O Samba em Movimento é um projeto sociocultural que oferece oficinas gratuitas de percussão para todas as idades, com foco em comunidades que não possuem acesso à educação musical formal. Criado por Mestre Fumaça, percussionista com trajetória dedicada ao samba, o projeto nasceu na Lagoa de Iriry, em Rio das Ostras, e atualmente funciona aos sábados na UFF/RO, de 17h às 20h. Seu Público-alvo são: Crianças (a partir de 7 anos), jovens e adultos, com prioridade para pessoas em situação de vulnerabilidade social.

O projeto busca valorizar e preservar o samba – patrimônio cultural brasileiro –, enquanto promove inclusão social, fortalecimento da identidade cultural e oportunidades para novos talentos. A metodologia é teórico-prática, participativa e baseada na vivência comunitária.

No Brasil, muitas crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social não têm acesso a atividades culturais e educativas no contraturno escolar, ficando expostos a riscos como evasão escolar, violência e uso de drogas. O samba, mais do que um gênero musical, é um elemento de identidade e resistência cultural. Ensinar percussão é abrir portas para a expressão artística, a disciplina, o trabalho em equipe e a autoestima. A música é comprovadamente eficaz no combate a sintomas de ansiedade e depressão. Oficinas culturais criam vínculos comunitários e fortalecem redes de apoio. O ensino coletivo desenvolve habilidades socioemocionais e promove respeito à diversidade.



Oficina de percussão. Acervo do Projeto

## Questões Étnico-Raciais e Vivências em Cultura Afrobrasileira

Coordenador: Edson Teixeira

Estudante/Bolsista: Vera Lucia Ferreira Sant Ana Nobre

Contatos: @neabirouff e-mail: ejunior@id.uff.br/

O projeto tem como proposta realizar vivências em comunidades quilombolas do Estado do Rio de Janeiro, em datas comemorativas ou não, que tenham relação com as expressões da cultura afrobrasileira; bem como promover estudos da questão étnico-racial no Brasil, o debate sobre o colonialismo e a realização da Semana de Cultura Afrobrasileira, Indígena e Quilombola, evento que ocorre na UFF, campus Rio das Ostras, desde 2011. Esta é uma iniciativa interdisciplinar visando potencializar a data de comemoração do Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro; debater sobre a cultura afrobrasileira, bem como sobre as questões sociais e econômicas que atravessam a realidade de negros e negras no Brasil.

O projeto, além disso, pretende criar um espaço de socialização de conhecimento e de propostas sobre a cultura afrobrasileira, sobre a questão social do negro no Brasil, fomentando a organização e articulação de atividades e propostas ligadas diretamente à esta questão na região. As ações são realizadas, sobretudo, através de vivências de discentes e docentes em comunidades tradicionais, objetivando e propiciando assessorias em questões que visem o fortalecimento de direitos. Por fim, salientamos que o projeto está associado ao conjunto de ações do NEABI (Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiras e Indígenas) da UFF (Universidade Federal Fluminense), em Rio das Ostras, que atua desde o ano de 2017.



Vivência extensionista no Quilombo da Machadinha (Feijoada da Liberdade, maio de 2025). Acervo do Projeto.

## Reflexões para o Trabalho com Adolescentes - Desafios Contemporâneos para Construção de Respostas Profissionais

Coordenador: Bruno Ferreira Teixeira (brunoft@id.uff.br);

Estudante/Bolsista: Juliana Gilio Guzzo (julianagilio@id.uff.br).

Local de realização: CRIAAD – Macaé

O projeto é uma iniciativa do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), Campus de Rio das Ostras, em parceria com o Centro de Referência do Adolescente (CRA), de Macaé. Surgiu a partir das demandas e conversas com o Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (CRIAAD), articulando a Academia, a Rede Pública de Serviços da Prefeitura de Macaé e o DEGASE. O objetivo é apoiar o CRIAAD no enfrentamento de desafios institucionais, no atendimento aos adolescentes e suas famílias, e na construção de redes intra e extra institucionais.

Busca-se, também, envolver a comunidade e instituições locais, da educação, cultura e assistência, para fortalecer redes de proteção e ampliar a eficácia do trabalho socioeducativo. Muitos adolescentes chegam à instituição marcados pela violência, semi-analfabetismo, dependência química e riscos socioeconômicos, reforçando a necessidade de articulação e formação em rede. Os objetivos são construir referências coletivas para o trabalho no CRIAAD, assegurando acesso aos direitos sociais, fortalecer a rede de proteção de Macaé para o atendimento aos adolescentes, reforçar e ampliar o caráter socioassistencial das ações do CRIAAD e estimular o trabalho interdisciplinar, intersetorial e em rede, conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o Sistema Universal de Saúde (SUS) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). As principais ações envolvem os grupos com adolescentes no CRA, que ocorre quinzenalmente às quartas-feiras à tarde, os grupos com familiares dos adolescentes do CRIAAD, uma vez por mês, a parceria com o SINDIPETRO para palestras sobre o mercado Offshore, com possibilidade de extensão a familiares, e a busca de parcerias para atividades culturais e de lazer de interesse dos adolescentes.

O funcionamento do projeto de extensão ocorre durante o semestre letivo, com atividades contínuas conforme o cronograma interno, e, para participar, basta entrar em contato com o coordenador ou com a bolsista.

## Semana de Cultura Afro, Indígena e Quilombola

Coordenador: Edson Teixeira

Estudante/Bolsista: Talita Inayê

Contatos: @neabirouff e-mail: ejunior@id.uff.br/

Participação: há seleção de bolsista anualmente; mas também há previsão de participação espontânea, entrando em contato com o coordenador;

Desde o ano de 2011, realizamos a Semana de Cultura Afrobrasileira, no campus Rio das Ostras da Universidade Federal Fluminense (UFF). O evento é realizado no mês de novembro e tem relação direta com o Dia da Consciência Negra, embora seus proponentes e participantes não tenham apenas esse mês como referência da necessidade de debater a perspectiva teórica racial. A “Semana Afro”, como é identificada, realiza mesas-redondas, oficinas, palestras, debates e exposições que dialogam com a cultura afrobrasileira junto à comunidade interna e externa, problematizando a formação social brasileira e a questão racial como centralidade. Destaca-se que a “Semana Afro” tem interface com o projeto extensionista “Questões Étnico-raciais e vivências em Cultura afrobrasileira”. Além disso, desde o ano de 2017, foi criado o NEAB (Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiras) da UFF de Rio das Ostras que congrega projetos extensionistas, ações de ensino e pesquisa. Para o ano de 2025, o NEAB passou por uma reformulação em seu regimento, passando a se intitular NEABI (Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiras e Indígenas). Nesse sentido, o evento para o ano de 2025 mudará a sua identificação para Semana de cultura Afro Indígena e Quilombola, incorporando no espaço da universidade uma interação com esses sujeitos, suas manifestações culturais e seus desafios no passado e no presente.



Semana de Cultura Afro/2025. Acervo do Projeto

## XIV Semana de Serviço Social - Um século de história na América Latina: Serviço Social e os desafios da crise civilizatória da ordem do capital

Coordenadora: Cristina Brites

Colaboradores: Antoniana Dias Defilippo Bigogno, Edson Teixeira da Silva Júnior

Estudantes colaboradores: Clara Lis Santos Vieira, Gabriela Coutinho de Souza,

Pedro Lucas Ribeiro Gomes

Participação: Integrando a Comissão Organizadora em cada edição anual



Semana de Serviço Social, 2025. Acervo do Projeto.

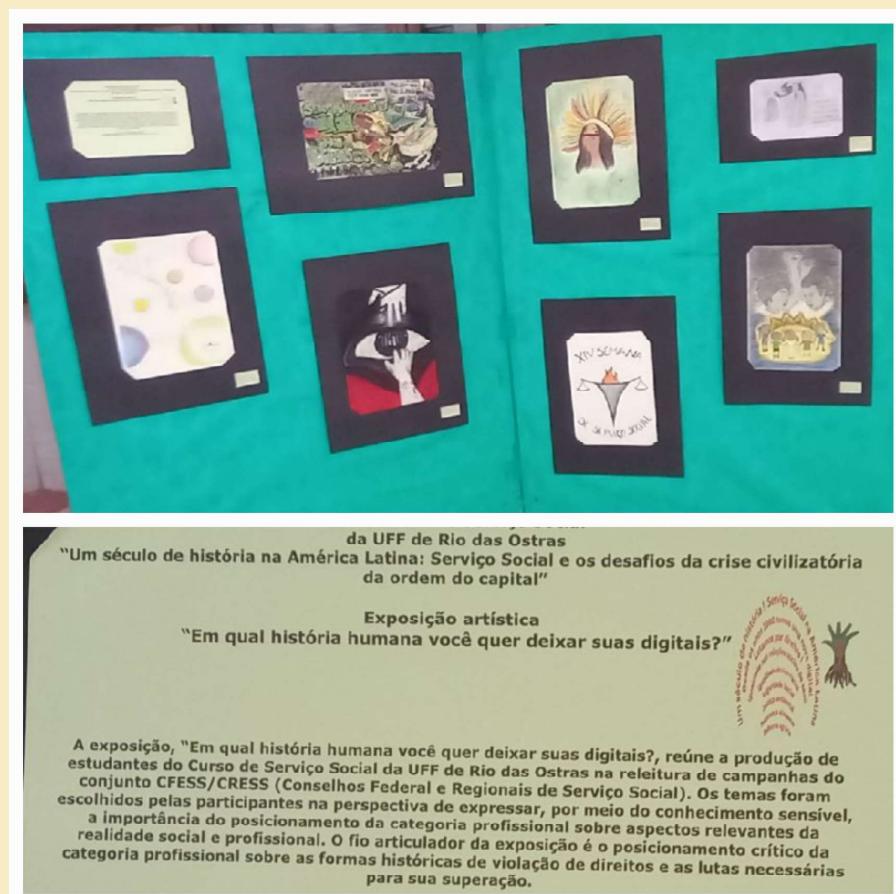
### Apresentação

A Semana de Serviço Social do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), campus de Rio das Ostras, é um evento extensionista consolidado tanto no Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras como na agenda da categoria profissional da baixada litorânea. Idealizada como parte das comemorações do dia da(o) Assistente Social, que ocorre em 15 de maio, promove um conjunto de atividades de caráter formativo, de vivência universitária e de integração entre a formação acadêmica e o mercado de trabalho na região. Envolve a participação de assistentes sociais e de um variado conjunto de profissionais e docentes de outras áreas de formação e de representantes de coletivos e movimentos sociais.

Na sua XIV edição, a Semana de Serviço Social foi concebida a partir do eixo temático: "Um século de história na América Latina: Serviço Social e os desafios da crise civilizatória da ordem do capital". Por meio de mesas-redondas, sessões coordenadas e atividades culturais, promoveu o debate sobre as tendências dominantes da crise civilizatória da ordem do capital que incidem sobre as condições de vida da classe trabalhadora empobrecida e desafiam, do ponto de vista teórico-prático e ético-político, a formação e o trabalho das(os) assistentes sociais. O tema proposto foi de extrema relevância, dada as transformações materiais e subjetivas conduzidas pela hegemonia dos interesses capitalistas que têm colocado em cheque o projeto civilizatório, em termos de regressão no campo dos direitos, de crises socioambientais e sanitárias, de insegurança alimentar e do recrudescimento da violência, de práticas fascistas e fundamentalistas.

### Objetivos alcançados

Debate sobre as contribuições e os desafios do Serviço Social para enfrentar as expressões particulares da crise civilizatória da ordem do capital nas relações sociais de sexo, de classe e étnico-raciais e nos espaços sócio-ocupacionais de assistentes sociais e, Consolidação da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

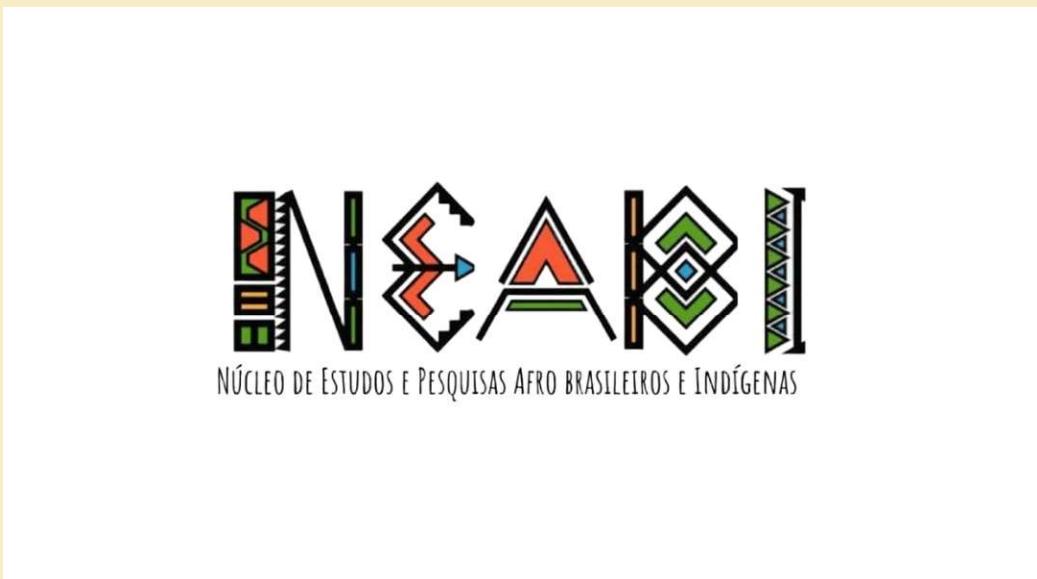


Semana de Serviço Social, 2025. Acervo do Projeto.

## **Núcleos de Pesquisa e Extensão do RIR: NEABI; NEA-CHAIA e Núcleo Lutas Sociais e classes subalternas**



Quilombo da Machadinha. Acervo do Projeto Territórios Criativos, 2015



O NEABI foi criado em 2017 , inicialmente como NEAB e se constitui como um espaço interdisciplinar que agrega docentes e discentes. A partir de 2025, o NEAB passou por uma reformulação em seu regimento, passando a se intitular NEABI. Mais do que um debate meramente léxico, o que se propõe é ampliar o debate étnico-racial incorporando às lutas de resistência das comunidades quilombolas e indígenas no conjunto das ações desenvolvidas.

O Núcleo foi resultado de inúmeras iniciativas desenvolvidas neste campus da UFF que se mostraram efetivas na promoção do debate acadêmico sobre questões étnico-raciais no Brasil, bem como no combate ao racismo e à intolerância religiosa. O NEABI está aberto à participação, além de docentes e discentes, de técnicos-administrativos, de pessoas da comunidade e representantes de movimentos e coletivos locais.

Atualmente o NEABI conta com pesquisadores vinculados ao Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras que coordenam projetos de pesquisa e extensão voltados para a questão étnico-racial nas suas múltiplas expressões, estudantes de graduação da UFF, estudantes e pesquisadores de pós-graduação da UFRJ e da UERJ. Os projetos do NEAB incidem em territórios de assentamento rural do MST, quilombos do Rio de Janeiro e Maranhão e bairros de Rio das Ostras.

Além disso, ofertamos, através do RIR, disciplina optativa, grupo de estudos, grupos de pesquisa e desenvolvemos encontros temáticos articulados com atividades de ensino/pesquisa que possam problematizar a questão étnico-racial como eixo teórico da formação social brasileira. Realizamos, ainda, vivências em territórios quilombolas e de resistência negra como a Pequena África - Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana, organizado pelo Instituto Pretos Novos (IPN), na cidade do Rio de Janeiro.

O NEAB está cadastrado no Diretório de Grupos do CNPQ, sob a coordenação da professora Rai Soares – como grupo de pesquisa, com as seguintes linhas:

- Comunidades Quilombolas: aspectos históricos formadores, identidade e memória, organização e lutas cotidianas;
- Cultura afro-brasileira, resistência e transformação social;
- Desigualdades étnico-raciais e Saúde;
- Movimentos de mulheres negras a partir da perspectiva de classe;
- Pensamento decolonial e crítica ao eurocentrismo;
- Questão social e questão étnico-racial no Brasil;
- Território e lutas populares: o espaço urbano e rural, as lutas quilombolas e organização de coletivos negros no Brasil.



Lançamento do Guia Pedagógico de Educação Escolar Quilombola 2 (UFF/Secadi) no Quilombo da Machadinha, na Feijoada da Consciência Negra 2024.

Atualmente estão em curso os seguintes projetos vinculados ao NEABI e ao NEAB: Pesquisa:

- Práticas Insurgentes coletivas: lutas, resistências e organização de mulheres quilombolas, cimarrones, raizales, garifunas e palenqueras na América Latina e Caribe (Coordenação da Prof.ª Rai Soares);
- As “Gingas” antirracistas de Clóvis Moura na resistência à Ditadura Empresarial-Militar (coordenado pelo Prof. Edson Teixeira).

## Extensão:

- Curso de Aperfeiçoamento em Educação Escolar Quilombola: perspectivas antirracistas e práticas emancipatórias em territórios da região dos lagos e norte fluminense do Estado do Rio de Janeiro I e II (Coordenadores: Rai Soares, Edson Teixeira, Hayda Alves, Jéssica Monteiro).
- Semana de Cultura afro-indígena e quilombola (Equipe: Edson Teixeira; Elizabeth Carla Vasconcelos; Rai Soares, Hayda Alves, Katia Marro, Ramiro Dulcich, João Claudino Tavares).
- Projeto Territórios: terra, trabalho e direitos – ações extensionistas integradas nos Quilombos de Sobara (Araruama) e Maria Joaquina (Cabo Frio) (Coordenadora Susana Maia).
- Questões étnico-raciais e vivências em cultura afrobrasileira (Equipe: Edson Teixeira; Elizabeth Carla Vasconcelos; Rai Soares, Hayda Alves, Katia Marro, Ramiro Dulcich, João Claudino Tavares).
- Fórum da Educação Superior para povos Indígenas e Quilombolas no estado do Rio de Janeiro (Coordenadora Erika Frazão e vice-coordenadora - Rai Soares)

## Produções:

- Livro - Relações étnico-raciais e práxis Insurgentes. Organizadores: Rai Soares, Hayda Alves, João Claudino, Edson Teixeira, Tarcísio Oliveira. Editora Fi, 2022.
- Revista Amefricanas.

Para conhecer mais acesse as redes:

Instagram: @neabiuffro

Site: <https://neab.uff.br/>

Revista: <https://neab.uff.br/revista-2/>



Estudantes e professores da UFF no Circuito Pequena África (Rio de Janeiro/RJ) do Instituto dos Pretos Novos, em 2024 (vivência extensionista organizada pelo NEABI)

# Núcleo de Estudos em Agroecologia Coletivo Humanista Autogestionário Interdisciplinar de Agroecologia (NEA CHAIA)



Os NEAs constituem uma estratégia de fomento e fortalecimento do campo da agroecologia nas instituições de ensino. A partir de 2010, o governo federal deu início a editais de fomento e apoio aos Núcleos de Agroecologia no Brasil.

Tendo essa referência na área da educação superior, em 2020 formalizamos o Núcleo de Estudos em Agroecologia Coletivo Humanista Autogestionário Interdisciplinar de Agroecologia (NEA CHAIA) na UFF / Campus de Rio das Ostras. Cadastrado no diretório do CNPq também em 2020, congregando atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O nome CHAIA é um registro simbólico das nossas atividades extensionistas que se iniciaram em 2015, quando organizamos uma horta comunitária no período da greve. Maiores informações sobre as atividades de ensino, pesquisa, extensão, publicações, materiais pedagógicos, grupos cesteiros, divulgação científica e militante de outros grupos de pesquisa e extensão, de organizações populares e movimentos sociais podem ser encontrados em nossas redes sociais: <https://neachaia.uff.br/>, @nea.uffro, <https://www.youtube.com/channel/UCI4eCgP6lyDCOWp6kwXjpiw/playlists>.



O NEA conta com a coordenação das professoras Suenya Santos (UFF de Rio das Ostras) e Vanessa Schottz (Faculdade de Nutrição/ UFRJ – Macaé) e como colaboradoras as professoras do RIR da UFF de Rio das Ostras Maria Raimunda Soares (NEABI, @neabrouff), Katia Marro (Mulheres da Terra que cuidam e curam, @mulheresdaterrauffro), Hayda Alves, Elizabeth Barbosa e Ramiro Dulcich. O Núcleo também compõe a Rede de Agroecologia da UFF em cogestão com colegas e discentes de outros Campi (@rede.agroecologiauff). Ainda, integra a Articulação de Agroecologia Serramar e o GT Mulheres Serramar (@gt\_mulheres\_serramar).



Planejamento NEA, 2025. Acervo do Núcleo.



Atividades do NEA. Acervo do Núcleo.



Ato contra o PL da Devastação, 2015



Atividade GT Mulheres 2017



Evento sobre questão socioambiental e Serviço Social, 2015



JURA 2015. UFF Rio das Ostras

Atividades desenvolvidas a partir do NEA:

- Ensino (disciplinas obrigatórias e optativas do curso de Seso UFF/Rio das Ostras e grupo de estudo e atividades junto à Rede de Agroecologia da UFF e NEABI): aulas; produção de materiais pedagógicos produzidos por estudantes (<https://spotifyanchor-web.app.link/e/rf0f8BEz2tb> e outros materiais; etc.
- Pesquisa: Observatório de conflitos territoriais na região da baixada litorânea e Norte Fluminense;
- Extensão: Semeando Agroecologia no campo e na cidade e parcerias com Rede de Agroecologia da UFF, Projeto Comida é Patrimônio / UFRJ, ações de extensão em articulação com o NEABI, Mulheres da Terra que cuidam e Curam. Ações: horta comunitária, cursos, GT Mulheres da AASM, Feiras, Grupo de consumidores de produtos agroecológicos, Jornada Universitária e defesa da Reforma Agrária, Fomento a políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, etc.

## Núcleo Lutas Sociais e Classes Subalternas

O Grupo de Estudos e Pesquisas Lutas Sociais e Classes Subalternas, coordenado pelas professoras Susana Maia e Katia Marro, propõe abordar lutas sociais e insurgências populares protagonizadas pelas classes subalternas no Brasil e na América Latina, nos marcos dos antagonismos de classes. Devido à nossa formação profissional como assistentes sociais e aos diversos espaços de atuação extensionista em estreita organização com movimentos sociais do Brasil e da América Latina, nossos estudos estão atravessados também pela preocupação de dar visibilidade à estreita relação que existe entre as revoltas sociais e populares e as expressões da questão social na região, na medida em que as lutas sociais desvelam os traços conflitivos, antagônicos e de resistência com que se manifestam o conjunto de desigualdades sociais.

Em 2023, em parceria com o Laboratório de Estudos em Teoria Social, coordenado pelo Prof. Ranieri Carli, organizamos o grupo de estudos Quintas com Gramsci - estudo do pensamento de Antônio Gramsci.

Atualmente, estamos desenvolvendo as pesquisas: Mapeando violências patriarcais em territórios marcados pela exploração extrativista: Rio das Ostras, zona de sacrifício de mulheres? (Edital Pibic/CNPq UFF 2025-2026, coordenado pela profa. Katia Marro e integrado pelas estudantes, Rita de Cassia Garcia de Freitas da Silva, bolsista, e Juliana Gilio Guzzo, como voluntária, e a assistente social e pesquisadora, Bárbara Brame); e a pesquisa interinstitucional A relação do Serviço Social com as lutas sociais nas décadas de 1970-1990, em parceria com as universidades UFJF, UNIFESP e PUC-SP, desenvolvida pela profa. Susana Maia. Também, estamos retomando as pesquisas vinculadas ao projeto Ativismos juvenis e Consciência coletiva – processos de formação a partir das ocupações secundaristas e universitárias de 2016 em Rio das Ostras e região, com a coordenação da profa. Susana Maia e com participação da profa. Elizabeth Carla Barbosa e as assistentes sociais e pesquisadoras, Ana Carolina Ferreira e Katrhelyn Cristina Santos de Abreu.

## **Relatos de experiência e vivências extensionistas**

Relato de Letícia Rafael Martins Rosa, estudante de Serviço Social, sobre a Semana Afro:

"Estar na semana Afro sempre é um momento muito enriquecedor. Para além de poder apresentar e contribuir para extensão do curso, também agrega muito para os próprio corpo discente e docente. São diversas expressões de cultura, diversas informações, vivências..."



Relato de Rita de Cássia Garcia, estudante de Serviço Social, sobre o Quilombo da machadinha, PDS Osvaldo de Oliveira, Semana Afro, Quilombo Maria Joaquina e Quilombo Botafogo:

"É muito gratificante ter a oportunidade de conhecer lugares e vivenciar experiências através da universidade, a qual é capaz de nos abrir portas muitas vezes desconhecidas ou inacessíveis. Conhecer os diversos quilombos como Machadinha, Botafogo, Maria Joaquina e São José marcaram a minha vida e me permitiram construir laços com a comunidade que jamais serão rompidos. São lembranças que estarão presentes sempre em meu coração. Por outro lado, conhecer o PDS Osvaldo de Oliveira me traz o mesmo sentimento de gratidão, pois pisar num assentamento pela primeira vez através da faculdade me ensinou o que é trabalhar e lutar coletivamente e como isso é capaz de nos trazer ganhos muito preciosos na forma de levar a vida."



# **Relatos de experiência e vivências extensionistas**

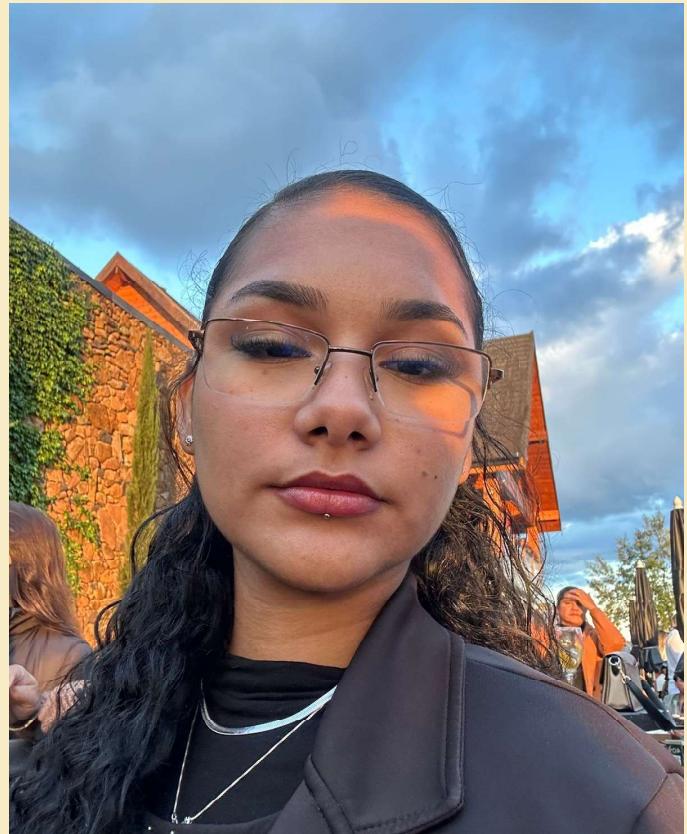


Relato de Vera Lucia Ferreira Sant'Ana Nobre, estudante de Serviço Social, sobre o Quilombo Machadinha:

"Sou graduanda do curso de serviço social e a participação em atividades extensionistas auxiliam no meu desenvolvimento como futura assistente social. Conhecer as demandas locais ou estaduais em relação a população insurgente é fundamental para traçarmos caminhos emancipatórios. Valorizar a cultura e respeitar os territórios ancestrais deveria ser o princípio básico de formação de todos os cursos universitários. Estar em territórios ancestrais e conhecer esses sujeitos que trazem consigo ancestralidade, lutas e conhecimentos orais, não tem preço. "

Relato de Kauanny Santos, estudante de Serviço Social, sobre o Quilombo Machadinha:

" Foi uma experiência surreal. Já estive em Machadinha 2 vezes e sempre fico encantada com as histórias e vivências dos povos antigos. Acredito que o quilombo representa a resistência de forma vivida e construída. Algo que eu adoro pontuar em Machadinha é que as casas onde os escravos viviam estão intactas, preservadas, e a casa branca em ruínas, isso impacta muito. Amo estar lá e compartilhar histórias e sentir o acolhimento do povo que atualmente vive lá. É mágico!"



# **Relatos de experiências e vivências extensionistas**



Relato de experiência de  
Jéssica Dorea de Andrade, estudante de Serviço  
Social sobre o PDS Osvaldo de Oliveira:

"Minha visita ao PDS Osvaldo de Oliveira em maio de 2025, foi o meu primeiro contato com um assentamento do Movimento de Trabalhadores Sem Terra. Meu objetivo era compreender in loco (no próprio lugar) o conceito de sócio agroecologia, mas não tinha muita ideia de como iria conseguir identificar isso, no entanto, para minha surpresa não precisei fazer muito esforço. Conversando com várias pessoas, especialmente com as trabalhadoras do local, eu pude conhecer não só sobre agricultura sustentável, mas principalmente como suas histórias de vida se mesclavam com a experiência do assentamento, cujo a razão de sua existência, eu pude concluir, vai bem além de trabalhar a terra para produzir alimentos saudáveis e em harmonia com o meio ambiente.

Pude descobrir ouvindo àquelas histórias de luta para ocupar e manter aquele território e para construir sua infraestrutura de que aquele espaço não era apenas uma unidade de produção agrícola, mas sim um espaço onde uma organização social com meios de produção de posse coletiva pode funcionar eficientemente ao contrário do que o senso comum sugere.

Três momentos me chamaram bastante atenção: O primeiro foi conhecer a história de uma assentada cuja família antes morava em uma casa com quintal repleto de árvores frutíferas, e precisou se mudar para Macaé em busca de oportunidades de trabalho com melhor remuneração na zona urbana. Ela me disse que embora a renda tenha aumentado, a condição de pobreza de sua família se acentuou e que após ocupar o território do PDS sua vida melhorou. O segundo momento foi quando me mostraram a transformação do espaço, antes degradado pela substituição da vegetação original por pasto plantado para pecuária extensiva, em um espaço recuperado, em que a agricultura convive em harmonia com a vegetação de espécies originais replantadas. E o terceiro momento foi quando já estávamos de saída e enquanto eu conversava algo com uma senhora, que pude perceber tinha uma visão limitada, ela me convidou para que me aproximasse e me disse que eu sou bonita, sendo que eu sou uma mulher trans, cujo timbre de voz não é nada feminino. Depois nos abraçamos e só então ela perguntou meu nome e então pediu para sermos fotografadas juntas. A gentileza daquela senhora me deixou absolutamente encantada.

Quando penso que ao buscar aprender sobre um agrupamento social, este deverá ser ouvido como sujeito de sua realidade ao invés observado como objeto da minha curiosidade sempre irei me lembrar desta visita ao assentamento."

# **Relatos de experiências e vivências extensionistas**



Relato de Isabel Cristina Melo do Nascimento, estudante de Serviço Social, sobre a Pequena África/Rio de Janeiro:

“Foi uma experiência muito rica e impactante. Conhecer a história de parte do RJ pela ótica do escravizado, visitar os locais onde os negros africanos continuaram a tortura de serem espoliados de seu chão, sua cultura, sua família...é doloroso. Deixa uma impressão forte de que não conhecia nada dessa questão, o que ajuda a encarar na população de maioria negra, os estereótipos que tentam limitá-la. Ajuda na mudança do olhar acerca do sofrimento dos escravizados, que foi muito mais visceral do que eu supunha.”

Relato de Edna Pessanha Peixoto Araújo, estudante de Serviço Social, sobre o Coletivo Andorinha:

“Uma experiência maravilhosa, conhecer um pouco da realidade de pessoas tão acolhedoras, que vem lutando há vários anos por reconhecimento e apoio dos governantes. Aprendi muito nesse dia, me senti numa excursão de escola, onde tudo é novidade. E ainda pude experimentar aquele café de milho divino.”



# **Relatos de experiências e vivências extensionistas**



Relato de Emile Mergulhão da Silva,  
estudante de Serviço Social, sobre o  
Coletivo Andorinha:

"Essa foi a primeira visita ao Coletivo Andorinhas, e teve como objetivo conhecer e aprender sobre as pessoas que ali vivem, e que já estão presentes na vivência universitária, através da feira agroecológica da UFF. Essa vivência foi marcada por experiências boas e que serão lembradas e guardadas como um grande ensinamento.

Ali tive a experiência de uma coletividade, onde chegamos e já estava sendo realizado um trabalho de descascar mandioca, e todos nos juntamos a eles para também ajudar nesse processo. Também aconteceu a visita nas plantações de abacaxi, açaí, macaxeira, e outras tantas plantas, como o merthiolate que tem muitos benefícios medicinais. Em suma, essa visita foi de grande importância para minha formação, pois ela promoveu o contato com aqueles que já estão dentro da faculdade através da feira agroecológica, e agora foi nossa vez de estar com eles conhecendo um pouco de suas histórias. A promoção de eventos como esse, me trouxe uma outra realidade, e me fez pensar sobre a valorização desses produtores que ainda é pouca, em comparação ao bem que a sua produção traz para nós."

## **Relatos de experiências e vivências extensionistas**



Relato de Thais Salcedes, assistente social (UFF/Rio das Ostras), sobre o Quilombo Machadinha:

“ Tive a oportunidade de ir ao Quilombo Machadinha quando me voluntariei a participar do projeto de extensão Questões étnicos-raciais e vivência em cultura Afro-brasileiras. Eu não consigo até hoje explicar racionalmente a emoção que senti quando cheguei àquele lugar. Tive a sensação de que ali era o meu lugar, um reencontro com a minha ancestralidade que mudaram toda minha percepção da realidade. Estar em contato com aquelas vivências e saberes ancestrais, me trouxeram uma nova concepção sobre mim. Foi uma experiência enriquecedora para minha formação acadêmica. Conhecer esse quilombo, visualizar a estrutura em ruínas da casa grande, que diga-se de passagem é a única estrutura que estava nessas condições, me gerou uma sensação de realização em ver que a libertação do nosso povo se deu por intermédio da resistência e insurgência dos povos pretos e que sobrevive até hoje sobre sua capacidade de resistir. As estruturas das senzalas foram ressignificadas e se tornaram habitação das próximas gerações. Ver aquelas crianças brincando livremente me fez querer levar meus filhos pra sentir um pouco do que é viver a coletividade na criação. Escutar um pouco da história desse lugar pela boca da comunidade, sobre a tentativa de apagamento da nossa história e das religiões de matrizes africanas, as cantigas de jongo entoadas pelos mais velhos, participar daquela roda de capoeira e de jongo, as crianças brincando atrás do boi bumbá, mudaram certamente o direcionamento da minha prática profissional.”

## **Relatos de experiências e vivências extensionistas**



Machadinha à vista!

Poesia de Cecilia Silva

Entrando na pequena estrada é sinal que estamos chegando, machadinha à vista! Aquela que ouvi tanto.

Foi na universidade, pois antes não conhecia. É uma comunidade onde há sorrisos de alegria.

De um povo que resistiu, se uniu e se abraçou. É a feijoada na machadinha, cheguem junto por favor!

As árvores permanecem lá em sua trajetória. Com seus galhos e raízes demonstram, aqui tem história!

De um povo guerreiro que ali resistiu e permaneceu. É hoje galera! O sol já nasceu.

Ao olhar para cima alguém diz: Vai chover (por ver o céu à nuclar). Mas alguém da comunidade diz que não. (É o saber popular).

Vendo de longe alguém se pergunta: aquilo é saia branca ou vestido longo? E o som do tambor ecoa dizendo: calma! É apenas jongo.

...e a roda de gente cantando e batendo palma, o que é? É a resistência dizendo: "A casa grande ruiu e a senzala ficou de pé".

Cheguem mais pessoal, venham conhecer! É o memorial de histórias vivas e saudosas do nosso transcorrer.

Aqui tem história no lar, nas músicas, comidas, palmas e dança. Deixem de me julgar e voltem a ser criança.

É a feijoada da liberdade... Aqui tem vida, tem luta, tem vitória. E ao contemplar o sino da igreja te digo: Obrigada por compartilhar comigo e até à vista, até próxima!



## SEÇÃO MALÊS



## Revolta dos Malês

A revolta dos Malês ocorreu em 1835, na cidade de Salvador/ Bahia. Malês deriva do iorubá ìmàle que significa muçulmano. Esse movimento ficou conhecido como uma das maiores rebeliões de escravizados do Brasil; cerca de seiscentos africanos, em sua maioria de origem muçulmana, participaram desse levante, que tinha como objetivo a libertação da escravidão e a garantia de sua liberdade religiosa. Foi planejada para que acontecesse durante as primeiras horas daquele vinte e quatro de Janeiro, domingo de Ramadã. Os guerreiros partiram para a luta vestidos com seus trajes brancos, tipicamente muçulmanos, e levavam consigo amuletos malês, que continham gravuras com passagens do Alcorão.

O levante durou menos de vinte e quatro horas, devido a uma denúncia, que deu início à ação policial que interveio através de uma repressão brutal. Ao todo, foram setenta e três rebeldes mortos no confronto, e os que sobreviveram foram penalizados com chicoteamentos. Aqueles que ainda eram escravizados foram vendidos para outras províncias e os que já tinham liberdade foram deportados para a África. Outros dezesseis foram condenados à morte, porém só quatro deles foram executados. Um dos principais líderes, Pacífico Licutan, foi condenado a 1200 chibatadas.

Esse momento histórico desencadeou o desejo de outros escravizados no Brasil de lutar por sua liberdade, gerando um certo medo por parte das autoridades de que algo semelhante pudesse voltar a acontecer. Portanto, passaram a agir com muito mais repressão, em busca de controlar outros possíveis conflitos. A revolta dos Malês foi um grande marco na história do nosso país, no período de um regime opressor, racista e escravocrata, e ficou eternizado através dos registros de suas ideias, planos e sentimentos que ficaram marcadas na escrita desses povos. E, neste ano de 2025, esse acontecimento ganha exibição nas telonas dos cinemas do Brasil através do filme “Malês”, sendo recontada pela ótica do diretor Antônio Pitanga, com roteiro de Manuela Dias.

Laryssa Conceição de Oliveira | Emile Mergulhão da Silva<sup>1</sup>

### Fontes:

REVOLTA dos Malês. impressões Rebeldes. Niterói: Universidade Federal Fluminense (UFF), 25 de jan. 2025. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/revolta/revolta-dos-males/>. Acesso em: 29 out. 2025.

REIS, João José. A Revolta dos Malês. Salvador: Secretaria Municipal de Educação, 2015. Disponível em: <https://educacao3.salvador.ba.gov.br/adm/wp-content/uploads/2015/05/a-revolta-dos-males.pdf>. Acesso em: 29 out. 2025.

---

<sup>1</sup> Estudantes da disciplina Oficina de Extensão II

## Ponto de Jongo de Tambores da Machadinha

Ponto de Jongo: Cundê, Cundê

Cundê, cundê

Eu não estou pra fazer roça

Pra boi dos outros comer

Cundê, cundê

Eu não estou pra fazer roça

Pra boi dos outros comer

(Mestre Gilson - Jongo Tambores de Machadinha)

Ponto de Jongo: O galo e o pinto

O galo e o pinto foram dormir no puleiro

O galo cochilou e o pinto cantou primeiro

O galo e o pinto foram dormir no puleiro

O galo cochilou e o pinto cantou primeiro

Ê piu, piu, ê...

Ê piu, piu, ê...

Olê, lê, ê...

Olá, lá lá...

Olê, lê, ê...

Olá, lá lá...

(Mestre Leandro Firmino - Jongo Tambores de Machadinha)



**A Extensão Universitária fazendo a diferença na inserção de alunos negros, indígenas e quilombolas, com a criação de espaços de trocas, saberes e vivências entre toda a comunidade acadêmica.**

Laryssa Conceição de Oliveira | Emile Mergulhão da Silva | Thiago dos Santos Cosendey<sup>1</sup>

A inserção de estudantes negros, indígenas e quilombolas nas universidades públicas no Brasil, deve ser considerada uma vitoriosa conquista para as pessoas da comunidade acadêmica e dos movimentos, que muito se mobilizaram para conquistar políticas de ações afirmativas que favoreçam esse acesso ao ensino superior. Contudo, o racismo estrutural gerado pelo capitalismo, muitas das vezes faz com que esses estudantes se sintam excluídos dos espaços sociais de seus campus universitários. Por esse motivo, a criação de espaços de compartilhamento de saberes e conhecimentos é essencial, por meio de projetos que incentivem esses jovens a conquistarem seu lugar e valorizarem suas origens; para que tenham experiências e vivências para além da sala de aula, construam e alcançarem um lugar de respeito dentro da universidade.

A extensão universitária adotada pela UFF de Rio das Ostras, vinculada à perspectiva da Educação Popular, vai além de uma simples interação com a sociedade e busca ser um instrumento político para enfrentar o racismo institucional. Nesse sentido, a Extensão se torna um espaço de troca de saberes entre instituição e comunidades/territórios, uma forma política de valorizar saberes discriminados, transformando o olhar instrumentalista predominante na academia. Esse movimento tem uma relevância crucial para que outras formas de produção de conhecimento ligadas à população negra e à diversidade sociocultural do nosso país cheguem às diretrizes curriculares, trazendo o protagonismo negro, indígena e quilombola às salas de aula. É intrínseca a incorporação desses saberes dentro da universidade para que a sua valorização e a diversidade socio-histórica levem a uma educação antirracista que transmita o pertencimento e a inclusão para os estudantes negros, indígenas e quilombolas nas universidades públicas brasileiras e dê destaque ao patrimônio intelectual de corpos que foram negados por tanto tempo pela academia. Nesse sentido, a extensão universitária promove não somente oportunidade para que os discentes vivenciem experiências nos Territórios, como por exemplo, no Quilombo Machadinha (Quissamã/RJ), durante a "Feijoada da Liberdade", e no circuito "Herança Africana", junto ao Instituto Pretos Novos (IPN/RJ), mas também visa trazer a comunidade para dentro da Universidade, através de diversos projetos.

---

1. Estudantes da disciplina Oficina de Extensão II/2025 - Curso de Serviço Social/UFF/Rio das Ostras

Porém, gostaríamos de dar destaque à Semana Afro, Indígena e Quilombola, que neste ano realizou a sua IX edição, desenvolvida no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiro e Indígena (NEABI). Um evento que traz para o centro do nosso campus, o debate antirracista em forma de protagonismo, além de atividades que contribuem para a valorização da cultura e ancestralidade. Reafirmando a existência desses povos que transitam nesses espaços e que, muitas das vezes, continuam sendo invisibilizados.

Quando falamos e pensamos nas universidades como um espaço que pode contribuir com a transformação de nossa sociedade, é necessário que essas temáticas não sejam negligenciadas. Devemos ressaltar a importância da participação da comunidade acadêmica como um todo nesses espaços de discussão. O debate a respeito da questão étnico-racial é de suma importância, assim como a abrangência de um currículo que também considere autores negros, indígenas e quilombolas.

Tivemos sim, um avanço significativo em relação a inserção de jovens negros, indígenas e quilombolas nas Instituições de Ensino Superior (IES) do nosso país, porém em questão de efetividade de formação, mais que o dobro de pessoas brancas conseguem se formar nas universidades em relação a estes grupos. Diversas dificuldades perpassam esse processo e isso se deve a condições financeiras, à localização de seus territórios, e o racismo dentro e fora das universidades.

Continuar a fazer com que esse espaço se projete como mais uma forma de exclusão e apagamento é negar todo o processo histórico de lutas e resistências até aqui.

## Referência

SOARES, M. R . P; SILVA, R. R. Educação antirracista nas universidades públicas: novos sujeitos, velhas estruturas e demandas além das cotas. *O social em questão*, Ano XXIV, nº50, p. 179-200, 2021.

# **Extensão universitária e Educação Escolar Quilombola: práticas emancipadoras em territórios da Região dos Lagos e Norte Fluminense**



Quilombo Fazenda Espírito Santo, Cabo Frio/RJ., 2024. Acervo do Projeto de Extensão EEQ.

Heloisa Cristina de Mello e Britto | Maria Raimunda Soares | Hayda Alves, Edson Teixeira | Jéssica Monteiro<sup>1</sup>

## **Introdução**

Este artigo apresenta reflexões sobre a extensão universitária como ação dinamizadora de práticas pedagógicas, a partir da realização do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Escolar Quilombola - perspectivas antirracistas e práticas emancipatórias em territórios da Região dos Lagos, Norte Fluminense e Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de uma parceria da UFF com a Secadi/MEC que conta com o apoio de pesquisadores da UFRJ/Macaé, do IFF/Macaé, da UFRRJ e da UENF, bem como, de Associações Quilombolas e das Secretarias de Educação dos municípios envolvidos. Tem como objetivo contribuir com a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ) e com a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ). Utilizou-se metodologias participativas, com aulas presenciais, vivências nos territórios e oficinas ministradas por mestres quilombolas. O Curso reflete a inserção de pesquisadores da UFF em diálogo com comunidades e movimentos sociais locais, articulando parcerias interinstitucionais em diferentes escalas em territórios quilombolas, junto a gestores municipais, instituições públicas de ensino superior e médio e membros de Núcleos Afro-Brasileiros e Indígenas da UFF, UFRJ e IFF/Quissamã.

1. Bolsista de extensão do Projeto EEQ | professores extensionistas

Por outro lado, reafirma a função social da Universidade Pública, como seu compromisso com a construção de saberes e práticas em diálogo com populações tradicionais, setores populares e grupos que venham a estar, por ausência de políticas públicas, em situação de vulnerabilidade social ou violação de direitos. (Soares et. al. 2024).

## **Desenvolvimento e Resultados**

O Curso de Aperfeiçoamento em Educação Escolar Quilombola tinha como público professores de escolas de comunidades quilombolas da Região da Baixada Litorânea, da Costa Verde e do Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro; gestores vinculados às Secretarias de Educação dos municípios envolvidos e lideranças quilombolas das regiões. O Curso teve duração de 180 horas, distribuídas entre aulas, vivências/práticas quilombolas e oficinas, acompanhadas por Professores/ Pesquisadores/Formadores e Tutores. Foi organizado em módulos com temas geradores, que propiciam questões e reflexões, organizam as leituras, os debates e as ações educativas nos cotidianos dos sujeitos participantes.

Ao todo foram abertas 5 turmas – Quissamã (Quilombo Machadinha), Campos Goytacazes (Quilombo Lagoa Fea), Mangaratiba (Quilombo da Marambaia), Búzios (vários quilombos) e Cabo frio (vários quilombos). Cada turma organizou seu próprio cronograma de atividades e, além das aulas, convidou mestras e mestres do saber para ministrar oficinas e realizar vivências nos territórios.

As turmas do curso estão diretamente vinculadas às escolas localizadas em territórios quilombolas, ou em suas proximidades, ou que tenham alunos quilombolas.

A realização do Curso de Aperfeiçoamento em EEQ nestes territórios reafirmou que a articulação entre as secretarias de educação, Universidade e movimento quilombola é fundamental na construção de propostas que visem a implementação das DCNEEQ e da PNEERQ (Soares et. al, 2024). Neste sentido, podemos indicar algumas potencialidades elucidados no processo: Valorização de iniciativas já existentes na região, nas escolas e comunidades; Aproximar e aprofundar o diálogo entre professores, gestores, trabalhadores em educação e militantes quilombolas debatendo, aprendendo e ensinando sobre educação escolar quilombola; Territorialização da formação, possível através da existência dos tutores nos territórios; Realização de vivências nas comunidades, como uma experiência fundamental e potente que possibilita aos professores e gestores não-quilombolas vivenciarem o cotidiano dos territórios de onde vem os alunos quilombolas, além de valorizar conhecimentos, saberes e tecnologias locais, bem como as mestras e mestres do saber das comunidades; Realização de aulas presenciais como fundamental para a construção e fortalecimento do vínculo Escola/Quilombo durante a formação; A possibilidade de produção de material didático a partir da realidade quilombola e; Fortalecimento de uma educação antirracista e emancipatória. (Soares et. al, 2024).

## Resultados:

- Foram ofertadas 280 vagas com um total de 163 concluintes
- Fortalecimento das relações Escola–Comunidade;
- Fortalecimento da história e memória quilombola;
- Produção de materiais didático- pedagógicos a serem utilizados nas aulas;
- Levantamento de produções e atividades já existente nas escolas participantes;
- Elaboração do Guia Pedagógico III que será lançado em dezembro.

MUNICÍPIOS	ESCOLAS	COMUNIDADE QUILOMBOLA
QUISSAMÃ	<ul style="list-style-type: none"> <li>• E.M. Maria Ilka de Queirós e Almeida</li> <li>• Creche Júlia Pessanha</li> <li>• E.M. Ignácio Hugo</li> <li>• E.M. Felizarda Maria Conceição</li> <li>• COGEP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Machadinho</li> <li>• Bacurau</li> <li>• Mutum</li> <li>• Sítio Boa Vista</li> <li>• Sítio Santa Luzia</li> </ul>
CAMPOS DOS GOYTACAZES	<ul style="list-style-type: none"> <li>• E.M. Raymundo Soares Filho</li> <li>• E.M. Manoel Correia Gonçalves</li> <li>• E.M. Maria Antônia Pessanha Trindade</li> <li>• E.M. Professor Paulo Freire</li> <li>• Colégio Estadual Nilo Fernandes Pereira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lagoa Fea</li> <li>• Sossego</li> </ul>
MANGARATIBA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• E.M. Levy Miranda</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quilombo da Ilha Marambaia</li> </ul>
ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• E.M. Quilombola Eva Maria Conceição Oliveira</li> <li>• E.M. Quilombola Professora Lydia Sherman</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rasa</li> <li>• Baía Formosa</li> </ul>
CABO FRIO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• E.E. Mz Angelim</li> <li>• E.A.M. Nilo Batista</li> <li>• E.M. João Evangelista dos Santos</li> <li>• E.E. Mz Araçá</li> <li>• E.E. Mz Francisca Nazareth de Souza</li> <li>• E.M. Professora Maria Salvadoria Silva</li> <li>• E.M. Pedro Jotha</li> <li>• E.M. Justiniano de Souza</li> <li>• E.M.E.I. Cleusa Guimarães</li> <li>• E.M. Agrisa</li> <li>• E.M. Francisco Franco</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preto Forro</li> <li>• Botafogo</li> <li>• Maria Romana</li> <li>• Maria Joaquina</li> <li>• Fazenda Espírito Santo</li> <li>• São Jacinto</li> </ul>

Por fim, reconhecemos que há muitos desafios a serem enfrentados, em especial quanto a própria valorização das práticas extensionistas dentro das IES, bem como, no caso específico da EEQ: a Inserção de mestres do saber como professores – as regras institucionais exigem título de mestre ou doutor para o cadastro como professor nesta modalidade de Aperfeiçoamento, o que inviabiliza, muitas das vezes que mestres da comunidade possam ocupar esse espaço da forma devida (institucionalmente reconhecidos como parte da formação); Dificuldade de deslocamento para as aulas presenciais e vivências e desafios desse apoio a partir das secretarias de educação locais – principalmente dos quilombolas; Liberação dos professores para assistirem às aulas; Dificuldades em relação às tecnologias – evidenciando desigualdade em letramento digital. Debate sobre o uso da tecnologia no cotidiano escolar (ela ainda não é equânime). Que a tecnologia seja efetivamente uma ferramenta pedagógica viável no cotidiano escolar. (Soares et. al, 2024).

## Referencias

- BRASIL. PORTARIA N° 470, DE 14 DE MAIO DE 2024 Institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola - PNEERQ. Diário Oficial da União. 14 maio 2024.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012b. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- CONAQ & TERRA DE DIREITOS (Org.). Racismo e violência contra quilombos no Brasil 2018 - 2022. Curitiba: Terra de Direitos, 2023.

# **Ações Extensionistas e suas Contribuições para o Combate ao Racismo no Campus da UFF de Rio das Ostras**

Vera Lucia Ferreira Sant Ana Nobre<sup>1</sup>



## **Introdução**

O projeto de extensão “Questões étnico-raciais e vivências em cultura afrobrasileira” tem o objetivo de ampliar o debate étnico-racial de forma interdisciplinar, apoiando e interligando estudantes, professores, comunidades tradicionais, associações e movimentos sociais antirracistas da região da baixada litorânea e norte do Estado do Rio de Janeiro, a partir das ações que desenvolve no campus da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Rio das Ostras. É uma ação em interface com o Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiras e Indígena (NEABI) do referido campus.

Este texto é um relato de experiências, com o objetivo de discorrer sobre os impactos das ações e vivências ocorridas no âmbito do projeto de extensão. Utilizaremos bibliografia e a análise de dados de forma qualitativa das interações realizadas no projeto. Para essa exposição foi criado um formulário de devolutiva para a viagem ao Quilombo Machadinha, alunos e técnicos responderam as questões. Já as demais vivências foram demarcadas pelo método de observação participante como bolsista do projeto em 2025.

---

1. Bolsista do Projeto Extensão Questões étnico-raciais e vivências em cultura afrobrasileira

## **Desenrolo**

Uma das atividades desenvolvidas é o Grupo de Pesquisa intitulado “As gingas antirracistas de Clóvis Moura durante a Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985)”, elaborado e organizado pelo coordenador da ação extensionista, professor Edson Teixeira. Tem como objetivo proporcionar um debate de como o aparato repressivo da Ditadura Empresarial-Militar atuava em relação ao sociólogo Clóvis Moura, intelectual que dedicou sua vida a estudos que fundamentam a luta antirracista no Brasil. A periodicidade dos encontros do grupo de pesquisa é mensal, em que analisamos documentos dos órgãos de repressão e informação da ditadura, textos e livros de autoria de Clóvis Moura e estudos que dialoguem com as referências teóricas moureanas. Além disso, participamos de seminários com a temática antirracista, tais como: o I Seminário de Formação Antirracista no Serviço Social, com o tema “Marxismos, Sujeitos Históricos e Territórios de Resistências” que aconteceu nos dias 12 e 13 de junho de 2025, em Vitória, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e o “I Fórum de Educação Superior para Povos Indígenas Quilombolas no Rio de Janeiro” que aconteceu entre os dias 13, 14 e 15 de agosto na UFF em Niterói, evento marcado pela grande presença de indígenas e quilombolas lutando por políticas de entrada e permanências nas universidades do estado do Rio de Janeiro.

Outra atividade desenvolvida pelo projeto é o Grupo de Estudos “Lutas, resistências e os desafios quilombolas entre a baixada litorânea e a região norte do estado do Rio de Janeiro”; com encontros mensais, propiciando o exame de bibliografias e documentos com a temática da escravização na região citada; potencializando o conhecimento dos sujeitos históricos regionais, como os estudos sobre a luta pela terra no Quilombo da Caveira e o protagonismo da líder quilombola dona Rosa Geralda da Silveira, mulher negra que lutou pelo direito à terra e contra a discriminação de negros e negras em sua comunidade.

No dia 17 de maio de 2025, realizamos a vivência junto ao Quilombo Machadinha, em Quissamã, no norte do estado do Rio de Janeiro. A comunidade conta com 47 famílias e mais de 200 pessoas; foi tombada em 1979 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) e desapropriada pela prefeitura em 2003, mas só em 2009 passou a se chamar Complexo Histórico Cultural Fazenda Machadinha abrangendo as comunidades ao seu redor como: Sítio Santa Luzia, Bacurau, Sítio Boa Vista e Mutum. Participaram da vivência mais de 80 pessoas; elaboramos um formulário para coletar as experiências vivenciadas pelos estudantes que participaram da atividade. As principais perguntas e respostas foram:

**Para você a experiência vivida no Quilombo Machadinha contribuirá para sua formação profissional ou social? Explique.**

- Sim, pois conhecer um quilombo é essencial para tirar essa visão colonialista sobre um grupo com tanta história e luta, principalmente para a nossa profissão de Serviço Social.
- Sem dúvidas. Conhecer uma comunidade que vem resistindo à especulação imobiliária, aos cantos de falsas sereias do campo da política, a partir de um investimento claro na cultura ancestral e na formação das novas gerações; ver o resultado no orgulho com que a comunidade sustenta seus valores e perceber a fundamental importância da formação e fortalecimento de lideranças locais, me traz reflexões sobre as possibilidades de levar práticas como essas a outros grupos e pessoas.
- Contribuirá sim! Meu tema de monografia é o quilombo da Machadinha e mais uma experiência com a comunidade fará grande diferença no meu trabalho.
- Sim, principalmente social devido aos fatos da história de resistência da população negra.
- Sim! Foi magnífico poder visitar um lugar histórico e tão cheio de potência e de resistência. Foi importante para a minha formação profissional porque pude ampliar minha visão sobre formação de subjetividade a partir do forte coletivo do Quilombo Machadinha.

**Quais são suas percepções sobre quilombo? As respostas destacadas foram:**

- Um ambiente de comunidade, com muita história e luta. Muito boa, relaxante e acolhedora, além de um lugar lindíssimo.- A atmosfera é muito agradável e o clima é de muita alegria e acolhimento.

**Há algo que mudou em você após essa experiência?**

- Fortaleceu as ideias sobre a atuação junto às comunidades mais pauperizadas, buscando o fortalecimento de lideranças locais.
- Sempre muda. É bom estar ao redor de pessoas que compartilham tantas experiências e vivências e que estão abertas a abrir seus lares para nós, receber e repassar todo seu conhecimento.
- Muitas coisas mudaram, meu olhar para minha ancestralidade.

Em relação a autodeclaração dos alunos participantes, 17 pessoas se declararam negras, 11 pardas e 14 brancas. Já em relação à distribuição por curso, dos que responderam o questionário: 36 estão vinculados ao curso de Serviço Social, 2 ao curso de Enfermagem, 6 ao curso de Produção Cultural e 1 ao curso de Psicologia.

## Concluindo

Nos relatos acima é possível ver como a vivência da extensão universitária pode mudar o “olhar” do aluno e contribuir para uma tomada de consciência crítica visando empoderamento dos mesmos e guiando-os para caminhos emancipatórios. Destaca-se o grande número de autodeclarados negros e estudantes do curso de Serviço Social.

Conclui-se que as atividades desempenhadas pelo Grupo de Estudos, o “Grupo de Pesquisa” e as “vivências” são de extrema importância para o debate antirracista e valorização das comunidades tradicionais, proporcionando um contato com realidades e saberes diversos, como também a aproximação com sujeitos históricos que o sistema atual quer apagar.

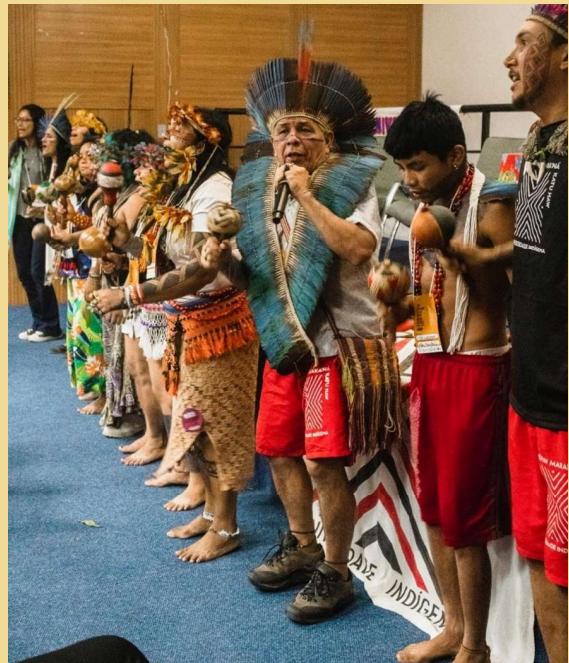
É de grande importância valorizar as histórias ancestrais, dos que vieram antes, e dar visibilidade às suas demandas, intercalar seus conhecimentos, que acessamos através de nossa inserção nos territórios tradicionais, e das vivências, dos estudos e eventos que contém a essência da nossa formação social. Valorizar sujeitos históricos, mostrar a verdadeira luta de mulheres negras como Dona Rosa da Farinha, do Quilombo Caveira - e outras diversas mulheres e homens que lutaram para que hoje estivéssemos aqui - é fundamental para criarmos caminhos emancipatórios.

## Referências

- ACCIOLY, Nilma. José Gonçalves da Silva à Nação brasileira: O tráfico ilegal de escravos no antigo Cabo Frio. Niterói: Funarj, 2011.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985
- MOURA, CLÓVIS. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- NAZARIO, Gessiane. A Revolta do Cachimbo e a luta pela terra no quilombo do Caveira. Cabo Frio:RJ, Sophia Editora, 2022.

# **Experiências extensionistas: atravessamentos e implicações acerca do 1º Fórum de Educação Superior para Povos Indígenas e Quilombolas no Rio de Janeiro**

Jamyle Michely Da Silva Alves | Laryssa Conceição de Oliveira |  
Mariana dos Santos dos Anjos<sup>1</sup>



Participação indígena no Fórum. Autoria:  
@warcosgarcia\_

## **Introdução**

O 1º Fórum de Educação Superior para Povos Indígenas e Quilombolas no Rio de Janeiro foi uma atividade vinculada a Articulação de Políticas Indígenas e Quilombolas (APIQ-RJ) e aos projetos de extensão “Aldear e Aquilombar”, “Vozes Quilombolas na Universidade: Construindo Caminhos de Permanência e Equidade” e “ I Fórum de Educação Superior para Povos Indígenas e Quilombolas no Rio de Janeiro” que tiveram como objetivo construir, de forma coletiva com outras instituições de ensino superior (IES), com coletivos de estudantes indígenas, quilombolas e Rede Trans e com as diversas comunidades indígenas e quilombolas do estado do Rio de Janeiro, uma política diferenciada que possibilite o ingresso, a permanência, o reconhecimento dos saberes ancestrais, culturais e territoriais e a valorização da diversidade epistêmica no ensino superior.

Foram realizadas visitas nas aldeias e quilombos urbanos e rurais entre 2024 e 2025 com o objetivo de estabelecer uma escuta para as demandas e propostas sobre o ensino superior, desta forma promovendo um protagonismo, visibilidade, diálogo e construção coletiva da proposta de política diferenciada. Assim, houve a realização de uma Agenda Pública Pré-Fórum na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em junho e julho de 2025.

Para a sistematização das propostas que saírem do Fórum e elaboração da Política de Ingresso e Permanência de Indígenas e Quilombolas nas IES do RJ, foi criada uma Comissão Interinstitucional formada por sete instituições Públicas de ensino superior (UFF, UNIRIO, UFRRJ, UENF, UERJ E IFF) que foram fundamentais para o planejamento, acompanhamento e realização do evento e das visitas aos territórios. Essas Instituições assinaram o termo de compromisso no final do fórum, firmando seu compromisso com a construção e aplicação da Política de ingresso, permanência e abertura de saberes para essas comunidades.

1. Bolsistas do Projeto de Extensão Fórum de Educação Superior para Povos Indígenas e Quilombolas no Rio de Janeiro. Este texto foi escrito a partir da participação das bolsistas na organização do evento.

## Sobre a realização do Fórum

O 1º Fórum de Educação Superior para Povos Indígenas e Quilombolas aconteceu na Universidade Federal Fluminense (UFF) em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, nos dias 13, 14 e 15 de agosto de 2025. O encontro contou com a inscrição de mais de 450 pessoas, sendo cerca de 300 indígenas e quilombolas do Estado do Rio de Janeiro e de outras localidades do Brasil, além de convidados de outras instituições envolvidas na elaboração do Fórum.

De acordo com o formulário de inscrição do Fórum, foi possível identificar povos indígenas de diversas etnias, tais como Guarani Mbya, Guarani Nhandewa, Pataxó, Guajajara, Baré, Baniwa, Desana, Puri, Goytaká, Kaingang, Kariri, Kokama, Kumaruara, Macuxi, Marubo, Matses, Munduruku, Mura, Potiguara, Tabajara, Tapuia, Tikuna, Tukano, Tupinambá, Iriri Pataxó, Rio Pequeno, Itaxim e Sapukai Mbya Guarani, Mata Verde Bonita, Céu Azul Mbya e Aldeia Marakanã. Além disso, contamos com a participação dos alunos que fazem parte dos Acadêmicos Indígenas da UNICAMP que são de diferentes etnias.

Dentre as comunidades quilombolas, estiveram presentes quilombos de diversas regiões do Rio de Janeiro, tais como Quilombo Ilha da Marombaia, Quilombo Santa Rita do Bracuí, Quilombo de Santa Izabel Santa Justina, Quilombo Campinho da Independência, Quilombo Cruzeirinho, Quilombo Barrinha, Quilombo Lagoa Fea, Quilombo de ABC, Quilombo Custodópolis, Quilombo da Machadinha, Quilombo de Rasa, Quilombo Baía Formosa, Quilombo Maria Joaquina, Quilombo Maria Romana, Quilombo Fazenda Espírito Santo, Quilombo Serra do Mar, Quilombo do Bongaba, Quilombo do Grotão, Quilombo Cafundá Astrogilda, Quilombo Dona Bilina, Quilombo Preto Forro, Quilombo São Jacinto e Quilombo Maria Conga.

O I Fórum de Educação Superior para povos Indígenas e Quilombolas foi construído e idealizado a partir de muitos debates e contribuições prévias, que foram retomadas e discutidas durante os Grupos de Discussão (GD's), que integraram a programação do evento. Esses grupos foram divididos entre as temáticas de Ingresso, Permanência e Assistência Estudantil e Abertura Epistêmica, em um trabalho conjunto, com base nas demandas e na idealização dessas comunidades por políticas públicas que, de fato, considerem seus saberes ancestrais, valores tradicionais, localização de seus territórios e as dificuldades enfrentadas por elas.

Nesse sentido, é importante a inserção de projetos e eventos dessa temática dentro das Instituições de Ensino Superior (IES), visando um debate mais amplo e que incorpore toda a comunidade acadêmica. Trazer à tona essa reflexão e reivindicar esses espaços, está atrelado também a não deixar que se esqueçam as marcas deixadas pela formação sócio-histórica do nosso país e que perduram em nossa sociedade até os dias atuais, como o apagamento da existência dos povos Indígenas e Quilombolas, a exclusão e a violação de seus direitos.

O projeto adotou uma metodologia que considera a escuta ativa como prática ética e política, estendendo o convite a todas as comunidades citadas neste documento que demonstraram interesse em estar presente nessas discussões enviando suas respectivas representações.

O evento proporcionou um espaço de diversas reflexões dentro das atividades, como a Conferência “O protagonismo Estudantil Indígena e Quilombola nas lutas por Políticas de ação afirmativa diferenciadas”, composta pelo UPEI, pelos Coletivos de Estudantes indígenas das Instituições de Ensino Superior (IES), pelo Coletivo Ancestralidade Quilombola e por representações estudantis indígenas e quilombolas.

Não é possível e nem se deve construir políticas afirmativas sem a participação ativa daqueles a quem realmente interessam. O campus foi assumido e protagonizado por esses povos durante o evento, ressaltando o impacto das vozes daqueles que merecem e devem ser ouvidos, em um ato político e cultural que ecoava resistência, desejo e retomada.

No último dia de evento, ocorreu durante a Mesa Institucional a cerimônia de assinatura do Protocolo de Intenções para a construção das Políticas Afirmativas das Instituições de Ensino Superior (IES), efetivada pelos Reitores e Pró-reitores das seguintes instituições: Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e Instituto Federal Fluminense (IFF).

As lutas e reivindicações não terminam neste ato, muito pelo contrário. Ele marca o começo de um compromisso firmado por essas IES de cumprir as demandas levantadas pelos povos indígenas e quilombolas. Dessa forma, o evento representa o início de mudanças estruturais e uma transformação nas políticas de Educação Superior, com foco nessas especificidades e para superar desafios relacionados ao ingresso, à permanência, à assistência estudantil e à conclusão da graduação de estudantes indígenas e quilombolas.

Com a conclusão do 1º fórum, atualmente as atividades se voltam para a construção efetiva dessa política diferenciada, com a articulação política e administrativa orientada para o avanço do protocolo nas universidades, com o objetivo de criar parâmetros, legislações específicas e outros elementos necessários para a implementação das propostas articuladas nos Grupos de Discussão do Fórum. Dessa forma, objetiva-se fornecer subsídios e informações relevantes para a implementação dessas propostas e no retorno a essas comunidades e aldeias para informar sobre o andamento do protocolo assinado pelas IES, além de compreendermos as suas opiniões, demandas e críticas acerca desse processo.

Em novembro de 2025, na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), será realizado um encontro presencial para debater os avanços e dificuldades encontradas ao longo desse percurso do protocolo pela equipe interinstitucional, como o convite às instituições de ensino superior que ficaram de fora dessa construção.

## Conclusão

A realização do 1º Fórum de Educação Superior para Povos Indígenas e Quilombolas no estado do Rio de Janeiro demonstra que a democratização da Universidade Brasileira não se limita apenas à criação de leis inclusivas, mas que necessita do reconhecimento das desigualdades estruturais e a superação do racismo dentro da academia. Dessa forma, é necessário pensar que a inclusão de indígenas e quilombolas na Universidade demanda a melhoria dos currículos, metodologias e práticas pedagógicas, de modo a construir uma formação pensada nas necessidades e particularidades desses povos.

Durante o trabalho de sistematização das propostas elaboradas durante o Fórum, percebe-se que existem diversas melhorias e incentivos desenvolvidos pelos participantes. Assim, é importante pensar que essas políticas de educação não devem ser apenas pensadas para esses povos, mas sim pensadas por esses povos. A experiência do Fórum nos mostra a importância de escutar as necessidades, experiências e particularidades desses participantes para que as políticas criadas sejam condizentes com a realidade dessas comunidades.

O 1º Fórum não representa uma finalização, mas um marco de continuidade de uma luta que já é antiga e que continuará em busca de políticas permanentes, horizontais e coletivas para assegurar o acesso, a permanência e a assistência estudantil de indígenas e quilombolas nas Instituições de Ensino Superior (IES). Não se trata apenas de incluir novos indivíduos na Universidade, mas sim de permitir que estas sejam recriadas por eles e para eles.



Encerramento do I Fórum de educação superior para povos indígenas e Quilombolas no Rio de Janeiro. Autoria: @warcosgarcia\_

**Mais de 90% dos que foram mortos no Rio de Janeiro são contra a operação desenvolvida pelo estado: 2% não responderam, pois tiveram suas cabeças arrancadas. Por quê?**

Edson Teixeira | Camilly Alves Ribeiro<sup>1</sup>

Em 28 de outubro de 2025, na cidade do Rio de Janeiro, uma megaoperação das forças policiais (Policia Civil e Militar), no Complexo da Penha e do Alemão - que reúnem 26 comunidades e uma população de 280 mil pessoas - provocou a morte de 121 e a prisão de 99 pessoas. Quatro policiais estavam entre os mortos. O fato é considerado a maior operação policial letal da história política brasileira e merece algumas problematizações.

Quando autoridades – sobretudo representantes do poder executivo, legislativo ou judiciário - emitem juízos e valores aprovando medidas de contenção criminal pela lógica do extermínio, sinalizam que a Guerra às Drogas foi perdida pelos agentes públicos e pela sociedade civil. Como podemos atestar com base no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2024, no país: "6.243 pessoas foram mortas por intervenção policial" (Oliveira, 2025, p. 3). Logo, um número aproximado de 520 pessoas por mês, ou 17 por dia foram mortas no país por ação policial. Ou ainda, segundo dados do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (Geni/UFRJ): "a Região Metropolitana do Rio somou 707 chacinas na região desde 2007, com 2.865 civis mortos nas ações policiais" (Hazim, 2025, p. 3). Números que evidenciam uma política de (in)segurança que mata e a criminalidade cresce. O cenário estrutural aponta para um índice alarmante - "no que tange à evolução da ocupação formal e informal, utilizando dados do IBGE/Pnad, a taxa de desemprego no Rio, no segundo trimestre de 2025, era, entre jovens de 18 a 24 anos, a pior do país: 20,5% contra uma média nacional de 12,0%" (Gois, 2025, p. 27).

Os dados acima reunidos não deixam dúvidas que a tática do confronto direto pode ter o efeito simbólico imediatista, render votos aos currais partidários populistas e oportunistas, mas estamos muito longe de superar os desafios e as contradições da sociedade pela lógica do extermínio. Ou seja, o extermínio em massa nunca resolveu e não combaterá o crescimento das facções e do crime na sociedade.

Por que chegamos a esse cenário? Certamente, muitas respostas podem ser buscadas. Uma delas é a combinação de dois fatores estruturais recentes: a partir do momento em que se aprovou a Lei de Anistia, em 28 de agosto de 1979, incluindo como anistiados os agentes civis e militares que torturaram, sequestraram, estupraram, praticaram o desaparecimento forçado de pessoas, cometaram assassinatos e outras crimes imprescritíveis no sistema jurídico brasileiro, difundiu-se na sociedade a impunidade e o terror de Estado como forma de atuação legítima de agentes públicos e privados

Esses agrupamentos foram se perfilando junto a atividades ilícitas e lícitas como o “jogo do bicho”, os clubes de futebol, as escolas de samba, os contrabandos, o tráfico de armas e controles de atividades formais e informais, constituindo grupos milicianos que passaram a controlar territórios e sufocar moradores nos centros urbanos, periferias, favelas e quebradas do país. Passaram a ter controle e atuar de modo semelhante ao das facções e cresceram pelo país afora. Aliás, a linha divisória das ações de facções e milícias é tênue.

Nessa dinâmica, uma outra combinação reapareceu: a teologia da prosperidade, o uso de armas e fuzis como ostentação simbólica de poder e instrumento de mediação de conflitos, um modelo de “família de bem” e a referência ao patriotismo distante “dos filhos deste solo”. Mesmo que essa família seja bem patriarcal, bem misógina, bem reacionária e infeliz à sua maneira; que o patriota seja submisso aos ditames dos interesses internacionais dominantes. O resultado: até presidente foi eleito evocando “Deus, pátria e família”. Deu no que deu!

Mas é preciso analisar com seriedade as invasões dos territórios pelas organizações criminosas no país. Segundo editorial do jornal O Globo(2025, p. 2):

O domínio de vastas extensões do território brasileiro por facções criminosas e milícias tem se agravado. Praticamente um em cada cinco brasileiros (19%) diz conviver com o crime em sua vizinhança, segundo pesquisa Datafolha encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). São ao menos 28,5 milhões de cidadãos expostos ao crime organizado. (...) Um levantamento do GLOBO mostrou que o Brasil tem pelo menos 64 facções criminosas espalhadas pelas 27 unidades da federação. Cada vez mais, elas se infiltram em atividades formais. A população está assustada.

Há um fator que vem de longe e ajuda a compreender esse fenômeno que foi denunciado por Abdias Nascimento (2016, p.101): (...) “o fator racial determina a posição social e econômica na sociedade brasileira”. E como o fator racial se manifesta no massacre da Penha e do Alemão? A resposta é de Clóvis Moura (2021, p. 29):

É visto ainda como mau cidadão negro aquele que vive nas favelas, nos cortiços, nos mocambos nordestinos e se situa nas mais baixas camadas sociais, como operário não qualificado, doméstica, mendigo, biscateiro, criminoso ou alcoólatra. É exatamente aquele segmento descendente do escravo, hoje apenas negro livre, porém que não foi, ainda, incorporado, na sua grande maioria, a não ser formalmente, à sociedade civil atual, como cidadão.

Como pontuou o sociólogo em “O Negro: de bom escravo à mau cidadão?”, a exclusão da população negra não se limitou apenas ao período da escravidão no Brasil, ela persistiu e se mostrou presente com a não inserção de homens e mulheres negras na sociedade após a abolição formal do sistema escravocrata, e permanece até os dias atuais. Partindo da realidade das periferias do país, esses sujeitos sofrem com barragens de peneiramento que limitam sua ascensão social, que funciona como um mecanismo de bloqueio e controle ao acesso a direitos sociais, políticos e econômicos (Moura, 1948). Essa realidade evidencia como essa grande parcela da população brasileira é tratada como se os direitos e garantias que definem a cidadania não fossem aplicáveis a ela, uma vez que instituições do Estado, especialmente as de controle e repressão, atuam de forma seletiva reforçando a exclusão, marginalização e criminalização desses sujeitos. E partindo da análise dessa operação ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, podemos perceber como essas barreiras se renovam nas estruturas institucionais e nas políticas públicas, que ao invés de garantir a inclusão e equidade, reproduzem cada vez mais a desigualdade racial e a lógica do extermínio.

Assim, torna-se importante evidenciar como essa exclusão estrutural denunciada por Clóvis Moura não se manifesta apenas na vida adulta dessa população, mas sim como um limitador a vida desde a primeira infância e adolescência da população negra, uma vez que temos a atuação de um Estado ineficiente por escolha e omissão a garantia do acesso à direitos voltados à educação, saúde, lazer, cultura e assistência social a esses indivíduos.

Com a falta de políticas públicas efetivas, a negação ao acesso a direitos, a não proteção integral e a desigualdade socioeconômica, temos um cenário marcado por uma ampla parcela da juventude negra brasileira inserida em contextos de extrema vulnerabilidade e invisibilidade, onde muitos recorrem à associação criminosa ao tráfico de drogas como forma de obtenção de dinheiro, respeito e de algum reconhecimento social. Esses caminhos acabam se tornando uma das poucas opções visíveis e viáveis a esses jovens, uma vez que o Estado e o sistema historicamente já bloquearam, barraram e negaram sua existência.

Como debatido por Costa e Mendes no artigo “Negro: de bom escravo a traficante. Contribuições de Clóvis Moura à crítica da Guerra às drogas no Brasil”,

De acordo com o Levantamento Anual do Sistema de Atendimento Socioeducativo (Sinase) 2017, dos 16.716 adolescentes no Sinase que tinham registro de raça ou cor (sendo que outros 9.393 não tinham registros), 10.532 eram negros, ou seja, 63%. Tráfico e associação ao tráfico de drogas foram o segundo ato infracional de maior incidência (atrás de roubo)... Podemos constatar, então, que a GD já atua como mecanismo de barragem ao negro e à negra desde sua infância e adolescência. Ademais, ao prendê-lo ou matá-lo, sua atuação e função não se refere apenas ao imobilismo social, em termos de ascensão social, mas, em última instância, enquanto barragem da vida, de humanização.

Logo, a operação ocorrida no Rio de Janeiro e o assassinato em massa se mostram como um desfecho de um projeto de exclusão historicamente ocorrida com a população negra, que se inicia desde sua infância, a partir da negligência de um Estado omissos, que atua apenas por meio da repressão e descarte desses indivíduos, seja pelo encarceramento ou morte. Assim, se não houver um investimento em políticas públicas efetivas, com a melhora do sistema educacional do país, com ampliações a projetos de cultura, esporte e lazer e mais programas de Jovem Aprendiz com cotas inclusivas para pessoas negras, esse cenário continuará se reproduzindo, e de forma cada vez mais violenta, visto que a única intervenção estatal voltada a essa população se dá por meio da política de segurança pública.

É a população negra e não branca que é exterminada nas operações de terror do Estado, das facções e das milícias; e aqueles “quase brancos, quase pretos de tão pobres”. Assim, é esse setor da população que vivencia o cotidiano de privações, chantagens e extorsões. O fato ocorrido na Penha e no Alemão está conectado a uma governança demarcada por medidas extremas: é um Estado Policial sobre os pobres e à pobreza. Essa governança vem operando desde meados da década de 1990, insistindo na guerra às drogas, no punitivismo, massacres e no encarceramento em massa. O resultado está aí para todos verem: ao invés de diminuir, a criminalidade cresce. Há uma massa marginalizada, para além de um exército industrial de reserva, que vai sendo eliminada das políticas sociais e públicas, entrando massivamente nas estatísticas da insegurança social. Isso num contexto de ascensão de uma extrema direita internacional e nacional que defende a xenofobia, o racismo, o estado de exceção, o fundamentalismo religioso e ações de impacto violento no combate às mazelas da sociedade. Nesse sentido, o debate sobre legalização de todas as drogas, numa perspectiva que envolve Saúde, Segurança e Assistência Social, entre outros setores, é de suma importância se quisermos enfrentar o problema de frente e com coragem. Ou o Estado ocupa os territórios com políticas públicas e sociais robustas, que não sejam paliativos de mercado, ou continuaremos a optar pela covardia, pelo banho de sangue à alimentar a sandice panfletária de um fracasso retumbante.

A responsabilização da matança, ocorrida em 28 de outubro de 2025, não é apenas dos 2.500 agentes militares e civis que atuaram no confronto: esse contingente é a ponta mais explícita de uma sociedade que saiu de uma Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985), mas que a militarização da ditadura ainda não foi superada na mediação de conflitos. A lógica militar do combate ao inimigo comunista foi transmutada para o contingente populacional que não acessa o trabalho e emprego dignos, o direito à educação, o direito à moradia, o direito à cidade, o direito à saúde pública, enfim, ao mínimo de condições de existir e viver com dignidade. Essa lógica militar de eliminação do outro está impregnada na nossa cultura, na imprensa, nas instituições da sociedade política e da sociedade civil, nos parlamentos, nos judiciários, nos executivos, nas redes sociais, nos altares e púlpitos:

a sociedade saiu da ditadura, mas a ditadura persiste na sociedade brasileira, em especial nas periferias, favelas, quebradas, comunidades indígenas e quilombos; assim como, a sociedade superou a escravização, mas parcela da classe dominante e das classes médias ainda não se retiraram do sobrado da casa grande.

Logo, aqueles corpos estirados na imagem emblemática do morticínio carioca não tiveram tempo de responder às entrevistas pós-fato. Dirão que tiveram tempo de ser “cidadão de bem”, numa sociedade que bloqueia a ascensão da massa e a empurra para a pobreza e miséria. É mais fácil ser hipócrita – mesmo que cristão - e apoiar a pena de morte: também foi assim com a “Marcha com Deus, pela família e pela liberdade, em 1964”. Os corpos já estavam condenados antes mesmo de serem executados. E estavam condenados como se vigorasse o Ato Institucional nº 5 que foi revogado em 1978. Estavam condenados à morte como estava o jornalista Vladimir Herzog, em 25 de outubro de 1975, morto sob tortura no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Herzog havia se apresentado aos órgãos de investigação da ditadura, uma vez que foi intimado por ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). O jornalista da TV Cultura de São Paulo foi torturado até a morte. Tentaram armar a farsa de que ele havia cometido suicídio numa das celas, exibindo uma foto na imprensa. Mais tarde foi comprovado que Herzog foi torturado e morto, covardemente, pela ditadura.

Cinquenta anos depois, o estado do Rio de Janeiro e o país não têm nada a comemorar: a ditadura do passado, a proliferação miliciana e facciosa do crime e a ação terrorista de Estado espelham o quanto ainda estamos atolados em farsas e farsantes. E o quanto precisamos ampliar a democracia, ampliar a cidadania e combater o racismo para superar os desafios do passado, presente e do futuro. Afinal, os corpos estirados nos massacres, antes de traduzirem posições sociais e econômicas, traduzem um fator racial inquestionável da nossa (de)formação social.

### **Referências:**

- COSTA, Pedro Henrique Antunes da; MENDES, Kissila Teixeira. “Negro: de bom escravo a traficante”. Contribuições de Clóvis Moura à crítica da Guerra às Drogas no Brasil. Sociedade e Estado, v. 37, n. 2, p. 511-530, 2022.
- GOIS, Ancelmo. Juventude sem emprego. In: O Globo, 01.11.2025, p. 27.
- HARAZIM, Dorrit. E agora? In: O Globo, 2.11.2025, p. 3.
- JUPIARA, Aloy & OTAVIO, Chico. Os porões da contravenção: o jogo do bicho e a ditadura militar: a história da aliança que profissionalizou o crime organizado. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- MANSO, Bruno Paes. A Fé e o Fuzil: crime e religião no Brasil do século XXI. São Paulo: Todavia, 2023.
- MOURA, Clóvis. O negro, de bom escravo a mau cidadão? São Paulo: Editora Dandara, 2021.
- NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.
- OLIVEIRA, Flávia. Operação no Alemão e na Penha antecipa campanha de 2026. In: O Globo, 08.11.2025, p. 3.
- SAFATLE, Vladimir & TELES, Edson. O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

## **Territorialidade e ancestralidade: a extensão universitária e o fortalecimento da resistência quilombola**

Susana Maia<sup>1</sup>

Território é o lugar onde a vida acontece! Os territórios quilombolas contêm formas de viver construídas a partir da ancestralidade, do parentesco, da sobrevivência imediata, das conexões com a natureza e com a terra, da religiosidade e da memória individual e coletiva.

Segundo o historiador Clóvis Moura, os quilombos que chegaram a dezenas de milhares durante o Brasil Colônia. Mais que um território de refugiados(as) do sistema escravista, os Quilombos são lugares onde negros e negras puderam recriar organizações sociais, políticas, culturais, produtivas e religiosas mantendo e recuperando elementos da diáspora africana em diálogo com a cultura ameríndia, como requisito para suas sobrevivências.

Ainda nos tempos atuais, uma das maiores lutas enfrentadas pelos Quilombos é pelo reconhecimento do direito de suas terras. A Titulação de Terras Quilombolas é assegurada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 68 “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”, porém, o racismo estrutural e o avanço da expropriação do capital sob as terras quilombolas têm impedido o acesso a esse direito. Junto a essa luta, se juntam as demandas por políticas públicas, pelo reconhecimento e valorização da identidade e cultura quilombola, pela resistência e cultivo da memórias e práticas tradicionais.

As Universidades têm um papel fundamental junto a esses territórios! Na Universidade Federal Fluminense, no campus de Rio das Ostras, o trabalho de ensino, pesquisa e extensão em diálogo com os Quilombos acontece há mais de 10 anos. Nessa matéria especial vamos trazer a experiência junto a três comunidades quilombolas da região: Quilombo de Machadinho, Quilombo de Maria Joaquina e Quilombo Botafogo.

As(os) estudantes da disciplina de Oficina de Extensão 1, do segundo período do curso de Serviço Social, foram convidadas(os) a pesquisar e conhecer essas experiências e socializa-las nesse registro de memória, apresentando as comunidades quilombolas e a ação extensionista como marca da presença da universidade nesses territórios.

Convidamos a(ao) leitora(r) a conhecer, nas páginas a seguir, um pouco dessa história de resistência que produz saberes, vínculos, solidariedade e luta pela liberdade!

---

1. Professora do Curso de Serviço Social/RIR

## Maria Joaquina: território vivo na Região dos Lagos

Júlia Carvalho de Oliveira | Moon Ártemis Noronha | Talia Vivian Goes Nunes | Julia Gomes Faria<sup>1</sup>

### Sobre o quilombo e sua história

Localizado entre a divisa de Cabo Frio e Búzios, o Quilombo Maria Joaquina na Região dos Lagos foi certificado pela Fundação Cultural Palmares em 2010. Originalmente, o Quilombo é composto por 147 famílias descendentes de ex-escravizados e ainda se mantém a tradição de lideranças femininas na comunidade. As mulheres ocupam fortes papéis de atuação na defesa das políticas públicas voltadas para o Quilombo e organização do território. A população presente nessas terras é um marco de luta e resistência na garantia dos direitos quilombolas que por milhares de anos foram esquecidos.



Mulheres quilombolas da comunidade Maria Joaquina em um curso de produção de peças em cerâmica  
(Fonte: instagram do quilombo @quilombomariajoaquina)

Em janeiro deste ano, a comunidade Maria Joaquina obteve a realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) que promove a sustentabilidade ambiental e representa um passo significativo na valorização e proteção dos recursos naturais quilombolas, sendo assim o primeiro Quilombo não titulado a receber o cadastro.

O Quilombo de Maria Joaquina se iniciou da fuga e da organização de negros e negras escravizados(as) e seus descendentes, que tinham como objetivo buscar a liberdade. Sobretudo formaram um novo lar em terras que eram próximas ao porto de Navios Negreiros, em que eles eram trazidos à força, conhecido como ancoradouro da Ponta do Pai Vitório, no município de Armação dos Búzios. Seu nome vem de uma antiga compradora de escravos e é símbolo de resistência. Sua população é descendente de trabalhadores das fazendas da região, principalmente a fazenda de Campos Novos (Cabo Frio). As comunidades remanescentes surgem em um momento de resistência daqueles que renegavam serem tratados como propriedade dos senhores de engenho. Ainda nos tempos atuais, a comunidade mantém viva suas tradições e culturas.

1. Estudantes de Oficina de Extensão I. Texto elaborado sob a supervisão da professora Susana Maia

## A luta pela titulação do Quilombo

Uma das lutas centrais do Quilombo na atualidade é pela titulação das terras. A luta pela permanência nas terras que são de direito dos remanescentes passa por vários entraves e ataques que dificultam o reconhecimento do território, como a especulação imobiliária, morosidade nos processos de titulação, conflitos fundiários e inviabilização histórica das populações quilombolas. O racismo institucional e a violência são também obstáculos enfrentados pelos quilombolas. Nas instituições que deveriam contribuir na defesa de direitos, o racismo ainda é uma realidade. Ameaças de especulação imobiliária e grilagem de terras são enfrentadas pelo Quilombo de Maria Joaquina, além de ameaças às suas lideranças, em sua maioria, mulheres quilombolas. Em 2013 iniciou-se um processo de demarcação, mas que ainda não foi efetivado.



Participação de mulheres do Quilombo Maria Joaquina na VII Semana de Cultura Afro brasileira em 2023.  
( Fonte: acervo do Projeto Territórios Quilombolas: Terra, Trabalho e Direitos )

## Relação do Quilombo com a Universidade

O Projeto “Territórios Quilombolas: Terra, Trabalho e Direitos” é desenvolvido por docentes e estudantes dos cursos de Serviço Social da UFF Rio das Ostras. Seu objetivo é contribuir para a organização territorial, política, social e cultural das comunidades, fortalecendo a luta pela terra e pela titulação dos territórios tradicionais. O Projeto existe desde 2021 e entre as ações, destacam-se: a elaboração de diagnóstico sociocultural, atividades formativas que promovem trocas de saberes entre universidade e comunidade, participação em atividades comemorativas e o apoio à mobilização comunitária e ampliação do acesso às políticas públicas. “Por meio da ação extensionista, foi oferecido assessoria para elaboração de projetos sociais, sendo o Quilombo contemplado em editais de fomento que possibilitaram desenvolver diversas atividades, em especial, junto a mulheres e jovens da comunidade”, relata a professora Susana Maia, coordenadora do Projeto.

Outra ação extensionista que também contempla o Quilombo Maria Joaquina é o “Curso de Aperfeiçoamento em Educação Escolar Quilombola”, coordenado pela professora Rai Soares e Edson Teixeira. O curso foi criado para implementar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ) e formar professores, gestores e lideranças quilombolas das Regiões dos Lagos e Norte Fluminense. O programa atendeu comunidades como Maria Joaquina, Machadinho, Rasa e outros quilombos da região, oferecendo capacitação sobre: História e memória quilombola; racismo institucional e enfrentamento das desigualdades; e educação voltada à valorização das identidades e culturas locais. Esse projeto busca corrigir lacunas na formação de educadores e fortalecer as escolas quilombolas como espaços de resistência e valorização cultural.



Participação em atividade cultural no Quilombo com docentes e estudantes da UFF  
(Fonte: Acervo do Projeto Territórios Quilombolas: Terra, Trabalho e Direitos)

## **Onde a terra fala e a história floresce: um retrato da formação e da trajetória e história do Quilombo Botafogo**

Ana Clara Castro de Almeida Hora | Ana Luiza Marins de Souza | Aline Gabriela Almeida Maynhone | Maria Eduarda Everton de Almeida<sup>1</sup>

Na região dos Lagos, interior do Rio de Janeiro, resiste e persiste um lugar de luta, cultura, ancestralidade e comunidade: o Quilombo Caveira Botafogo. O nome carrega a força da própria história. “Caveira” vem dos corpos daqueles que, durante o período colonial, tentavam chegar ao quilombo em busca de liberdade, mas acabavam morrendo pelo caminho — seus ossos ficaram como testemunho da travessia e da resistência. Já “Botafogo” faz referência à prática dos quilombolas que, para abrir caminho em meio à mata, colocavam fogo na vegetação, abrindo trilhas de fuga e esperança. Segundo os relatos mais antigos, seus fundadores foram descendentes de pessoas escravizadas que permaneceram nas terras da antiga fazenda Botafogo, criando ali famílias, tradições e laços que se mantêm até hoje. Mais do que um território, Botafogo é um espaço de memória e cultura viva. As festas religiosas, as danças, a culinária e as histórias contadas pelos mais velhos revelam a herança africana que pulsa em cada detalhe da comunidade. Em cada roda de conversa e celebração, o passado se mistura ao presente, reafirmando o orgulho da identidade quilombola. Mas o quilombo também enfrenta desafios. A comunidade luta há anos pelo reconhecimento e pela titulação de suas terras, processo conduzido pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). A regularização é mais que um documento: é a garantia de que aquele território, conquistado com tanto esforço, continuará pertencendo a quem o tem por direito e o protege desde os primórdios do que o país é hoje. Enquanto o processo segue, o Quilombo Botafogo continua sendo a resistência que atravessa o tempo!



Casa onde aconteciam as reuniões de resistência quilombolas . Acervo dos autores do texto.

---

1. Estudantes de Oficina de Extensão I. Texto elaborado sob a supervisão da professora Susana Maia

## **A extensão como ponte entre Universidade e Quilombo: uma experiência de troca, aprendizado e valorização cultural**

O projeto de extensão: Questões Étnico-raciais e vivências em cultura afro-brasileira da Universidade Federal Fluminense (UFF) - Campus Rios das Ostras vem fortalecendo essa ponte entre o saber acadêmico e o saber popular. A universidade possibilita o intercâmbio entre os Quilombos, fortalecendo a troca de saberes e vivências. O projeto busca criar conexões de saberes, mostrando que aprender também é escutar, vivenciar e respeitar. Durante a visita realizada ao Quilombo Botafogo, conversamos com seu João, um dos pioneiros do quilombo e uma figura admirada por sua trajetória e sabedoria. Foi nesse clima de escuta e aprendizado que começamos nossa conversa:

### **Qual é a importância da extensão para o Quilombo Botafogo?**

"Meninas, quanto mais estudo, mais educação. Então, é importante trazer não só a UFF, mas outras faculdades para cá, pra ver essa nossa juventude estudando, buscando curso pra vida deles. Eu acho que isso é uma dialogia muito aprovada pra que amanhã nós tenhamos um futuro bem apurado."

### **Quais desafios o quilombo enfrenta e como a universidade pode contribuir para melhorar isso?**

"Olha, eu por exemplo venho de uma linha que foi fundamental nas lutas pelo melhoramento de Botafogo, mas hoje me sinto frustrado, porque não vemos um grupo com o interesse e a visão de fazer algo pela evolução desses anos. Mas ainda há tempo, se houver quem queira aprender, como vocês estão fazendo, pra lá na frente passar adiante. O que eu almejo é que haja uma ideologia nessa nova geração, que pense em um futuro maior pra quem está presente e pra quem vai chegar."

As palavras do seu João mostram que o projeto de extensão vai muito além da visita: ele se transforma em uma ponte entre gerações. De um lado, estudantes que aprendem com vivência; do outro, uma comunidade que vê seu saber valorizado e reconhecido. É um encontro que reafirma a força do conhecimento quando ele nasce do respeito e do diálogo.

### **O pulsar do Quilombo: preservando sua história e identidade**

A visita ao Quilombo Botafogo revelou a cultura, o trabalho e a ancestralidade dos fazeres dessa comunidade. O acolhimento se fez presente na visita do Quilombo, onde observamos os frutos de seu serviço.

A produção de farinha é uma das tradições mais antigas do Quilombo Botafogo. Quem mostra isso com orgulho é seu Valdemar. Além de trabalhar na casa de farinha, ele mesmo construiu a máquina que transforma a mandioca em massa.



Máquina construída por seu Valdemar, usada na produção de farinha artesanal, Fonte: Acervo dos autores

O samba do Quilombo Botafogo é parte essencial da cultura local, reunindo moradores em celebrações que mantêm viva a memória e a identidade quilombola.



Samba Quilombo: tradição que reúne moradores. Fonte: Acervo dos autores

A escola quilombola Botafogo é mais do que um espaço de aprendizado: é onde a história ganha voz e a cultura se transforma em lição. Ali, cada aula carrega o orgulho e a força da comunidade.



Escola Dona Rosa Geralda: espaço de aprendizado e formação da identidade quilombola. Fonte: Acervo dos autores

## Quilombo Machadinha: memória, território e resistência

Alexandra Hespanhol | Lara Marins | Karla Pereira |Wanderley Silva<sup>1</sup>



Comunidade Quilombola da Machadinha (@quilombomachadinha), publicada em 2021

### A terra conta história: o quilombo da Machadinha

O quilombo da Machadinha, localizado em Quissamã, no Norte Fluminense, carrega consigo a história do nosso país e de nossos ancestrais. É um local onde a cultura pulsa em suas terras e permanece viva até os dias de hoje. O território é herdeiro de uma trajetória marcada por muita luta, trabalho coletivo e preservação cultural. Lugares como o Quilombo da Machadinha auxiliam para que possamos ter uma visão de como a escravidão no nosso país não se restringiu apenas em grandes fazendas ou regiões mais conhecidas, mas foi uma realidade que se espalhou por todo território nacional. E mais do que um cenário de exploração e desumanização, os Quilombos vêm nos mostrar que essa história foi carregada de Resistência, Luta e Cultura!

Essa matéria tem como objetivo apresentar iniciativas que mantêm a comunidade ativa e viva, ampliam a visibilidade cultural e fortalecem laços entre a universidade e o território. É nesse contexto que se insere a ação extensionista da Universidade Federal Fluminense (UFF), do campus de Rio das Ostras. A presença da faculdade nesses territórios parte do reconhecimento do saber local e procura se construir enquanto espaço de troca.

---

1. Estudantes de Oficina de Extensão I. Texto elaborado sob a supervisão da professora Susana Maia

A atuação extensionista segue os pensamentos freirianos, que entendem a educação como um processo de reciprocidade. Segundo Freire (1996, p. 25), “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. Neste sentido, procuramos promover essa dupla iluminação de ideias ao mostrar a história do Quilombo da Machadinha e, ao mesmo tempo, evidenciar como a universidade amplia o conhecimento e o fortalece, mantendo viva a ancestralidade e abrindo caminhos para maior valorização desses territórios.

### **Raízes de memória viva: a formação da Machadinha**

A fazenda onde se localiza o Quilombo da Machadinha, inicialmente, foi formada pela 8º geração de descendentes de escravizados que pertenciam ao Visconde de Uruguai e que permaneceram no local após a abolição. Em 2001, houve uma reforma nas senzalas feita pela prefeitura e, dessa forma, criaram o Memorial da Machadinha. Esse ato foi importante para a preservação da história da resistência negra local. O espaço que antes abrigava escravizados do tempo de engenho, agora abriga a memória de nossos antepassados, a preservação da cultura afro-brasileira e a resistência. Mais do que apenas uma estrutura, essa preservação deu voz para aqueles que ficaram calados por quase 400 anos e reconta a história do ponto de vista deles.

Em 2006, as terras foram certificadas como comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares. A partir daí se inicia a luta pela titulação das terras e a manutenção de seu modo de vida e seus laços familiares. A titulação de terras representa uma reparação histórica ao conceder o que foi negado por séculos: o direito de ocupar o espaço onde seus ancestrais viveram e resistiram por tantos anos. Ela é o reconhecimento do Quilombo como um patrimônio vivo do nosso país.

### **Saberes que se encontram: a UFF e o Quilombo em diálogo**

Ao longo dos anos, professoras e professores da UFF desenvolveram atividades extensionistas juntamente com o Quilombo da Machadinha. Essas ações abrangeram diferentes áreas de atuação, como educação, saúde e valorização da identidade quilombola. Assim como mencionado anteriormente, a extensão parte do desenvolvimento de um processo de reciprocidade, contribuindo para um ambiente de fortalecimento da coletividade e conhecimento.

No âmbito da educação e cultura, a professora Rai Soares e o professor Edson, do curso de Serviço Social, atuaram em vários projetos voltados para o Quilombo, com destaque para a implementação da Educação Escolar Quilombola. Essa iniciativa surgiu com a necessidade de reacender a memória cultural e de fortalecer a identidade e o protagonismo quilombola entre os mais jovens, integrando o ambiente escolar à vivência e os saberes da comunidade. Por meio dessas atividades, foi possível promover o reconhecimento do quilombo como espaço de conhecimento, pertencimento e resistência.

Na área da saúde, a professora Hayda do curso de Enfermagem, coordenou projetos que foram essenciais durante o período da emergência do COVID-19. Sua ação teve como propósito a inclusão de medidas de saúde no território, dessa maneira, promovia que o cuidado fosse além do tratamento de doenças. A iniciativa dava ênfase a um atendimento sensível, que respeita e considera os aspectos culturais, históricos e territoriais do povo quilombola.

### **Entre passado e futuro: Machadinha como caminho de resistência**

O Quilombo da Machadinha representa parte da nossa história, são territórios como esses que nos fazem reafirmar que nossa cultura é viva e jamais deve ser esquecida. Os projetos desenvolvidos pelas(os) professoras(es) e estudantes valorizam o conhecimento como ferramenta que constrói diálogo, escuta e saberes.

Mais do que uma parceria institucional, essa relação simboliza a luta por reconhecimento e respeito. Ao registrar essas experiências, esse projeto busca preservar a história e inspirar mais ações que contribuam para promover transformações no cotidiano desses territórios de resistência!

#### **Fontes e Citações:**

As informações sobre os projetos de extensão foram compartilhadas pelos docentes Rai Soares (Serviço Social/UFF), Hayda Alves (Enfermagem/UFF) e Edson Teixeira (Serviço Social/UFF).

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

<https://www.museusdorio.com.br/site/index.php/museus-estado-do-rio/regiao-norte-fluminense/lista-de-museus-norte-fluminense/item/35-complexo-cultural-fazenda-machadinha>  
<https://www.bracozinhadosquilombos.com.br/historia-dos-quilombos/quilombo-da-machadinha-quissama-regiao-norte-fluminense>

<https://quissama.rj.gov.br/espacos-culturais/complexo-historico-cultural-fazenda-machadinha/>

## **Universidade em resistência: UFF celebra a Semana Afro, indígena e quilombola**

Maria Eduarda Lima | Marina Brasiliense | Allana Tatagiba | Agatha Dias<sup>1</sup>



Semana Afro 2025. Fonte: Acervo do NEABI

A UFF de Rio das Ostras mostrou, mais uma vez, que universidade também é lugar de cultura, diversidade e resistência. Entre os dias 4 e 6 de novembro de 2025, o campus foi palco da Semana Afro Indígena e Quilombola, um evento repleto de cores, debates, trocas, ancestralidade e afirmação de identidades.

Organizada pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), a Semana Afro é muito mais que uma programação acadêmica — trata-se de um movimento político, educativo, cultural e comunitário que reúne estudantes, professores, artistas e lideranças das comunidades quilombolas e indígenas da região.

O grande objetivo? Reafirmar o compromisso da UFF com a valorização da diversidade étnico-racial, social e cultural, promovendo debates, oficinas, encontros e ações que fortalecem a luta contra o racismo e ampliam a presença de saberes ancestrais dentro da universidade.

### **Como tudo começou**

A Semana Afro da UFF Rio das Ostras nasceu de uma mobilização coletiva entre estudantes, docentes e técnicos-administrativos, que buscavam abrir espaço permanente para debates sobre relações étnico-raciais. A iniciativa surgiu a partir do NEABI, que desde sua criação buscou valorizar a história, cultura e luta dos povos afro-brasileiros, indígenas e quilombolas, além de aproximar a universidade das comunidades tradicionais da região.

A primeira edição, realizada em 2011, ainda sob o nome “Semana Afro-Brasileira”, iniciou por iniciativa de professores e estudantes do Curso de Serviço Social da UFF Rio das Ostras, com o objetivo de somar esforços na agenda regional e nacional de mobilização contra o racismo e as diversas formas de marginalização racial, trazendo essas realidades para dentro da Universidade.

1. Estudantes de Oficina de Extensão I. Texto elaborado sob a supervisão da professora Susana Maria Maia

Desde então, o evento cresceu, se expandiu e incorporou novas temáticas:

- inclusão das pautas indígenas e quilombolas
- fortalecimento das conexões com comunidades tradicionais
- ampliação das oficinas e rodas de conversa
- integração com projetos de extensão
- participação de pesquisadores convidados
- acolhimento de artistas locais e mestres da cultura popular

No decorrer dos anos, a Semana Afro se consolidou como um marco de resistência, memória e afirmação identitária no campus da UFF.



Semana Afro 2025. Fonte: Acervo dos autores.

### **Principais organizadores e idealizadores**

Desde sua criação, a organização ficou sob responsabilidade do NEABI – UFF Rio das Ostras, contando com professores, estudantes, artistas e membros da comunidade. Dentre estes destacamos os professores Edinho Teixeira e Rai Soares, que estiveram à frente na elaboração e no fortalecimento da Semana Afro ao longo de suas edições.

\* Equipe NEABI/UFF-RO

O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, é um coletivo de estudantes, técnicos, professores, pesquisadores e militantes de coletivos negros que, ao longo dos anos, construíram oficinas, atos culturais, debates e produções acadêmicas que fortaleceram a Semana Afro como um evento transformador.



Oficina de Jongo na Semana Afro 2025. Acervo dos autores

Ao longo de seus 14 anos de trajetória e 9 edições, o evento consolidou-se como um espaço permanente de trocas, saberes e valorização da ancestralidade, transformando o campus em um território vivo de aprendizagem, acolhimento e diálogo crítico. Nesse percurso, diversas atividades passaram a compor a identidade do encontro, como:

◆ Rodas de conversa

Abordam temas centrais como: a resistência cultural, políticas afirmativas, racismo estrutural e territorialidade quilombola e se firmam como uma construção coletiva

◆ Palestras

Conduzidas por pesquisadores(as), professores(as) convidados(as) e lideranças comunitárias, ampliam essas discussões ao trazer perspectivas aprofundadas sobre educação antirracista, identidade e memória.

◆ Oficinas práticas

Práticas fortalecem o caráter formativo do evento, permitindo experiências compartilhadas que conectam teoria e prática. Diversas já foram realizadas, como oficinas de tranças, turbantes, artesanato, culinária e dança afro.

◆ Apresentações culturais

Celebram a riqueza das expressões artísticas e das tradições que compõem as diversidades sócio culturais. Grupos de dança, rodas de capoeira, tambores, poesia, performance e intervenções artísticas dialogam com memória e resistência.

Assim, ao longo dos anos, o evento se tornou um marco de resistência, celebração e produção de conhecimento comprometido com a diversidade e a justiça social. O campus de Rio das Ostras se transforma em um território de ancestralidade viva, onde cada gesto, palavra e canto reafirma a força e resistência dos povos tradicionais



Desfile Afro, 2025. Acervo dos autores

### **Presença marcante e vozes que inspiram**

A IX edição da Semana Afro Indígena contou com a participação de:

- lideranças quilombolas do interior do estado
- artesãos independentes
- representantes de povos indígenas da região
- professores e pesquisadores da área
- movimentos culturais e coletivos artísticos

Cada convidado trouxe uma narrativa única sobre resistência, pertencimento e futuro. A artesã Adalgisa, por exemplo, compartilhou sua experiência:

"Mesmo tendo a Semana Afro, acho que ainda é pouco. Precisamos propagar nossa cultura o ano inteiro. Há muito mais a ser mostrado."

Ela reforça que o evento precisa envolver toda a comunidade, para que a universidade seja reconhecida como espaço de cultura, vivências e troca de saberes — não apenas de salas de aula.

## Mais que um evento: um movimento

A Semana Afro Indígena e Quilombola da UFF reafirma a importância de cultivar espaços coletivos que defendem:

- igualdade racial
- educação antirracista
- inclusão das comunidades tradicionais
- representatividade
- participação estudantil ativa
- respeito às diferenças
- cultura e memória como práticas políticas

Mais do que celebrar, a Semana Afro Indígena e Quilombola é um ato de resistência, um compromisso com o presente e com o futuro das novas gerações.



Abertura da Semana Afro - exposição sobre etnias indígenas e Oficina de samba. Fonte: pagina do Instagram do NEABI

# Seção Margaridas de Carukango



Poesia elaborada para uma oficina realizada junto às Margaridas  
(às mulheres do PDS Osvaldo de Oliveira, 14/09/23)

Katia Marro

O que tem nessas mulheres?

Ora companheira, ora fera, ora guardiã, ora amiga, ora mãe, ora trabalhadora... Há tantas mulheres que cabem nestas mulheres!

Acordam cedo ou nem dormem para arrumar filhas/os e garantir o prato na mesa, mas mais de uma vez têm que ouvir que elas não trabalham só porque não recebem um salário ou não têm um papel assinado pelo patrão...

Brigam nas ruas pelas suas bandeiras, e por tantas outras bandeiras: pela terra, por uma vaga na escola, pela aposentadoria, pelo atendimento médico, pela vacina.

Cozinham, limpam, acalmam, abraçam...

Ora flor, ora alimento, ora bicho, ora oração, ora amor.... Há tantas mulheres que cabem nestas mulheres!

Plantam com as mãos, apesar das escassas máquinas para arar a terra.

Apagam incêndios, fazem doação de alimentos em tempos de fome, fazem ocupações e levantam barracas pelo Brasil inteiro. Algumas, já fugiram da morte, outras burlaram o trabalho escravo, e tantas outras, romperam com os papéis de "moças bem comportadas" que foram reservados para elas.

Ora movimento, ora águas, ora abraço, ora grito... Há tantas mulheres que cabem nestas mulheres!

Edna e Marcela cuidam de netos, depois de uma vida de cuidar de seus filhos e filhas. Dona Maria nos alerta de que, após o incêndio, deveríamos voltar a plantar flores e frutas, para que os pássaros voltassem ao PDS a fazer o seu trabalho na natureza. Dona Nonô e Elza, de sorriso largo, são sempre um chamado de que não podemos desistir, porque viemos de muito longe. Baiana escolhe um peixe lutador, para afirmar que uma Sem Terra nunca foge da luta. Adriana compartilha belas histórias da sua infância, que nos dão colo e nos lembram que na luta pela terra deve haver beleza. Nivia, Maria, Dona Delira, Dona Graça, e tantas outras companheiras que aqui estão....

As mulheres Sem Terra são assim: plantam, cuidam, curam, cozinham, acolhem, lutam e há tantas mulheres que cabem nestas mulheres!

As Margaridas de Carukango vivem e se organizam a partir do PDS  
Osvaldo de Oliveira

### A história do PDS

Dayse Oliveira

Em 7 de setembro de 2010, cerca de 300 famílias ligadas ao MST ocuparam a Fazenda Bom Jardim (Córrego do Ouro, Macaé-RJ), considerada improdutiva e decretada de interesse social para fins de reforma agrária. A ocupação visava pressionar o governo pela desapropriação da área, o que se concretizou apenas em março de 2014, com a emissão de posse ao INCRA. Em novembro de 2010, as famílias foram retiradas da fazenda, ocuparam as margens da BR-101 e, em seguida, a linha férrea desativada na Comunidade Califórnia (Rio das Ostras). Enfrentaram repressão policial violenta, sem apoio do poder público local, abusos de autoridade e violações de direitos, inclusive contra mulheres e crianças. O assentamento é o primeiro do RJ no modelo PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), com foco na preservação ambiental da Mata Atlântica. Dos 1.650 hectares da fazenda, apenas 20 hectares (1,21%) são inicialmente liberados para ocupação. A produção é dividida em áreas individuais e coletivas com práticas baseadas na agroecologia. O assentamento leva o nome de Osvaldo de Oliveira, que foi um militante histórico da Reforma Agrária aqui na região. Ele foi membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e um dos primeiros dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado do Rio. Ele faleceu em 2006, aos 44 anos.

---

Fonte:

OLIVEIRA, Dayse Maria da Silva Caciano de. O projeto de desenvolvimento sustentável (PDS) e os desafios para a construção de novas formas de assentamento: o caso do assentamento Osvaldo de Oliveira em Macaé (RJ). TCC, UFF Rio das Ostras, 2014.

## Poesia Culinária

Vim de uma terra distante,  
procurando me encontrar.

Depois de muitas andanças,  
encontrei o meu lugar.

Muito trabalho na enxada,  
muita terra a cultivar,  
numa belíssima baixada,  
entre a serra e o mar.

Plantar árvores, plantar flores,  
é o que gosto de fazer,  
a natureza agradece,  
e melhora o meu viver.

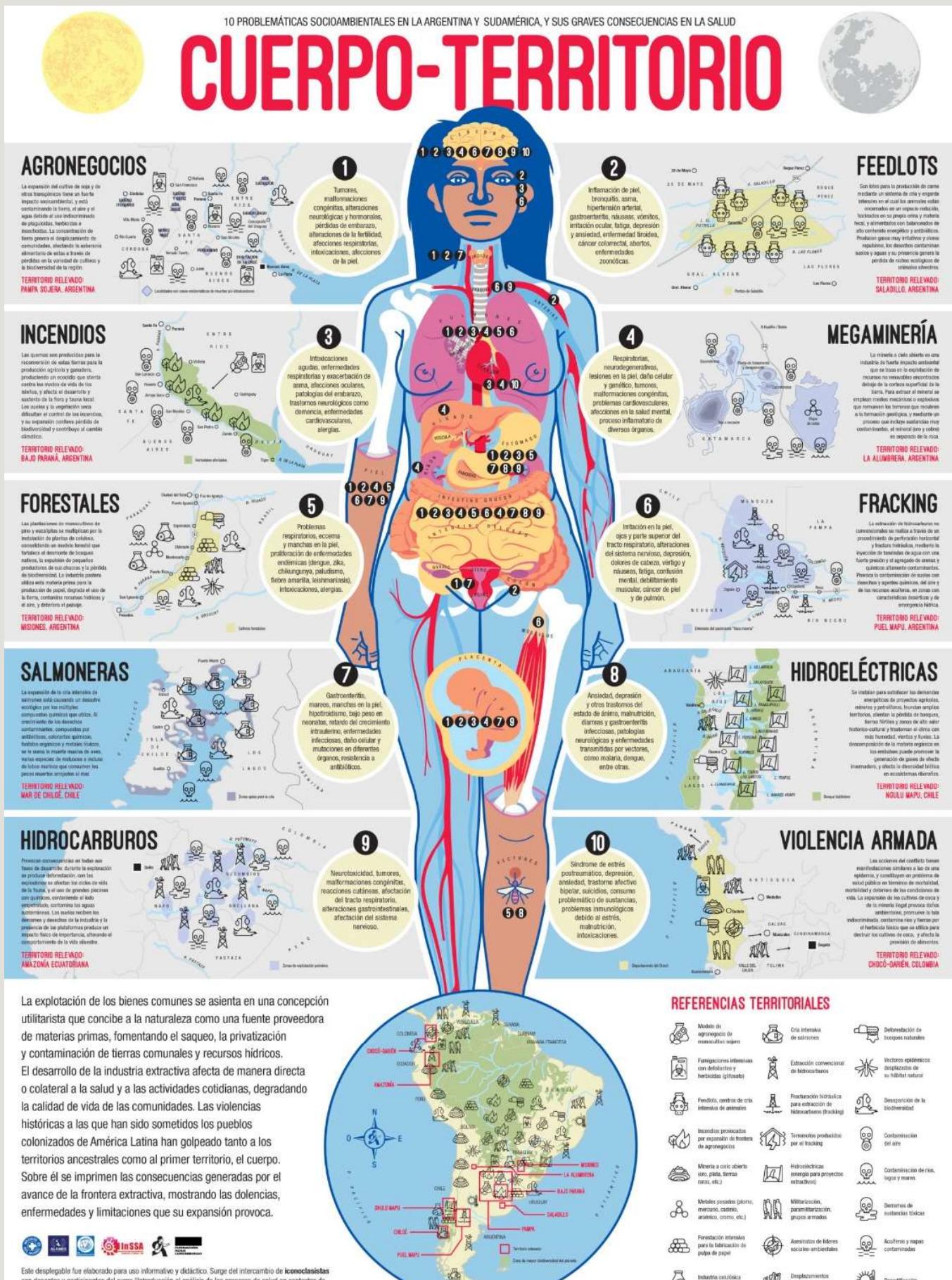
Ao balançar-me na rede,  
depois de um dia de labuta,  
ouço a algazarra dos pássaros,  
nas árvores, comendo as frutas.

Vejo os bichos cuidando  
das crias com alegria,  
agradeço a Deus por tudo...  
Viva a Agroecologia! 

(Poesia Culinária feita pela Graça do GT MULHERES SERRAMAR)

Fonte:

AD. POESIAS CULINÁRIAS. Disponível em: <<https://soundcloud.com/user-818360266>>. Acesso em: 29 out. 2025.



## **As Margaridas do Carukango: o protagonismo das mulheres no combate à fome pelo caminho da agroecologia**

Lohanny Costa Salustiano Carvalho da Rocha<sup>1</sup>



Registro de atividade no assentamento e da JURA 2025. Acervo do Projeto Mulheres da Terra que Cuidam e Curam

Em 2025, o Brasil saiu do mapa da fome; entretanto, cerca de 7 milhões de brasileiros ainda vivem em situação de insegurança alimentar severa e 28,5 milhões em um nível de insegurança alimentar moderada ou grave (Uol Notícias, 2025). Diante da fome, do uso intensivo de agrotóxicos e da degradação ambiental, torna-se necessário problematizar o padrão de produção e de consumo dos alimentos. O conceito de agroecologia presente nas lutas dos movimentos sociais do campo, atravessa políticas públicas importantes para reverter a fome extrema. Este modelo enfrenta a lógica do agronegócio, baseado na ampla mercantilização dos sistemas alimentares e na destruição de economias tradicionais. A fome se relaciona com a concentração da terra; a elevação do custo dos alimentos; a primazia de um padrão primário exportador orientado à produção de commodities.

1. Bolsista de Extensão do Projeto Mulheres da Terra que Cuidam e Curam

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 é uma política pública que visa combater a fome e fortalecer a agricultura familiar no Brasil, por meio da compra pública de alimentos produzidos por agricultores familiares, garantindo renda e incentivando o desenvolvimento sustentável das áreas rurais. Em 2023, o PAA completou 20 anos de existência, sendo retomado pelo governo Lula, com mais de R\$ 900 milhões de orçamento total. Além disso, passou a funcionar em novo formato que incentiva a “produção familiar de povos indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, assentados da reforma agrária, negros, mulheres e juventude rural”, valorizando inclusive a participação das mulheres (Brasil, 2023).

Outra importante política pública é o Programa de Aquisição de Alimentos (PNAE), que consiste na obrigatoriedade de que a merenda escolar adquira no mínimo 30% de produtos de agricultura familiar (Silva, Barim, Murta-Nascimento, 2025, p.14). Dessa forma, os programas PAA e PNAE se constituem como instrumentos fundamentais para incentivar a agricultura familiar e promover a segurança alimentar e nutricional no Brasil, e são importantes políticas públicas acessadas pelas mulheres do PDS Osvaldo de Oliveira. Schottz (2013), aborda a importância do trabalho feminino, seja ele produtivo ou reprodutivo, para a soberania e a segurança alimentar e nutricional. Entretanto, apesar destas desenvolverem um trabalho tão relevante, sua participação em programas como o PNAE evidencia desigualdades de gênero. Nesse cenário, a autora destaca a importância dos quintais produtivos que têm o protagonismo das mulheres, por serem espaços multifuncionais, de produção diversa, de partilha de conhecimentos, de conservação da agrobiodiversidade, permitindo uma diversidade na preparação de alimentos. Daí a necessidade de compreender a relevância social do trabalho das agricultoras.

Com o apoio e assessoria do Projeto de Extensão aos processos de organização das mulheres, políticas como o PAA e o PNAE têm sido cada vez mais acessadas pelas Margaridas do Carukango. No período de 2023 até maio de 2025, a associação do PDS forneceu mais de 17 toneladas de alimentos, com a participação de 7 agricultoras. As instituições beneficiadas com a doação de alimentos foram: uma ONG que atende população em situação de rua, a Casa do Caminho, e a Rede Socioassistencial (CRAS) da prefeitura de Macaé. Em 2024, foram produzidas mais de 9 toneladas de alimentos destinados à alimentação da rede escolar através do PNAE, contando com a participação de 7 agricultoras.

As entregas do PAA são realizadas a cada 15 dias, no Centro de Referência de Assistência Social da Serra, fornecendo 500kg de alimentos orgânicos na modalidade compra e doação simultânea (informações fornecidas pelo CRAS da Serra). Dessa forma, o assentamento contribui para uma alimentação saudável e partilha de princípios agroecológicos com 50 famílias registradas no Cadastro Único deste CRAS. Com o protagonismo das mulheres, observa-se o fortalecimento da política de assistência social e a promoção da segurança alimentar dos usuários dessa política, dando visibilidade à importância da reforma agrária no combate à fome e na produção de maior igualdade social.

É importante destacar que, como parte da articulação entre o PDS Osvaldo de Oliveira e o CRAS da Serra, as/os agricultoras/es participam das entregas da produção, possibilitando uma maior aproximação com as/os usuárias/os das políticas públicas. É uma importante articulação dos movimentos sociais do campo com as políticas públicas para politizar e qualificar o direito a uma alimentação saudável, além de consolidar a troca de experiências e os vínculos entre trabalhadoras/es do campo e da cidade.

### **Considerações finais**

Ao observar a experiência do grupo de mulheres do PDS Osvaldo de Oliveira é possível perceber a concretude do PAA e PNAE na região. Ao fornecer alimentos agroecológicos para a rede socioassistencial e da rede escolar municipal, a participação nos programas não só garante renda às famílias assentadas como também promove a distribuição e circulação de alimentos livres de agrotóxicos, agroecológicos e alinhados aos conceitos de soberania e segurança alimentar.

O protagonismo das Margaridas do Carukango não se limita à produção agroecológica, mas se constitui como resistência frente ao avanço do agronegócio, especialmente porque a agricultura familiar vai de encontro com a lógica capitalista de valorização do lucro, sem se importar com a qualidade dos alimentos. Ao fortalecer os vínculos comunitários locais, com a distribuição de alimentos saudáveis no município, a agricultura familiar agroecológica e a reforma agrária se tornam importantes caminho para o combate à fome, pelas mãos dos movimentos sociais do campo e com o protagonismo das mulheres.

Portanto, destaca-se a importância do projeto de extensão Mulheres da Terra que Cuidam e Curam, realizado junto às Margaridas do Carukango, para a valorização da agroecologia, da reforma agrária e do protagonismo das mulheres na luta pela terra. A realização de oficinas mensais orientadas à formação política; apoiando os processos de auto-organização das mulheres para o acesso a editais de produção e a garantia da sua autonomia financeira; a realização de atividades para a promoção da saúde; e a busca pela articulação com as políticas públicas locais, são algumas das frentes de atuação que trabalham para a melhoria da qualidade de vida e a garantia dos direitos sociais para a população do campo.

## Referências

- MELITO, Leandro. Retomada de políticas marca combate à fome em 2023, baixo orçamento e falta de plano para a reforma agrária são desafios, O Joio e O Trigo, São Paulo, 9 out. 2023. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2023/10/combate-a-fome/> Acesso em: 8 set. 2025.
- SANTOS, Maureen, GLASS, Verena (Orgs.). Altas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro : Fundação Heinrich Böll, 2018.
- BRASIL. Governo Federal anuncia mais R\$ 250 milhões para Programa de Aquisição de Alimentos em 2023. Secretaria-Geral da Presidência da República, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2023/outubro/mais-r-250-milhoes-para-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em: 09 set. 2025.
- SILVA, Vanessa Cristina da; BARIM, Estela Maria; MURTA-NASCIMENTO, Cristiane. Relevância do Programa de Aquisição de Alimentos para a segurança alimentar e fortalecimento da agricultura familiar: uma revisão integrativa. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, e350106, 2025.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Dia Nacional da Agroecologia: um modelo de produção e uma escolha de vida. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/10/dia-nacional-da-agroecologia-um-modelo-de-producao-e-uma-escolha-de-vida>. Acesso em: 09 set. 2025.
- CAMARGO, R. A. L.; BACCARIN, J. G.; SILVA, D. B. P. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. Temas de Administração Pública, Araraquara, v. 8, n. 2, p. 1-21, 2013. Disponível em: <<https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/economiarural/josegiacomobaccarin1559/artigo-temas-versao-publicada.pdf>>.
- Schottz, V. Mulheres, agroecologia e alimentação escolar: recomendações ao Pnae. Brasília: FIAN Brasil, 2023. Disponível em: [fianbrasil.org.br/mulheresPnae](https://fianbrasil.org.br/mulheresPnae).
- UOL Notícias. Brasil sai do Mapa da Fome e tem menos de 2,5% da população em risco de desnutrição. UOL Notícias, 28 jul. 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2025/07/28/brasil-sai-do-mapda-fome-e-tem-menos-de-25-da-populacao-em-risco-de-desnutricao.htm>. Acesso em: 09 set. 2025.

# **Fortalecendo a Agroecologia na UFF: potencialidades da Extensão Popular na formação universitária**

Luanna Benedito<sup>1</sup>



Foto de Luanna Benedito

## **Introdução**

O projeto “Fortalecendo a Agroecologia na UFF: potencialidades da Extensão Popular na formação universitária” se inicia no ano de 2010, a raiz de uma demanda da comunidade externa para que a universidade pública intervenha junto a movimentos sociais da região, no sentido do acesso a políticas públicas (saúde, educação, moradia, emprego, etc.).

Em 2016 se articula com outros grupos e projetos extensionistas, particularmente estudantes voluntários do corpo acadêmico do Instituto de Direito da UFF, em Macaé, que estavam interessados em desenvolver ações extensionistas de advocacia popular junto a movimentos sociais e grupos vulneráveis da sociedade local. Desta forma, se opta por trabalhar um olhar interdisciplinar de extensão popular. O projeto visa o diálogo crítico entre a universidade pública e as comunidades e famílias de agricultores da região que utilizam manejos agroecológicos, cooperativos e sustentáveis. Um dos focos da atuação é o acesso dessas pessoas às políticas públicas e, ao mesmo tempo, vinculá-las com a universidade. Através da promoção de feiras mensais de alimentos agroecológicos, palestras, debates, eventos, mostras de cinema, produção de filmes e a organização da (JURA) Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária nos mês de abril de cada ano, entre outros. Entendendo que essas atividades são ferramentas importantes para a disseminação da importância da luta pela terra, a questão da reforma agrária, a soberania alimentar, da sustentabilidade ambiental e da cidadania plena no nosso país.

---

1. Bolsista de Extensão do Projeto Fortalecendo a Agroecologia na UFF: potencialidades da Extensão Popular na formação universitária.

## Desenvolvimento

A educação popular é utilizada como base da metodologia deste projeto. Ela se compromete a valorizar os saberes prévios do povo e suas realidades culturais, na construção de novos saberes. Esse olhar possibilita uma construção conjunta dos territórios com a pesquisa e o ensino acadêmico. As atividades promovidas na UFF por este projeto são ferramentas importantes para que haja essa confluência.

Os movimentos ligados a esse projeto são: O PDS Osvaldo de Oliveira (MST/RJ) que surgiu em 2010, localizado na região serrana de Macaé, após um processo de luta pela reforma agrária. Reunindo mais de 60 famílias, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) é considerado um modelo na produção agroecológica no estado do Rio de Janeiro. A produção agro-ecológica da comunidade, desde 2022 participa do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e do PNAE (Programa Nacional de Apoio à Alimentação Escolar), desenvolvendo um trabalho de extrema importância no fortalecimento da soberania alimentar na cidade de Macaé - capital nacional del petróleo.

Por sua vez, outro grupo com o qual trabalhamos é o Grupo de Trabalho de Mulheres de Casimiro de Abreu; trata-se de um coletivo de trabalho de mulheres da Articulação de Agroecologia Serramar, que surgiu em 2017 com foco na agroecologia. O projeto do GT Mulheres é composto por agricultoras, camponesas, educadoras, professoras, estudantes, profissionais da Saúde, entre outras, voltadas às temáticas soberania e segurança alimentar e nutricional.

Por fim, o coletivo de agricultoras/es familiares "Andorinhas" de Cantagalo, distrito de Rio das Ostras. Esse coletivo se forma com famílias remanescentes de um assentamento de reforma agrária na localidade, que tem encontrado sérias dificuldades para se inserir na realidade produtiva e comercial local, por falta de apoio do poder público e de acesso a políticas de fomento à produção familiar agrícola.

Nossos encontros ocorrem quinzenalmente para decisões sobre a Feira Agroecológica (mensal), onde pensamos em formas de divulgar os produtos e disseminar informações entre o corpo docente, os técnicos da UFF, os alunos e a comunidade externa. No dia 29 de Maio de 2025 realizamos a Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA) de 2025. Foi uma construção coletiva da comunidade acadêmica em parceria com os movimentos sociais organizados, contando com a participação de alunos de diversos cursos que auxiliam voluntariamente no processo de execução.

Realizamos três dias de atividades, sendo dois deles abertos à comunidade externa. A primeira atividade foi realizada no hall da UFF, onde ocorreu a Feira Agroecológica com uma ornamentação diferente. Em paralelo com a venda de alimentos, houve o Cinema da Terra, a mostra de curtas metragens realizadas por discentes, exposição e um bate-papo com convidados territórios agroecológicos, docentes e convidados.

No segundo dia tivemos a exibição de curtas realizados nos assentamentos seguida de um cine-debate, a atividade foi realizada no auditório da UFF. Por último foi realizada uma visita ao Assentamento PDS Osvaldo de Oliveira, onde foram em torno de cinquenta pessoas, vindo das localidades de Rio das Ostras, sendo elas discentes e docentes da UFF/RO. Visitamos as plantações de companheiros que atuam no coletivo, onde explicaram um pouco da sua trajetória pessoal, a sua relação com a luta e também com o território. Depois nos reunimos na sede do PDS, para um lanche e uma conversa sobre a luta pela terra. Os três dias do evento foram registrados em vídeo, gerando um banco de memórias que poderá ser utilizado em futuras ações e pesquisas. Registrar essa história é fundamental para preservar as narrativas construídas coletivamente e fortalecer a memória social desses processos.

### **Resultado com Discussão**

Ao me aprofundar na experiência com o projeto Fortalecendo a Agroecologia na UFF: potencialidades da Extensão Popular na formação universitária, e ao estar em diálogo com outros projetos da UFF e com os diversos coletivos, pude refletir sobre os diversos aspectos da luta pela terra. Estar próxima desses espaços me proporcionou a oportunidade de escutar diferentes vozes e trajetórias dentro do coletivo, o que me levou a pensar essa vivência de forma interseccional, reconhecendo o que cada sujeito traz consigo para essa construção coletiva.

No evento da JURA, participei ativamente da organização: estive presente na ornamentação estética do espaço, na produção do cartaz e do mural de fotografias que ficaram expostos no hall da UFF, além de ajudar no preenchimento das fichas dos participantes do bate-papo. Cada uma dessas ações me permitiu exercitar a produção cultural como ferramenta de fortalecimento das conexões entre cultura e luta social. Ao longo da minha graduação, fui entendendo que a produção cultural não está ligada apenas a produzir eventos. Ela também está diretamente relacionada ao campo do entendimento social à forma como nos relacionamos, nos organizamos e nos constituímos enquanto cidadãos.

### **Considerações Finais**

Participar do projeto de extensão popular voltado para a agroecologia tem sido uma experiência muito importante, tanto no aspecto pessoal, quanto profissional. Meu envolvimento com as pessoas que fazem parte dessa rede agricultores, feirantes, consumidores e outros colaboradores tem se desenvolvido de forma orgânica.

Participo de diversas formas no projeto, mas o meu foco principal é a captação audiovisual das visitas do projeto. Futuramente iremos fazer uma curadoria dos vídeos que fizemos até agora, e a otimização de imagem e áudio, a criação do roteiro e legendagem dos vídeos, além da captação de novas visitas, a implementação do tema será a abordagem de saúde coletiva.

Umas das maiores dificuldades que vejo no projeto é o entrosamento da comunidade externa (moradores de Rio das Ostras) para nossa agenda de eventos, tanto das feiras agroecológicas, quanto da JURA. Entretanto constantemente estamos pensando em novas formas de divulgação dos nossos eventos, dispositivos para ampliar a participação, seja de produtoras/es familiares, como da sociedade local, de modo que a feira-agroecológica da UFF de Rio das Ostras - que ocorre toda segunda quarta feira de mês- consiga fazer parte da rotina, não apenas da comunidade universitária, mas da sociedade em geral.

## **Referências**

Mais de 60 famílias assentadas no PDS Osvaldo de Oliveira enfrentam nova tentativa de despejo - Brasil de Fato

GT Mulheres Serramar - Agroecologia em Rede

Fortalecendo a Agroecologia na UFF potencialidades da Extensão Popular na formação universitária

# **Contribuição Extensionista ao Debate da Instrumentalidade do Serviço Social na Contemporaneidade**

Renata de Oliveira Cardoso | Filipe Jorge Benjamin | Juan Retana Jimenez<sup>1</sup>



Equipe de Execução do Projeto Formação Continuada para Assistentes Sociais da Região da Baixada Litorânea e Norte Fluminense, 2023. Acervo do Projeto.

## **Introdução**

O projeto de extensão “Formação continuada para assistentes sociais da Região dos Lagos e Norte Fluminense”, na edição do ano de 2025, se propôs a resgatar o debate da instrumentalidade no Serviço Social para colocar em evidência os desafios do fazer profissional no seu devir histórico no curso de atualização profissional intitulado “Instrumentos e Técnicas do Serviço Social: acúmulos e tendências contemporâneas”.

O propósito da ação é contribuir para a convergência das dimensões da profissão, de forma dialética, pondo em marcha uma instrumentalidade que se orienta a partir de um projeto societário e profissional de emancipação política e humana da classe trabalhadora. Para tanto, serão realizados 6 (seis) encontros formativos, com discussões que fomentem a costura do conhecimento teórico às experiências profissionais de assistentes sociais do território, contribuindo, deste modo, para o fortalecimento da universidade no espaço onde desenvolve suas ações.

---

1. Professor do RIR | Bolsista de Extensão | Professor do RIR

## **Desenvolvimento com Fundamentação Teórica:**

Segundo Guerra (2000) o tema da instrumentalidade no Serviço Social discute algo próprio do Serviço Social que revela a sua intenção ao utilizar instrumentos e técnicas. “O que fazer?”, “Quando e como utilizar um determinado instrumento? Ou qual técnica apropriada para determinada intervenção?”. Essas são perguntas frequentes que, para respondê-las, propõe Trindade (2000), faz-se necessário compreender o instrumental técnico-operativo da profissão a partir das suas determinações mais amplas, inserida na totalidade dos processos de produção e reprodução social.

Comecemos por diferenciar as particularidades no âmbito da reprodução material, aquelas que fundamentalmente mobilizam conhecimentos técnicos e científicos oriundos das ciências naturais, das particularidades do campo de atuação de assistentes sociais. Primeiro, destaca-se que no desenvolvimento das forças produtivas que conformam a relação entre homem-natureza, os instrumentos de trabalho permitem a transformação do objeto.

Em segundo, “se propõe a interpretar e agir nas tramas das relações sociais.” (Prates, 2003, pg.1). Logo, diante dos diferentes interesses e demandas que o Serviço Social atende e os projetos que incidem sobre sua ação profissional, “os instrumentos e técnicas são na verdade estratégias sobre as quais se faz a opção de acordo com o contexto e o conteúdo a ser mediado para se chegar a uma finalidade” (Prates, 2003, pg.6).

A disputa de projetos profissionais no Serviço Social expressa as contradições presentes no próprio processo sócio-histórico da profissão, marcada pela tensão entre projetos de caráter conservador, que tendem a reforçar a ordem social vigente, e projetos críticos, vinculados à perspectiva de transformação social. Nesse sentido, o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro representa a consolidação de um campo de referência que afirma a defesa intransigente da emancipação humana, em contraposição a projetos que buscam limitar a profissão a uma dimensão tecnicista.

Contudo, na contemporaneidade, pensar o instrumental técnico-operativo do Serviço Social implica dar ênfase no papel do projeto de emancipação da classe trabalhadora, nas disputas de projetos societário e profissionais, colocando em perspectiva que a “saída” (ou seja, a resposta profissional necessária e competente com vistas à emancipação) é uma resposta construída coletivamente e precisa corresponder às mudanças sociais em curso.

## **Resultado com Discussão:**

O debate acerca da instrumentalidade no Serviço Social permite compreender que o instrumental técnico-operativo da profissão não pode ser reduzido a um conjunto de técnicas ou instrumentos desvinculados de sua finalidade social. Essa perspectiva crítica, contudo, convive em tensão com tendências tecnicistas e gerencialistas que, sobretudo em períodos de avanço neoliberal, buscam reduzir a prática profissional a procedimentos de controle e administração de demandas imediatas, esvaziando seu conteúdo político.

No âmbito das discussões realizadas na Aula I do projeto de extensão “Formação continuada para assistentes sociais da Região dos Lagos e Norte Fluminense”, intitulada “Instrumentalidade e práticas criativas no cotidiano profissional”, a fala das participantes, todas mulheres, apresentaram questões relacionadas a imediaticidade das requisições institucionais, marcadas por uma desumanização das expressões da questão social que desconsidera a totalidade do sujeito e reverbera os aspectos conflitivos das demandas com os princípios do Serviço Social.

Também foram compartilhadas as estratégias e os instrumentos criativos utilizados no cotidiano profissional, como as oficinas e a realização de grupos, compreendidos não apenas como recursos metodológicos, mas como mediações fundamentais no processo de trabalho do assistente social.

Esses instrumentos, quando mobilizados de forma crítica, possibilitam a criação de espaços coletivos de diálogo, escuta e participação, nos quais os sujeitos podem refletir sobre suas experiências, compartilhar vivências e elaborar coletivamente alternativas para o enfrentamento das expressões da questão social. Ao mesmo tempo, tais práticas reforçam a relativa autonomia profissional, uma vez que permitem ao assistente social articular seu fazer às necessidades concretas dos usuários, sem reduzir sua intervenção ao atendimento imediato ou à mera execução de demandas institucionais.

Por fim, foi debatida a importância das alianças profissionais e dos vínculos de trabalho, destacando-se que a prática multiprofissional e a valorização do trabalho coletivo são condições indispensáveis para sustentar a qualidade da intervenção profissional.

Assim, reafirma-se que a “saída” entendida como resposta profissional necessária e competente não pode ser individual, mas precisa ser construída coletivamente, em diálogo com a equipe interdisciplinar, com os usuários e com os movimentos sociais, de modo que os instrumentos de trabalho estejam sempre vinculados a uma direção social comprometida com a defesa dos direitos e com o projeto ético-político da profissão.

## **Considerações Finais:**

A análise da instrumentalidade no Serviço Social demonstra que o instrumental técnico-operativo é indissociável das determinações sócio-históricas e dos projetos profissionais em disputa, reafirmando que sua utilização não pode ser concebida de forma neutra ou meramente técnica. Ao contrário, os instrumentos e as técnicas se configuram como estratégias que devem estar articuladas à intencionalidade crítica da profissão, vinculadas à defesa de direitos e ao fortalecimento da emancipação humana.

As discussões do projeto de extensão apontam para a necessidade de práticas criativas, construídas coletivamente, capazes de superar o imediatismo institucional e de recolocar o trabalho profissional em sintonia com o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Nesse sentido, a saída para os desafios contemporâneos não reside em respostas individuais, mas em ações coletivas, que articulem formação continuada, alianças profissionais, equipes interdisciplinares e movimentos sociais. Conclui-se, portanto, que a instrumentalidade, quando compreendida em sua totalidade, representa não apenas uma dimensão técnico-operativa, mas um compromisso político e ético que projeta a profissão em direção à transformação social.

## **Referência:**

GUERRA , Yolanda.. A instrumentalidade no trabalho do Assistente Social. In: Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistente Sociais. Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. CFESS/ ABEPSS-UNB, 2000.

IAMAMOTO, MAarilda Vilela & CARVALHO, Raul . Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. São Paulo: Cortez/Celats, 1982.

PRATES, Jane. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de Inspiração Marxiana. Revista Virtual Textos & Contextos, n.2. 2003.

TRINDADE, Rosa L. P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas e projetos profissionais. Revista Temporalis, n. 4. Rio de Janeiro, ABEPSS, 2000.

Gabriela Carneiro Velasco Souza | Julia Luciano de Melo | Maithe Torres Gevezier Dutra Reis | Therezinha Lins de Souza<sup>1</sup>

### **Semeando direitos: A gênese do PDS Osvaldo de Oliveira**

Ao longo dos anos, as famílias do assentamento PDS Osvaldo de Oliveira tornaram-se referência em agroecologia, unindo o cultivo de alimentos saudáveis à preservação ambiental e ao reflorestamento de áreas antes degradadas. Contudo, essa conquista foi precedida por um intenso período de luta e resistência. A história do assentamento inicia-se com a organização de 300 famílias que, em 7 de setembro de 2010, ocuparam uma área considerada improdutiva. O movimento foi marcado por enfrentamentos, ameaças e tentativas de despejo, culminando na remoção das famílias poucos meses após a ocupação, quando forças policiais e federais executaram a ordem de despejo.

Marcha do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) - 2014



Fonte: Coletivo de Comunicação do MST- RJ

“Os policiais chegaram, nós éramos um grupo de trezentas famílias com idosos e crianças e eles chegaram e deram aquela ordem de despejo e que tínhamos que sair naquele momento. E a gente ia correndo pra juntar nossas coisas e eles atearam fogo em alguns dos nossos barracos, jogaram spray de pimenta nos olhos das pessoas, entrava caminhão e a gente tinha que jogar tudo ali e cair naquelas caçambas de caminhão e sair pra poder colocar a gente lá naquele asfalto e deixar lá, e a gente se virava como pudesse” relata Edna Mendonça uma das assentadas no PDS que está na área desde seu início.

Após anos de ocupações, despejos e busca por um local definitivo, as famílias mantiveram firme a resistência e o desejo de conquistar a terra. A mobilização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) resultou na proposta do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), um modelo diferenciado de assentamento que prioriza práticas produtivas ecológicas, uso coletivo da terra e preservação ambiental. Com o apoio de diversas instituições e projetos extensionistas, especialmente da Universidade Federal Fluminense (UFF) de Rio das Ostras que esteve presente desde a primeira ocupação, concretizou-se a tão esperada conquista da terra no ano de 2014. A luta coletiva simboliza a união das famílias assentadas em busca de um mesmo propósito: garantir a cada uma delas o direito à terra e a uma vida digna, objetivo pelo qual lutam e resistem desde 2010.

### **Teia de Solidariedade: O campo como espaço de aprendizagem viva**

Desde sua criação, o PDS se consolidou como um espaço que articula a agroecologia e cidadania, onde as práticas sustentáveis são integradas a processos de formação e a colaboração constante das universidades públicas da região, como a Universidade Federal Fluminense (UFF). Essas instituições desempenham um papel crucial na construção de um movimento extensionista articulado, que conecta o saber acadêmico com o saber e a realidade dos agricultores(as).

A extensão universitária é um eixo central do tripé (ensino, pesquisa e extensão), sendo o elo entre universidade e sociedade, trata-se de uma via de mão dupla, na qual o conhecimento científico é compartilhado, mas também transformado pela experiência popular, promovendo a construção e o desenvolvimento crítico de espaços de democratização do conhecimento, como relata um outro assentado do PDS, o senhor Valdeir Silva: “foram pessoas que viram nossa luta e deram importância”.

O papel da ação extensionista é colaborar no andamento das ações, e quando este trabalho é constante e participativo, os resultados se tornam duradouros. Essas práticas revelam que a extensão universitária pode se constituir como uma estratégia de apoio, ajudando a comunidade a se organizar, planejar e conquistar novos espaços de cidadania. Essa relação se manifesta em iniciativas como a formação técnica, capacitação agroecológica e oficinas de conscientização ambiental, professores(as) e estudantes trabalham lado a lado com as famílias dos assentamentos contribuindo para o fortalecimento de suas práticas e de sua resistência no território.

Viver no PDS impacta principalmente a vida das mulheres assentadas, essas questões engajaram a extensionista Lohanny Salustiano, estudante da UFF Rio das Ostras a participar do projeto “Mulheres da Terra que Cuidam e Curam” coordenado pela professora Katia Iris Marro. Segundo Lohanny “Participar desse projeto é uma oportunidade de fomentar o meu interesse em aprender e contribuir com uma iniciativa que valoriza o protagonismo feminino e a luta pela terra”.

## Produtos da Terra

A UFF, em parceria com o PDS, realiza mensalmente as feiras agroecológicas, uma iniciativa que abrange não somente o PDS como outros coletivos e movimentos sociais. A feira se torna um meio de propagação dos produtos que as famílias cultivam, além de uma oportunidade da aproximação da comunidade acadêmica da universidade com os assentados(as), tendo sempre uma troca de diálogo seja sobre os produtos vendidos ou sobre a vida dessas pessoas o que pode vir a engajar a motivação de futuros extensionistas.



Valdeir Silva na feira agroecológica da UFF Rio das Ostras Fonte: Arquivo Pessoal

## Vozes de um território: Entre Paulo Freire e os sonhos

A prática extensionista carrega em sua essência a visão pedagógica de Paulo Freire (1983), ao em vez de “ensinarmos” ao agricultor(a), o(a) extensionista deve atuar no sentido da troca de saberes com as comunidades, em um processo de construção coletiva de conhecimento. Defendendo a extensão dialógica por valorizar a escuta e o saber popular.

“Nas oficinas em território, feiras agroecológicas ou eventos e encontros, o aprendizado acontece na relação de troca entre universidade e a comunidade, unindo o saber acadêmico e o saber popular, sem uma hierarquia, compreendendo que cada grupo tem conhecimentos distintos que se somam na formação crítica e na construção coletiva de conhecimento.” relata a extensionista Lohanny Salustiano.

Com o apoio de instituições e projetos extensionistas, os sonhos e desejos dos(as) assentados(as) podem se tornar cada vez mais realizados, ao conversar com vários integrantes do PDS descobrimos diversas vontades tanto pessoais quanto para o coletivo. A vontade da construção de estradas com escoamento, o desejo de poder produzir em escalas cada vez maiores, a expectativa pela ponte prevista para o ano que vem, mas além dos desejos em prol do coletivo se destaca o desejo pessoal do aprendizado proporcionado pela universidade, o que fica evidente na frase do senhor Valdeir Silva “eu tenho que continuar o que eu não completei lá atrás por falta de oportunidade, eu pretendo chegar aqui junto com vocês. Vontade a gente sempre tem”.



Edna Mendonça na Feira Agroecológica da UFF Rio das Ostras. Fonte: Arquivo Pessoal

### **Desafios de quem semeia**

O fortalecimento da extensão rural é essencial para o desenvolvimento do PDS, visto que as políticas de transição agroecológica, economia solidária e soberania alimentar atribuem papel estratégico ao extensionista.

Contudo, essas ações enfrentam desafios estruturais e institucionais, como a falta de recursos humanos e financeiros que comprometem a continuidade de alguns projetos. Soma-se isso a desvalorização das práticas agroecológicas, por se contrapõem à lógica do agronegócio, o que reforça a necessidade de apoio constante do poder público por meio de políticas permanentes de incentivo à agricultura familiar, garantindo autonomia e renda às famílias assentadas.

A Universidade também desenvolve seu papel, por meio da assessoria e consultoria, das atividades formativas e de mobilização, além de estratégias de incentivo à produção e fortalecimento comunitário.

Além disso, persiste o preconceito social contra os militantes do Movimento Sem Terra, muitas vezes rotulados como “invasores” de terras; apesar de sua atuação legítima, como ressalta o senhor Valdeir Silva: “Não é invasor, eu tenho uma terra improdutiva e ocupei ela... nós demonstramos na prática a nossa ocupação, pois nem tudo está no papel”.

### **Futuro em construção: Sementes que germinam**

Dante dos desafios atuais, a ação extensionista se consolida como agente fundamental na construção de um futuro mais justo e sustentável. Cada ação - seja um diálogo, uma oficina ou feiras agroecológicas - representa uma semente de autonomia.

As famílias assentadas expressam gratidão pela troca de saberes e pelo apoio das ações extensionistas da UFF Rio das Ostras, reconhecendo o empenho de pessoas como Ramiro, Katia, Camila, Rogério entre tantas outras pessoas, que se uniram à luta do PDS e continuam a fortalecer essa rede de resistência e aprendizado coletivo.

Assim, fortalecer a luta do PDS Osvaldo de Oliveira significa ampliar o diálogo entre campo e cidade, promovendo o maior reconhecimento do assentamento e inspirando mais pessoas a integrar esse movimento de resistência.



Atividade de extensão no PDS Osvaldo de Oliveira. Fonte: Acervo do Projeto

“Então a gente se reúne e luta por uma luta que é muito maior do que lutar por mim só ou só por minha família. É uma luta muito maior que isso. E quando a pessoa entende isso e quer muito isso, então a gente consegue ultrapassar e chegar até o final.” relata a assentada Edna Mendonça.

O diálogo com as famílias do PDS Osvaldo de Oliveira foi inspirador e despertou o desejo de engajamento contínuo na luta dessas pessoas, especialmente das mulheres assentadas, que com sua vontade de produzir e uma terra para cultivar, conquistam espaços historicamente associados aos homens. Ouvir essas famílias é um meio de aprendizagem, contribuindo com uma nova percepção sobre suas lutas e realidade, e isso é possível principalmente por meio da ação extensionista. Dessa forma, a extensão no PDS se apresenta, antes de tudo, uma forma de educar e ser educado pela terra!

## Referências Bibliográficas

Assentamento PDS Osvaldo de Oliveira: exemplo de luta e resistência na produção agroecológica e na construção da Reforma Agrária Popular. Boletim do MST Rio, Rio de Janeiro, 2017.

Disponível: : [https://boletimmstrj.mst.org.br/assentamento-pds-osvaldo-de-oliveira-exemplo-de-luta-e-resistencia-na-producao-agroecologica-e-na-construcao-da-reforma-agraria-popular/?utm\\_source=perplexity](https://boletimmstrj.mst.org.br/assentamento-pds-osvaldo-de-oliveira-exemplo-de-luta-e-resistencia-na-producao-agroecologica-e-na-construcao-da-reforma-agraria-popular/?utm_source=perplexity)

Acesso em: 29 Out.2025

MARRO, Katia. Iris; BARBOSA, Elizabeth. Carla. Vasconcelos.; SANTOS, Suenya. (Orgs.). Caminhos metodológicos, saberes e práticas profissionais e populares em territórios de resistência. Navegando Publicações, Uberlândia, v1,n1, 2021.

Disponível:

[https://www.editoranavegando.com/\\_files/ugd/35e7c6\\_eee427e46e82474f9ea3c52598cb6e0d.pdf](https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_eee427e46e82474f9ea3c52598cb6e0d.pdf)

Acesso em: 29 Out.2025

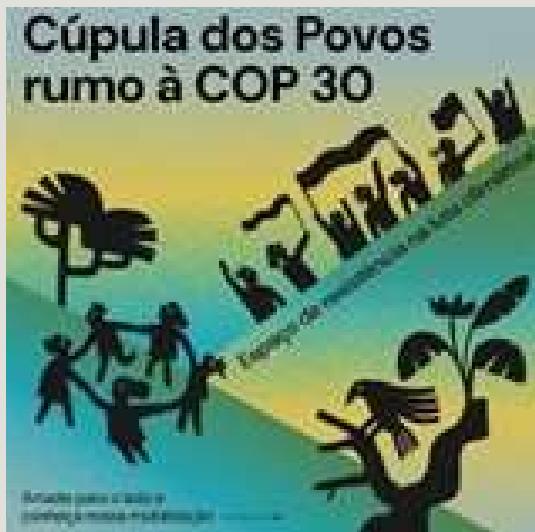
OLIVEIRA, Dayse. Maria. Silva. Caciano. O Projeto de Desenvolvimento Sustentável(PDS) e a construção de novos modelos de assentamento rural: O caso do assentamento Osvaldo de Oliveira do MST em Macaé-RJ. Orientador: Prof.Dr. Douglas Ribeiro Barboza. 2018. 193. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional– Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2018.

Disponível:

<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/10708/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Dayse.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Acesso em: 29 Out.2025

**O clima está mudando - e a Universidade também: Extensão e Justiça Socioambiental rumo à COP 30.**



Adriana Monteiro Anjos de Luna | Andryelle Brum Carrasqueira da Fonseca | Vanessa Dias Ribeiro<sup>1</sup>

Na UFF de Rio das Ostras, no dia 20 de outubro, durante a agenda acadêmica, foi realizada uma oficina sobre conflitos territoriais na região da baixada litorânea como uma preparação para a COP-30. A atividade foi realizada pelo NEA CHAIA, Grupo de Pesquisa e Extensão Universitária que atua desde 2015 com trabalhos relacionados a linhas de extensão em programas como o Semeando Agroecologia no campo e na Cidade (desde 2017) e Programa de Inovação Tecnológica: Consumo consciente, mercado social e tecnologia da Informação (2021/2022). A atividade sobre a COP foi realizada em parceria com a ONG Terra Puri.

Considerando que a COP-30 sobre o clima se realizará na Amazônia, um bioma que tem sido utilizado como fonte inesgotável de recursos naturais para os interesses do capital, envolvendo violências e conflitos territoriais em defesa dos bens comuns e direitos, aproveitou-se a oportunidade para abordar os conflitos territoriais na região da baixada litorânea, proporcionando uma troca entre pesquisadores, extensionistas, educadores, militantes acadêmicos e populares no sentido de nos fortalecer enquanto uma rede de resistência. Foi um momento de intensas trocas e reflexões onde foram apontadas e listadas as principais questões enfrentadas pelo nosso espaço territorial, bem como as lutas que vêm sendo travadas até o momento. Além de uma experiência esclarecedora, foi uma oportunidade de a Universidade contribuir e participarativamente do debate.

<sup>1</sup> Estudantes da turma de Oficina de Extensão I. Texto elaborado sob supervisão da professora Susana Maia.

## Entenda o que é a COP 30

COP, é a sigla para “Conferência das Partes”, que funciona como um fórum para negociações de acordos e a definição de estratégias para lidar com as crescentes preocupações socioambientais. Ela surgiu como parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, elaborada durante a conferência Rio-92, conhecida também como Eco-92 ou Cúpula da Terra, que aconteceu no Rio de Janeiro.

Em novembro de 2025, Belém, capital do Pará, esteve no centro das atenções mundiais com a realização da COP 30. A Conferência teve sua abertura política nos dias 06 e 07, com a Cúpula dos Líderes — evento que reuniu chefes de Estado e representantes internacionais para definir as prioridades das discussões antes do seu início oficial. Após essa etapa, o evento principal ocorreu de 10 a 21 de novembro.

## Por que a Amazônia?

A escolha da Amazônia como sede, simboliza também a urgência de proteger o bioma e valorizar o conhecimento dos povos que o habitam, pois esta, abriga mais de 390 etnias e quase 300 línguas o que evidencia a excelente diversidade cultural que se entrelaça com o seu território. Além disso, o fato de acontecer lá carrega um simbolismo todo especial, pois a Amazônia desempenha um papel central no equilíbrio climático do planeta: é um bioma-chave para absorção de carbono, regulação hídrica e preservação da biodiversidade. Portanto, ao sediar a COP 30, o Brasil deve assumir a responsabilidade de conectar suas florestas e comunidades ao debate global sobre as mudanças climáticas, ajudando a promover debates sobre sustentabilidade, nos quais se destaca a importância da educação socioambiental, da justiça climática e da construção de políticas públicas que garantam um futuro mais justo e equilibrado.

## A Cúpula dos povos: Dando voz aos silenciados



Fonte: <https://mab.org.br/tag/a-resposta-somos-nos/>

Organizada de forma autônoma pela sociedade civil, a Cúpula dos Povos é um evento paralelo e alternativo às grandes conferências oficiais da ONU. Prevista para ocorrer entre 12 e 16 de novembro, a edição promete mobilizar mais de 15 mil participantes, entre lideranças indígenas, quilombolas, ribeirinhas, movimentos de juventude, pesquisadores, ambientalistas e representantes de comunidades urbanas, sindicatos e ONGs do mundo inteiro para debater soluções populares e sustentáveis para as crises ambientais, sociais e econômicas. Nesse espaço, temas como racismo ambiental, soberania alimentar, proteção dos povos indígenas, transição energética justa e direitos trabalhistas ganham centralidade, compondo uma visão crítica em relação às propostas oficiais dos governos e das grandes corporações.

Neste ano, cerca de 300 representantes dos povos das etnias Kayapó, Panará, Tupinambá, Arapiuns, Munduruku, Borari, Mura, Xikrin e outras etnias do Cerrado e da Amazônia, além de movimentos populares de agricultores familiares, quilombolas e comunicadores, chegaram a Belém numa embarcação chamada “Caravana da Resposta”, partindo do Baixo Tapajós, uma região marcada por portos e hidrovias. “Estamos aqui para defender nosso território. A resposta somos nós; só o conhecimento ancestral vai paralisar a crise climática” — afirmou o líder indígena Takak Xikrin. (Fonte:<https://oglobo.globo.com/google/amp/brasil/cop-30-amazonia/noticia/2025/11/13/paralela-a-cop30-cupula-dos-povos-reune-milhares-em-belem-contra-as-mudancas-climaticas-e-em-defesa-dos-territorios.ghml>)

O objetivo da Cúpula é fortalecer a construção popular e acordar pautas de agendas socioambiental, antipatriarcal, anticapitalista, anticolonialista, antirracista e de direitos, respeitando suas diversidades e especificidades, por um futuro sustentável e de bem-viver.

## **A universidade, a comunidade e o clima: quando a extensão se conecta ao futuro**

Ainda em meio aos preparativos, o Brasil apresentou uma proposta ambiciosa no dia 07/11, durante a Cúpula do Clima de Belém que tratou da criação da Coalizão Aberta de Mercados Regulados de Carbono. A iniciativa já recebeu a adesão de onze países — entre eles China, União Europeia, Reino Unido, Canadá, Chile, Alemanha, México, Armênia, Zâmbia e França — e coloca o país em posição de destaque na agenda global da transição verde. Para o governo, a coalizão representa uma oportunidade de atrair investimentos internacionais, além de consolidar a credibilidade ambiental do país. Entretanto, em contrapartida aos projetos e propostas apresentados pelas lideranças mundiais, está a realidade cotidiana da população que ali habita.

Discutindo sobre essa contradição, a Oficina sobre conflitos territoriais na região da baixada litorânea organizada pelo NEA CHAIA propôs uma reflexão essencial: Quem realmente se beneficia com os mercados de carbono?

Na discussão foi reforçado de que é fundamental que o Brasil, ao liderar essa frente, também assuma o compromisso de garantir equidade, transparência e inclusão dos povos originários, quilombolas e comunidades tradicionais nas decisões pois eles habitam onde muitas vezes os projetos são implementados, recebendo diretamente os desdobramentos dessas decisões, portanto, precisam ter justo espaço para exercer seu papel histórico na proteção desses ecossistemas.

Como reforça o NEA, “não há justiça climática sem justiça social”. Proteger o planeta significa também proteger as pessoas e reconhecer que a resistência nasce das margens, das comunidades e das vozes que lutam todos os dias por um futuro mais justo e sustentável. Nesse sentido, a Cúpula dos povos representa uma oportunidade de amplificar vozes, em especial das populações negras, quilombolas, indígenas e ribeirinhas, que estão na linha de frente dos impactos socioambientais e trazer para o centro das discussões globais uma região que simboliza tanto a riqueza ambiental quanto os desafios da desigualdade social e da exploração de recursos naturais e humanos pelo capital.

Em entrevista com a coordenadora do NEA CHAIA e professora da UFF, Suenya Santos, a mesma relatou sobre a carta-denúncia de caráter público construída na Oficina realizada em outubro. O documento propõe um conjunto de medidas de mitigação distribuídas em seis eixos temáticos (Territorial, Sociocultural, Socioeconômico, Infraestrutura, Ambiental e Governança), com foco em fortalecer a participação comunitária. Entre os conflitos destacados, estão o avanço da especulação imobiliária e da gentrificação nos municípios de Búzios, Rio das Ostras e Saquarema, processos que se intensificam e afetam diariamente a vida da população local. Evidencia-se a vulnerabilidade de moradores e pescadores impactados pela poluição da Lagoa de Araruama, que compromete suas atividades econômicas e seu bem-estar.

A carta também apresenta as principais questões que afetam comunidades rurais, costeiras e tradicionais — como degradação ambiental, especulação imobiliária, enfraquecimento das economias locais, perda da identidade cultural e pressões decorrentes da indústria do petróleo, gás e de futuros projetos de energia eólica offshore.

Como encaminhamento central, se propõe a criação de um Plano Territorial de Transição Justa da Baixada Litorânea, com metas estabelecidas até 2040. Esse plano tem como objetivo orientar a região na redução da dependência do petróleo, promover a diversificação econômica, incluindo investimentos em energia limpa, agroecologia e turismo sustentável. Como instrumento financeiro para viabilizar essas ações, a carta sugere ainda a criação de um “Plano Territorial de Transição Justa” para a região, além de um Fundo Regional de Transição Ecológica financiado com parte dos royalties do petróleo, garantindo assim uma transição ampla, sustentável e socialmente justa para toda a região

Em atuações como estas, o papel da extensão Universitária fica fortemente evidenciado. De fato, a extensão é um espaço criado para que estudantes, professores(as) e moradores(as) da comunidade participem coletivamente de práticas e discussões que conectam o conhecimento acadêmico às vivências concretas do território. É uma forma de ser Universidade e de devolver em forma de contribuição crítica o conhecimento que se adquiriu. Por essa razão, as ações de Extensão têm ampliado sua relevância dentro da formação universitária, consolidando-se como componente essencial do currículo e fortalecendo a integração entre ensino, pesquisa e comunidade.



Fonte: Registros do NEA CHAIA

Agatha Marina Santos de Souza | Anna Vitória Medeiros de Oliveira | Maria Luiza Caifero de Azevedo Coelho Leite | Maria Clara Tinoco Ribeiro<sup>1</sup>

As questões de gênero fazem parte das discussões mais importantes da nossa realidade, pois falam sobre a forma como homens, mulheres e pessoas com diferentes identidades são vistos, tratados e representados na sociedade. Essas questões fazem parte do cotidiano, seja ao falarmos sobre violência contra a mulher, violência de gênero, sobre a diversidade de identidades de gênero, dentre outras coisas.



Atividade Extensão  
Fonte: Projetos DISCA e AGIR

Ao incentivar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a ação extensionista cria uma oportunidade única para discussões públicas e a construção de conhecimentos que visam enfrentar as desigualdades e a violência de gênero, presentes na sociedade. Projetos de extensão como, por exemplo, o “Disca”, coordenado pela professora Paula Sirelli, criam esses ambientes onde, de fato, a construção de conhecimento e pensamento crítico se tornam uma realidade quase palpável.

Encontramos um exemplo dessa construção de conhecimento, no relato da professora Paula Sirelli, durante a entrevista feita conosco:

“Então, no Disca, esse ano, a gente focou muito na preparação das oficinas, no estudo teórico para a gente se qualificar, se capacitar, pra falar desses temas. Então esse ano a gente fez essas capacitações, e realizamos as disciplinas com adolescentes no Colégio Abdala, no CIC, no CRA de Macaé, (...) O Agir em Saúde, que é o projeto que a Gabi coordena, também organizou oficinas com adolescentes, com o objetivo de discutir o tema da saúde mental. Então linhas gerais, o que nossas ações fazem é essa relação com as redes de serviços e as oficinas com adolescentes.”

E, claro, ao tratarmos de gênero na extensão, cria-se oportunidades para refletir, escutar e transformar realidades, especialmente quando o trabalho envolve adolescentes, público que, nesta fase da vida, é marcado pela formação de opiniões, valores e identidades. Por isso, projetos como o Disca, e o projeto Agir, ao discutir com as(os) adolescentes sobre o que é e o que não é violência de gênero e como identifica-la, o que é natural e o que não é, se torna uma forma de desenvolver um senso crítico e fortalecer atitudes de cuidado nas relações do dia a dia. Através dessas ações, a universidade contribui para a construção de uma juventude mais crítica, consciente e solidária.

1 Estudantes da turma de Oficina de Extensão I. Texto elaborado sob supervisão da professora Susana Maia.

Nessa perspectiva, projetos de extensão se tornam mais do que atividades, são experiências que transformam tanto para quem participa, quanto para quem desenvolve as atividades. Todos(as) aprendem e esses espaços se tornam lugares vivos de troca de saberes e experiências.

Atividades como oficinas, rodas de conversa, manifestações artísticas e intervenções comunitárias, como as atividades realizadas pelo projeto Disca em escolas, se mostram eficazes para questionar estereótipos, incentivar o respeito à diversidade e fomentar um pensamento crítico. Tais espaços criam uma ponte entre conhecimentos acadêmicos e populares, reconhecendo que as vi-



Atividade Extensão. Fonte: Projeto DISCA

vências diárias das pessoas também são formas válidas de construção do saber.

Assim, a temática de gênero se transforma em um meio de mudança que impacta tanto na esfera individual quanto coletiva, influenciando práticas pedagógicas, políticas institucionais e modos de convivência.

Por fim, entender o assunto de gênero como uma abordagem transversal na extensão universitária implica reconhecê-lo como um componente fundamental para uma educação que preza pelos direitos humanos, a equidade e a justiça social. Ao invés de ser visto como um tema isolado, gênero deve ser considerado uma categoria de análise que permeia as várias dimensões da vida social e educacional, desafiando a universidade a se tornar um espaço verdadeiramente inclusivo, crítico e engajado com a diversidade.

### **Debate de gênero e sexualidade nas escolas**

Gênero e sexualidade fazem parte de todas as dimensões da vida e desde cedo aprendemos o que é considerado adequado para homens e mulheres, e essas regras influenciam nossos comportamentos, desejos e expectativas. O gênero acaba organizando as relações sociais e definindo quem tem autoridade, quem cuida e quem obedece. Quando essas normas se repetem por muito tempo, passam a parecer naturais e universais, criando a ideia de que o binarismo é a única forma possível de existir.

A diversidade sexual e de gênero sempre existiu, ainda que tenha sido reprimida por normas morais e religiosas. Romper com o binarismo é reconhecer que há muitas maneiras legítimas de viver e existir.

A presença e a luta das pessoas transgêneros, binárias e não-binárias, reforçam essa quebra de padrões, mostrando que a identidade de gênero não precisa seguir modelos fixos. Suas vivências ampliam a compreensão sobre o que é ser humano e evidenciam o quanto as normas tradicionais ainda limitam a liberdade de existir. A falta de conhecimento sobre identidade de gênero traz consequências, uma vez que tais identidades não correspondem ao modelo tradicional e opressor imposto socialmente, muitas pessoas acabam se tornando alvo de discriminação, exclusão e de diferentes formas de violência.

Por isso, a violência de gênero é um tema de difícil abordagem, ponto destacado pela professora Paula Sirelli, durante a nossa entrevista.

"Acho que uma grande dificuldade é entender a complexidade que o tema da violência contra a mulher e a violência de gênero tem. Porque muitas vezes cai numa culpabilização da mulher, do homem, sem entender como tem camadas históricas, seja de colonização, de patriarcado, de machismo, de racismo. Então é um tema que não dá para simplificar"

### **A prática da extensão como educação libertadora**

Inspirada em Paulo Freire, a educação libertadora busca desenvolver o pensamento crítico para compreender o mundo e transformá-lo. Freire defende uma prática educativa baseada no diálogo e na construção coletiva do saber, em que a comunicação é o caminho para a mudança. Nesse sentido, a universidade, ao pesquisar e debater gênero e sexualidade, amplia a consciência social e transforma o conhecimento em um meio de libertação.

Essa visão crítica de educação se conecta diretamente à extensão universitária, que atua como ponte entre a universidade e a sociedade, levando a reflexão sobre gênero e sexualidade para espaços de formação como as escolas.

A extensão universitária aproxima o conhecimento acadêmico do cotidiano das pessoas e transforma a educação em um processo de diálogo e ação coletiva. Ao tratar de gênero e sexualidade, ela não apenas compartilha conhecimento, mas também ouve e reconstrói saberes junto à comunidade.

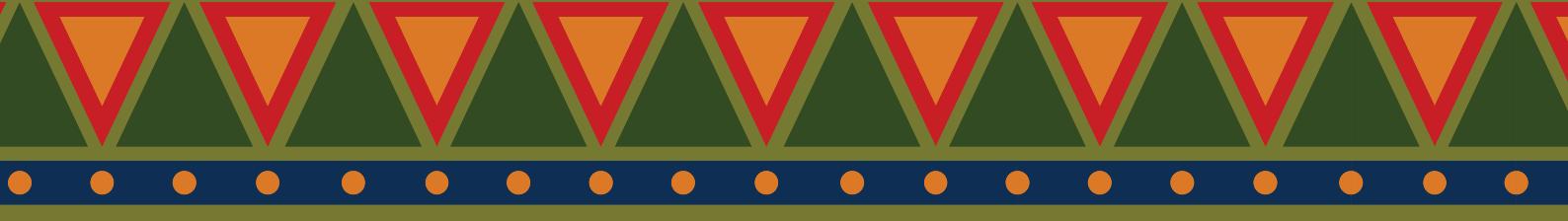
Então, levar essas discussões para ambientes além da universidade é, de fato, um passo essencial na construção de uma sociedade mais justa. Projetos de extensão atividades que incentivem a convivência e a empatia e que discutem gênero e sexualidade não são, apenas, para ensinar como as pessoas devem agir, mas para abrir espaço para compreender diferentes formas de existir. Essa prática fortalece a convivência democrática e ajuda na formação de sujeitos mais conscientes de seus direitos e responsabilidades.

E mesmo diante de resistências, a extensão universitária mostra que o diálogo é o caminho mais eficaz contra a intolerância. Ela reafirma a importância da educação como prática transformadora, em que teoria e ação caminham juntas.

## **Referências**

NERY CARNEIRO, Everton; SILVA DOS SANTOS, Luciane; FREITAS DE SOUZA, Argimária. Gênero em foco. 1º e.d. Curitiba-PR, Editora Bagai, 2023.

SIRELLI, Paula Martins (et.al). Ministério das mulheres e a retomada da categoria de gênero. XVIII ENPESS (Anais). Fortaleza (CE), 2024.



## **Seção Nega Pataxó**



## Nega Pataxó

Maria de Fátima Muniz, conhecida como Nega Pataxó, do Povo Indígena Pataxó Hā Hā Hāe - etnia indígena que vive principalmente na região sul da Bahia, que possui uma cultura preservada, com tradições ancestrais passadas de geração em geração - Nega era uma mulher indígena, professora, uma importante líder espiritual do Povo Pataxó que lutava pelos direitos essenciais de seu povo.

Nega Pataxó era extremamente comprometida com a sua comunidade. Era líder de saberes tradicionais, responsável por ensinar a medicina ancestral, que incluía cultivos de ervas medicinais, cantos sagrados e composição própria, além da recomposição da floresta e da morada. Também atuava como militante do movimento indígena, sendo uma das construtoras da Pré-Jornada de Agroecologia da Teia dos Povos, evento que fortaleceu a união entre indígenas, quilombolas e camponeses na luta pela terra e pela soberania alimentar. Nega ensinava que cuidar da terra era cuidar da vida, e que a luta por território era também uma forma de preservar a identidade dos povos originários.

No dia 21 de janeiro de 2024, Nega Pataxó foi assassinada durante um ataque de fazendeiros na fazenda In huma, no município de Potiraguá, no território indígena Caramuru - Catarina Paraguassu, no Sul da Bahia. Nega foi sepultada na Aldeia Ourinho, onde, em sua homenagem, foi plantada uma muda de Baobá, árvore símbolo da ancestralidade e da resistência dos povos africanos e indígenas.

A história da Nega Pataxó é também a história de muitos povos que continuam sendo invisibilizados todos os dias em suas próprias terras. Mesmo diante de tanto descaso, os povos indígenas continuam lutando pela vida e pela terra.

"Eles querem nos apagar para que nossas raízes não brotem. Mas cada árvore derrubada serve de semente para nossa resistência." Nega é resistência, Nega é semente, e sua força vive em nós! Nega Pataxó Hā hā hāe, presente!!!

Larissa Teixeira Silva | Ysis Cristhyelem de Oliveira Vieira

---

### Fontes:

NETTO, Gilvander. Majé Nega — Maria de Fátima Muniz (do povo indígena Pataxó Hā Hā Hāe) morta por fazendeiros no sul da Bahia. Disponível em: <https://gilvander.org.br/site/maje-nega-maria-de-fatima-muniz-do-povo-indigena-pataxó-ha-ha-hae-mortada-fazendeiros-no-sul-da-bahia/>. Acesso em: 24 out. 2025.

G1 Bahia. Pajé, professora e irmã de cacique: conheça indígena morta durante disputa de terras na Bahia. 25 jan. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2024/01/25/paje-professora-e-irma-de-cacique-conheca-indigena-mortadurante-disputade-terrass-na-bahia.ghtml>. Acesso em: 24 out. 2025.

ANDES-SN. ANDES-SN repudia violência contra o povo Pataxó Hā-Hā-Hāe na Bahia: pajé foi assassinada. 23 jan. 2024. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/aNDES-sN-repudia-violencia-contra-o-povo-pataxó-ha-ha-hae-na-bahia-paje-foi-assassinada1>. Acesso em: 24 out. 2025.

SOCIOAMBIENTAL. Povo: Pataxó. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Patax%C3%B3>. Acesso em: 24 out. 2025.

Pataxó - Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Patax%C3%B3>>.

## **Por vidas repletas de nós**

Hayda Alves

Ela nos ensinou...

A noite não adormece nos olhos das mulheres\*

Que gestam, que curam, que cuidam

Mulheres que insistem no viver de crianças,

de idosos,

de homens

e de outras tantas mulheres

embaladas em ser, saber e poder

Mulheres baraqueiras

Mulheres quebradeiras

Mulheres batuqueiras

Mulheres rezadeiras

Mulheres que rompem barreiras

Mulheres que parem peixes e esperança\*\*

Que preparam chás,

melitos, emplastos

Mulheres que asseguram a vida

Mulheres que transformam o mundo

Práticas insurgentes

Práticas emergentes

Práticas urgentes

Práticas presentes

Presentes!

\*

-----  
Frase do poema de Conceição Evaristo “A noite não adormece nos olhos das mulheres”. Consultar: EVARISTO, Conceição. A noite não adormece nos olhos das mulheres. In: Poemas da recordação e outros movimentos. Rio de Janeiro: Malê, 2017, p. 26-27.

\*\*Referência aos livros “A mulher que pariu um peixe” e “Mulheres que pariram a esperança”.

Consultar:

SOARES, Rai. A Mulher que pariu um peixe e outros contos fantásticos de Severa Rosa. São Paulo: Jandaíra, 2021.

COSTA, Rute Ramos da Silva, LIMA, Flávia Farias; LOPES, Marcos Ferreira (orgs.). Mulheres que pariram a esperança: narrativas femininas sobre a vida. Quissamã: Revista África e Africanidades, 2023.

## **Agir em Saúde – A importância do cuidado da saúde mental dos adolescentes**

Gabrielle Gomes Ferreira | Gabriela Lima de Oliveira | Gabriel Franco | Filipi Corrêa | Laryssa Cavalcanti | Camilly Ribeiro | Jamyle Alves | Heloísa Abreu<sup>1</sup>



Foto Acervo do Projeto.

### **Introdução**

A adolescência é uma etapa de transição e descoberta, caracterizada por mudanças corporais, emocionais e sociais que aumentam a vulnerabilidade a sofrimentos psíquicos. Nos últimos anos, os dados de atendimentos relacionados a transtornos mentais no SUS cresceram expressivamente: entre 2014 e 2024, houve aumento de quase 2.500% entre crianças de 10 a 14 anos e 3.300% entre jovens de 15 a 19 anos (Jornal da USP, 2025). Fatores como desigualdade social, superexposição digital, pressões estéticas e o isolamento vivido na pandemia agravaram o quadro de adoecimento psíquico. Nesse contexto, o projeto “Agir em Saúde: participação, direitos e educação popular com adolescentes e jovens”, vinculado ao programa de extensão “Adolescentes e jovens do interior do Rio de Janeiro: participação, direitos e saúde”, busca criar espaços de escuta, diálogo e protagonismo de adolescentes. O projeto passou, a partir de 2024 a enfocar a saúde mental como eixo central, articulando temáticas conforme as necessidades apresentadas pelos adolescentes.

A saúde mental na adolescência deve ser entendida como direito humano e social, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), garantindo acesso a políticas públicas de promoção e proteção da saúde. Assim, refletir sobre o cuidado com adolescentes é também discutir cidadania e dignidade.

-----  
<sup>1</sup>Equipe do Projeto de Extensão Agir em Saúde: participação, direitos e educação popular com adolescentes e jovens

## **Desenvolvimento**

As Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens (BRASIL, 2012) reforçam que ações em saúde devem promover o protagonismo juvenil e o fortalecimento de vínculos coletivos. A Política Nacional de Educação Popular em Saúde orienta práticas baseadas na participação, escuta e construção coletiva do conhecimento, princípios adotados pelo projeto Agir em Saúde, inspirado nas ideias de Paulo Freire (1987).

A metodologia Freireana entende a educação como um processo emancipador, em que o saber é construído a partir das experiências e necessidades dos sujeitos. A extensão universitária, nesse contexto, atua como ponte entre universidade e comunidade, fortalecendo práticas democráticas e horizontais. O Serviço Social exerce papel essencial nesse processo, integrando dimensões subjetivas e sociais dos adolescentes. De acordo com Rosa e Lustosa (2012), é necessário superar abordagens que reduzem o sofrimento psíquico a questões individuais, reconhecendo fatores estruturais como pobreza, racismo, LGBTfobia e violência. Dados do Ministério da Saúde indicam que, em 2024, os atendimentos por ansiedade entre adolescentes de 15 a 19 anos cresceram mais de 4.400%, com média de seis atendimentos por hora. Isso revela a necessidade urgente de estratégias de prevenção e acolhimento, baseadas na intersetorialidade e no fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

O projeto, portanto, atua em rede, promovendo oficinas de educação popular, rodas de conversa e ações conjuntas com escolas e serviços de saúde. Essas atividades têm como objetivo desmistificar o sofrimento mental, a importância do cuidado, fortalecer vínculos e valorizar o protagonismo de adolescentes.

O projeto incorpora abordagens interseccionais (Combahee River, 2019; Collins, 2017), compreendendo que as experiências de opressão de raça, gênero e classe se entrelaçam, impactando diretamente a saúde mental. Trabalhar sob essa ótica permite construir práticas mais inclusivas, respeitando as subjetividades de adolescentes.

## **Resultados e Discussão**

Os cursos de formação em educação popular realizados pelo projeto constituem resultados significativos, pois qualificaram estudantes e profissionais para atuarem de forma crítica. As oficinas desenvolvidas em escolas públicas da rede municipal de Rio das Ostras reforçam a relevância da temática e a urgência de espaços de escuta e acolhimento.

A cartilha informativa, elaborada com endereços e contatos da RAPS dos municípios de Macaé e Rio das Ostras, ampliou o acesso dos adolescentes e famílias aos serviços de apoio. Além disso, rodas de conversa realizadas durante o Setembro Amarelo fortaleceram o diálogo sobre prevenção do suicídio e valorização da vida, reforçando o papel da escola como espaço privilegiado para ações educativas.

Pesquisas recentes (Silva & Alves, 2016; Alves et al., 2015) apontam que a saúde mental é tema emergente entre adolescentes, exigindo práticas educativas. Nesse sentido, o projeto Agir em Saúde reafirma a importância da atuação conjunta entre universidade, escola e comunidade, integrando teoria e prática em prol da saúde de adolescentes.

### **Considerações Finais**

O cuidado com a saúde mental de adolescentes deve ser reconhecido como direito fundamental. A experiência do projeto Agir em Saúde demonstra o potencial transformador da extensão universitária, que, ao criar espaços de escuta e participação, contribui para a formação crítica e cidadã de adolescentes.

O enfrentamento das questões de saúde mental na adolescência requer a articulação entre universidade, escola, serviços públicos e comunidade, promovendo um cuidado integral que ultrapasse o tratamento individual e considere as dimensões sociais, econômicas e culturais do adoecimento.

Em síntese, garantir saúde mental aos adolescentes é assegurar que vivam essa fase de forma digna, segura e plena, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e protagonistas de suas próprias histórias.

### **Referências**

- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
- BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens. Ministério da Saúde, Brasília, 2012.
- COLLINS, P. H. Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Revista Parágrafo, v.5, n.1, p.6-17, 2017.
- COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. Manifesto do Coletivo Combahee River. Plural, 26(1), 197-207, 2019.
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- JORNAL DA USP. Aumento de casos de ansiedade entre jovens abre espaço para desafios e iniciativas de prevenção. São Paulo, 2025.
- ROSA, L. C. S.; LUSTOSA, A. F. M. Afinal, o que faz o serviço social na saúde mental? Serviço Social & Sociedade, n.136, 2019.
- SILVA, R.; ALVES, J. Educação e saúde: experiências participativas em escolas públicas. Revista Educação em Foco, v.10, n.2, 2016.

## Quem somos?

Somos um projeto de extensão da UFF de Rio das Ostras e trabalhamos com a saúde de jovens e adolescente do interior do Rio de Janeiro. Temos o objetivo de criar um espaço de acolhimento e respeito com os nossos usuários, onde celebramos a diversidades de corpos, cores e vozes.



MÍDIA ADOLESCENTE  
PARA SABER MAIS: @MIDIAADOLESCENTE

### LOCAIS EM MACAÉ

#### Ambulatório LGBTQIAP+



Rua Gov. Roberto Silveira, 108 – Centro  
(22) 2796-1762

Possui atendimento de livre demanda e atendimento clínico de hormonização para pessoas trans de Macaé.

#### CAPS Bentinho (Centro de Atenção Psicossocial)

Rua Jacinto Vieira dos Santos, 58 – Centro  
(22) 2796-1374

#### CAPSi (Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil)

Rua da Igualdade, 710 – Centro  
(22) 2796-1352

#### CAPSad Porto (Centro de Atenção Psicossocial de Alcool e Outras Drogas)

Avenida Agenor Caldas, 261 – Imbetiba  
(22) 2796-1295

#### Centro Referência Adolescentes (CRA)

Rua vinte e nove de julho, nº 29 – Imbetiba  
(22) 2796-1059

Acolhimento em caso de autolesão, tentativa de suicídio, abuso e exploração sexual, transgêneros e uso de psicoativos; Acolhimento institucional em abrigo municipal, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa; E vulnerabilidades sociais e fragilidade dos vínculos familiares.



"ACOLHER AS DIFERENÇAS É UMA FORMA DE FAZER POLÍTICA.

É DIZER QUE A DIVERSIDADE NÃO É UMA AMEAÇA, MAS UMA RIQUEZA".

DJAMILA RIBEIRO

**Coordenação:** Gabrielle Gomes Ferreira

**Vice Coordenação:** Paula Sirelli

**Equipe:** Gabriela Lima; Filipi Correa; Laryssa Cavalcanti; Gabriel Franco; Camilly Ribeiro; Jamyle Alves; Heloísa Abreu

### LOCAIS EM RIO DAS OSTRAS

#### Ambulatório de Saúde Mental



Rua Maria Letícia, 45 – Centro  
(22) 2771-5732

#### CAPS (Centro de Atenção Psicossocial)

Rua Resende, 77 – Jardim Mariléa  
(22) 2771-4130

Acompanhamento à pessoas com transtornos mentais severos/ persistentes ou pessoas com problemas de álcool e droga.

#### CAPSi (Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil)

Rod. Amaral Peixoto, 3780 – Bosque da Praia  
(22) 2771-6301

Núcleo de Atenção à Saúde do Adolescente tem trabalho especializado (Nasa)

Rua Maier, 747 – Liberdade  
(22) 2771-4128

Oferece atenção integral à Saúde de adolescentes e de jovens, de 10 a 19 anos.

#### SPA (Serviço de Psicologia Aplicada)

Rua Recife, 17 – Jardim Bela Vista (na UFF)  
@spauffro

Atendimentos disponíveis por inscrições e por datas divulgadas nas redes.

MÍDIA ADOLESCENTE

## AGIR EM SAÚDE

participação, direitos e educação popular com adolescentes e jovens



### PARA O QUE SERVEM ESSES ESPAÇOS?

As cidades de Rio das Ostras e Macaé disponibilizam gratuitamente locais de cuidado, oferecendo suporte necessário à população a partir de uma equipe interdisciplinar de assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, nutricionistas e entre outros profissionais.

Em geral, esses espaços trabalham com atividades em grupo ou de forma individual, utilizando da escuta ativa, de oficinas e atividades, podendo incluir até mesmo ações comunitárias. O objetivo é criar um ambiente transformador e de garantia de direitos.

### PARA SABER MAIS, ACESSE:

<https://www.riodasostras.rj.gov.br/unidades-de-saude/>

<https://macae.rj.gov.br/orgaos-municipais/unidades/tipo/saude>

## **Construindo estratégias para o diálogo com adolescentes e jovens sobre a violência contra as Mulheres**

Ana Carolina Dielle | Dâmorys Soares | Lethícia Souza | Gabrielle Ferreira | Isabela Ramos | Paula Sirelli<sup>1</sup>



Oficina na disciplina Perspectivas Sócio Antropológicas em Saúde, do curso de Enfermagem na UFF Rio das Ostras. Fonte: Acervo do Projeto de Extensão

Rio das Ostras e região tem um elevado número de registros de violência contra meninas e mulheres. Este é um problema estrutural, multifacetado e complexo, que tem suas raízes no patriarcado, capitalismo e racismo e apresenta particularidades quando particularizam os adolescentes e jovens. O Projeto de extensão “DISCA - Diálogos sobre cuidado e autoproteção”, a partir de uma trajetória extensionista, de pesquisa, parceira com profissionais e a rede de serviços, propôs a construção de oficinas sócio educativas em escolas e equipamentos que trabalham com adolescentes em Rio das Ostras, Macaé e região. O primeiro semestre de 2025 foi o momento de preparar a equipe – construção de um sólido acúmulo teórico sobre violência contra a mulher e suas particularidades entre os adolescentes, bem como de formação sobre metodologias participativas e estratégias pedagógicas de construção de oficinas sócio-educativas entre adolescentes e jovens.

---

1. Equipe do Projeto de Extensão DISCA - Diálogos sobre cuidado e autoproteção: combatendo a violência contra mulheres junto a adolescentes e jovens de Rio das Ostras e região

A violência contra as mulheres é um instrumento muito importante para a estruturação do patriarcado, uma vez que é uma ferramenta de medo, controle e dominação, para que as mulheres sejam subjugadas e forçadas a um papel de submissão (Cisne e Santos, 2018). Essas violências são institucionais, e não se prendem somente ao âmbito doméstico e individual, justamente por serem elemento estruturante do patriarcado, que segundo Saffioti (2004) é tido como caso específico das relações de gênero, presente em todos os espaços sociais, desiguais e hierárquicos, fundamentando as relações de poder, de modo que o sistema patriarcal e sua ideologia perpassam os segmentos da sociedade civil e, obrigatoriamente, o Estado, em que o poder patriarcal é exercido pelo homem, branco e heterossexual (Saffioti, 2004). As mulheres são afetadas por uma desigualdade de gênero plural, atravessada pelas três contradições fundamentais da sociedade: patriarcado, capitalismo e racismo. Ademais, a herança histórica do escravismo pertencente à nossa sociedade e a cor da pele não branca diz muito a respeito do reconhecimento social deste indivíduo (Saffioti, 2004).

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres instituída pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), aponta que é fundamental para o combate desta violência a desnaturalização da desigualdade, da descriminação de gênero e da violência, e que para sua prevenção é necessário propor ações que “visibilizem as diferentes expressões de violência de gênero sofridas pelas mulheres e que rompam com a tolerância da sociedade frente ao fenômeno” (Brasil, 2011, p.26).

Dito isto, ao propormos uma ação de extensão que trabalhe o tema da violência contra as mulheres com jovens e adolescentes, estamos partindo de algumas perspectivas: a) a violência contra a mulher atinge, ainda que com suas particularidades, todas as mulheres, ainda que com particularidades se levarmos em conta cor, classe e idade; b) um dos caminhos para a diminuição da violência contra às mulheres é propor estratégias de educação despatriarcalizada que não só questionam os papéis de gênero, mas que expõem esta violência tanto como ferramenta de opressão e subjugação das mulheres, meninas e dos corpos femininos quanto como instrumento do fortalecimento do patriarcado e da sociedade capitalista; c) é essencial que esses jovens e adolescentes sejam capazes de identificar as situações de violência no dia a dia que ocorrem aos seus arredores para desnaturalizar a violência e possibilitar a quebras de possíveis ciclos de abuso.

Para dar conta destes atravessamentos, a proposta aqui desenhada tem vínculos com a educação popular em saúde de base freireana. Nesse sentido, não apenas as oficinas, mas todo o processo, desde a construção do projeto, tem sido feito de maneira articulada às necessidades da região.

Em seu processo de implementação, não foi diferente. Nesse sentido, nossa avaliação é que antes das oficinas serem implementadas, havia um extenso trabalho de capacitação da equipe e articulação com a rede de serviços que precisava ser feito. Assim, durante o primeiro semestre de 2025, priorizamos as seguintes ações:

- a) Grupo de estudos e debates, em parceria com o Projeto de Pesquisa "Ministério das Mulheres do governo Lula", que compreendeu uma seleção bibliográfica que desse conta das raízes teóricas sobre a violência contra as mulheres, suas bases econômicas, estruturantes no patriarcado, capitalismo e racismo. Os textos eram lidos, resumidos e debatidos, para em seguida fazer uma relação dos debates teóricos com a vivência da adolescência na região. Alguns temas foram mais explorados, como os efeitos da pandemia na socialização dos adolescentes, saúde mental e o uso de redes sociais e a violência contra as mulheres;
- b) Realização do curso de capacitação "Criar, coletivizar e produzir saberes em saúde: Formação, vivências e práticas para a construção de oficinas de educação popular em projetos extensionistas" reunindo outros 3 projetos de extensão que trabalham com adolescentes;
- c) Construção de Oficina sócio educativa com metodologias de participação, avaliação e construção de produto coletivos dos encontros;
- d) Extensa pesquisa de campo foi realizada pelas professoras e bolsistas, para levantar equipamentos da rede de proteção e acolhimento a adolescentes e mulheres vítimas de violência;
- e) Construção de material informativo (folheto) sobre serviços da rede pública municipal (saúde, assistência, sócio jurídico) a ser entregue aos adolescentes no momento da oficina;
- f) Construção, envio e aprovação para publicação do artigo "Crise do capital, retrocessos e desmontes dos direitos das mulheres: contradições e resistências" em parceria com o Projeto de Pesquisa "Ministério das Mulheres do governo Lula", para o VIII Seminário Internacional da Faculdade de Serviço Social (SEMINTSS);
- g) Participação na 4ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de Rio das Ostras, que aconteceu em 23 de julho de 2025 (a equipe do Projeto teve uma importante participação na preparação da Conferência, ao organizar material histórico e publicizá-lo, como forma de resgatar a história do Movimento de Mulheres na cidade);
- h) Proposição de atividade na Agenda acadêmica "Por que pessoas aderem ao bolsonarismo em periferias urbanas brasileiras? Alguns apontamentos", que vai refletir sobre o aumento do conservadorismo e da extrema direita entre os jovens da periferia.

A violência contra meninas e mulheres é um tema que perpassa o trabalho profissional de psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, e profissionais que trabalham com as políticas públicas em geral. Abordá-la em nosso cotidiano de trabalho não é simples, por isso, nos é tão caro formar profissionais com essa capacidade técnica. A Universidade pública tem nos proporcionado articular atividades de ensino, pesquisa e extensão para fazê-lo, possibilitando a formação multiprofissional de pesquisadores e profissionais atentos a esta realidade.

## **Referências**

- ALVES, H.; MARRO, K. I.; SIRELLI, P. M. . CHEGA DE ESTUPROS EM RIO DAS OSTRAS! In: Vânia Noeli Ferreira de Assunção. (Org.). Mosaico Riostrense: economia, sociedade e cultura de Rio das Ostras e região. 1ed. Belem: Home Editora, 2024, v. 1, p. 156-187
- BRASIL. Ministério das mulheres. Maria da Penha vai à Escola. Brasília: DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas-1/acoes-e-programas-de-gestoes-anteriores/politicas-para-mulheres/acoes-e-programas/maria-da-penha-vai-a-escola#:~:text=O%20MPVE%20busca%20divulgar%20a,ou%20indiretas%20da%20viol%C3%A3o%C2%A9ncia%20dom%C3%A9stica>. Acesso em 07 fev. 2025.
- \_\_\_\_\_. Ministério das Mulheres Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. Brasília: Ministério das Mulheres, abr. 2024. 468 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/acesso-a-informacao/observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero/relatorio-anual-socioeconomico-da-mulher-raseam-1/ministeriodasmulheres-obrig-raseam-2024.pdf>; Acesso em: 03 jun. 2024.
- BRASIL. Sec. Esp Pol. mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres. Brasília, SPM, 2011.
- CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Morais. Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.
- SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Boletim Epidemiológico de Violência Contra Adolescente: maio. 2024. Rio das Ostras: Secretaria Municipal de Saúde, 2024a. Disponível em: <https://www.riodasostras.rj.gov.br/wp-content/uploads/2024/07/boletim-epidemiologico-6-violencia-contra-adolescente-2023.pdf>; Acesso em: 8 fev. 2025.

# **Reflexões para o trabalho com adolescentes - desafios contemporâneos para a construção de Respostas profissionais**

Juliana Gilio Guzzo | Bruno Ferreira Teixeira<sup>1</sup>

## **Introdução**

A socioeducação no Brasil é fruto de um percurso histórico marcado por rupturas e permanências. Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2006) consolidem o paradigma da proteção integral e reconheçam crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos, a prática nas unidades socioeducativas ainda se encontra permeada por resquícios da lógica punitivista herdada dos antigos Códigos de Menores. No Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (CRIAAD), em Macaé, essa contradição se evidencia na rotina e nos relatos dos adolescentes, revelando a distância entre a garantia legal e sua efetivação.

Nesse cenário, este projeto de extensão desenvolvido pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em parceria com o CRA e o CRIAAD, buscou colaborar com servidores da instituição e outros profissionais da rede, promovendo práticas interdisciplinares voltadas à defesa dos direitos e à qualificação do atendimento. Diante de limites institucionais e da prevalência de práticas punitivas, o projeto concentrou-se em atividades no CRA, por meio de oficinas, rodas de conversa e exibição de filmes, criando espaços de escuta e reflexão crítica.

## **Desenvolvimento**

A trajetória das políticas públicas voltadas à infância e adolescência no Brasil revela continuidades entre repressão e criminalização. Desde o Código de Mello Mattos (1927) e o Código de Menores (1979), crianças e adolescentes pobres eram tratados como “menores em situação irregular”, privados de liberdade sem garantias legais, reforçando a seletividade do sistema e a criminalização histórica da juventude negra e periférica.

O ECA (1990) representou uma ruptura parcial, ao instituir o paradigma da proteção integral e reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, garantindo o devido processo legal e a consideração da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Contudo, como aponta Silva (2005) e os próprios relatos de adolescentes, a lógica punitiva permanece presente, e a responsabilização frequentemente assume caráter sancionatório em detrimento do pedagógico.

---

1. Bolsista do Projeto de Extensão Reflexões para o trabalho com adolescentes - desafios contemporâneos para construção de respostas profissionais | Professor do RIR

O SINASE estabelece diretrizes para execução das medidas socioeducativas, especialmente no regime de semiliberdade, prevendo características residenciais e promoção da reintegração social. Na prática, entretanto, instituições como o CRIAAD evidenciam distanciamento dessas normas, com relatos de spray de pimenta e celas trancadas à noite. Dados do Levantamento Nacional do SINASE (2025) reforçam a seletividade estrutural do sistema: no Rio de Janeiro, 72% dos adolescentes em privação de liberdade são pretos ou pardos, enquanto índices educacionais revelam exclusão e distorção idade-série superiores a 50%.

Nesse contexto, as atividades do projeto no CRA — rodas de conversa, oficinas temáticas e exibição de filmes, como “Cabeça de Nêgo” — possibilitaram momentos de socialização, reflexão crítica e compartilhamento de experiências, conectando vivências individuais às contradições sociais mais amplas. Ainda que pontuais, essas ações aproximam-se do paradigma da proteção integral, demonstrando potencial de resistência à cultura institucional punitiva.

Além do trabalho direto com os adolescentes, foram realizados encontros mensais com as famílias, reconhecendo sua centralidade no cumprimento da medida socioeducativa. Um exemplo foi a reunião de setembro, com a participação da assistente social Sabrina, do CAPS Betinho, sobre “Saúde mental: cuidar de si para cuidar do outro”. Apesar da baixa adesão, o encontro possibilitou debates sobre o papel das famílias, limites entre liberdade e controle, e tensões entre concepções punitivas e pedagógicas, abrindo espaços para problematizar desigualdades, saúde mental e corresponsabilidade entre Estado, sociedade e família.

A experiência do projeto também evidenciou a universidade como ponte entre prática e produção de conhecimento. A participação em eventos acadêmicos e a produção do artigo “O Estatuto da Criança e do Adolescente, suas rupturas e permanências: a socioeducação entre a responsabilização e a punição”, a ser apresentado no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), mostram como a extensão alimenta a pesquisa, reforçando a importância do tripé ensino, pesquisa e extensão.

### **Considerações finais**

A experiência no CRIAAD evidenciou tanto os limites estruturais e institucionais da socioeducação, marcados por práticas de contenção e punição, quanto às potencialidades de iniciativas da universidade pública. Os espaços alternativos criados pelo projeto possibilitaram escuta, diálogo e reflexão crítica junto aos adolescentes, reafirmando a socioeducação como um processo educativo e emancipatório.

Mais do que diagnosticar falhas institucionais, a experiência evidencia a importância da extensão universitária como instância de resistência e produção de saberes em conjunto, comprometidos com os direitos humanos. A superação da lógica punitiva exige mudanças institucionais profundas, mas também pode ser tensionada por iniciativas que reforçam o paradigma da proteção integral, mostrando que mesmo estratégias pontuais podem contribuir significativamente para a construção de práticas socioeducativas transformadoras.

## **Referências**

- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Levantamento Nacional do SINASE 2025. Brasília: MDHC, 2025.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Brasília: MDHC, 2005.
- SILVA, Maria Liduína de Oliveira. O controle socio-penal dos adolescentes com processos judiciais em São Paulo: entre a proteção e a punição. 2005. 267 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

**Memórias, experiências e narrativas sobre atenção à saúde de adolescentes tecidas junto ao Núcleo de Atenção à Saúde do Adolescente (NASA), Rio das Ostras/RJ**

Hayda Alves | Andrea Araújo Viana | Flaviana Pereira Bastos Nascimento | Paula Martins Sirelli | Eris Luna Moreira Greggio<sup>1</sup>



Oficina de escrita narrativa em saúde com equipe do NASA, maio 2025. Acervo do Programa de Extensão

O Núcleo de Atenção à Saúde do Adolescente (NASA) foi criado em 2005 como um programa municipal de saúde em Rio das Ostras (RJ), com a missão de oferecer atenção integral à saúde de adolescentes de 10 a 19 ano com foco na promoção da saúde, prevenção de agravos e redução da morbimortalidade. Em 2008, passou a oferecer pré-natal especializado e multiprofissional, tornando-se referência no atendimento de adolescentes grávidas. Ao longo de sua trajetória, o NASA enfrentou desafios relacionados à falta de uma sede própria, rotatividade de profissionais da equipe, redução da sua capilaridade na atenção básica entre outras fragilidades relacionadas à oferta de serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (Alves et al., 2017; Silva, 2025). Contudo, ainda se mantém de forma contínua e integrada à rede local de saúde ao longo de quase 20 anos, registrando cerca de 450 atendimentos individuais mensais (Prefeitura Municipal de Rio das Ostras, 2025), além dos atendimentos coletivos e grupos educativos.

Na última década tornou-se um serviço mais especializado na atenção à saúde de adolescentes e se fortaleceu como referência para outros setores como educação, assistência social, entre outros equipamentos públicos comprometidos com os direitos de crianças e adolescentes - conforme plasmado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, lei 8.069 de 13 de julho de 1990).

---

1.Hayda Alves - Docente do RIR. Andrea Viana - Coordenadora do Núcleo de Atenção à Saúde de Adolescentes (NASA). Secretaria Municipal de Saúde de Rio das Ostras, RJ. Flaviana Bastos - Docente do RIR. Paula Sirelli - Docente do RIR. Eris Luna - Estudante de Produção Cultural

Além de sua relevância na atenção à saúde de adolescentes, o NASA possui importantes parcerias com a Universidade, sendo cenário de práticas de ensino, pesquisa e extensão para os Cursos de Enfermagem, Psicologia e Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, campus Rio das Ostras. Como resultado dessa colaboração há mais de uma década, está o Programa de Extensão “Adolescentes e jovens do interior do Rio de Janeiro: participação, direitos e saúde”. Este ano, o trabalho desta parceria vem sendo dedicado a produção de um livro comemorativo aos 20 anos do NASA, com manuscritos de trabalhadores e pesquisadores sobre a trajetória institucional do NASA e o relato de ações de pesquisa, ensino e extensão voltadas à saúde de adolescentes na atenção básica no município de Rio das Ostras.

## **Desenvolvimento**

A metodologia utilizada para este relato de experiência foi de caráter qualitativo, integrando estratégias participativas baseadas na educação popular em saúde (Cruz, 2018), na escrita narrativa (Cecon et. al., 2022) e em rodas de conversa (Sarreta et.al., 2022). Estas atividades foram desenvolvidas de maio a setembro de 2025, envolvendo docentes e discentes dos cursos de Enfermagem, Psicologia, Serviço Social e Produção Cultural. Como parte do percurso metodológico extensionista vale citar:

- Participação em uma oficina vinculada ao Programa denominada “Criar, coletivizar e produzir saberes em saúde: formação, vivências e práticas para a construção de oficinas de educação popular em projetos extensionistas”, a fim de qualificar ação extensionista a partir de metodologias ativas e participativas;
- Pactuação e desenvolvimentos de estratégias operacionais para produção do livro comemorativo dos 20 anos do NASA
- Oferta de uma oficina de escrita narrativa para trabalhadores do NASA baseada na educação popular em saúde e desenvolvida a partir de roda de conversa sobre as seguintes questões disparadoras: Por que produzir narrativas sobre saúde de adolescentes?

O desenvolvimento de metodologias ativas e participativas como parte das ações do Programa é fundamental para qualificar a equipe e possibilitar um trabalho mais integrado e dialógico entre todos participantes dos projetos que compõem o Programa extensionista. Assim, a dinâmica extensionista foi também um espaço formativo, participativo e interdisciplinar.

## Resultado e Discussão

As oficinas e encontros com trabalhadores do NASA para a elaboração do livro sobre saúde de adolescentes permitiu: conectar experiências individuais; partilhar aprendizagens; construir cenas ilustrativas do vivido; apresentar formas de resistência aos desafios cotidianos; ampliar a participação social; influenciar/cativar usuários/as, profissionais, gestores e outros trabalhadores; descolonizar o primado biologista da saúde; fortalecer vínculos; trazer à cena formas de sentir/pensar; desbravar novas noções/ideias dos fatos; construir a nós mesmo como parte de um mundo; potencializar a voz de diferentes grupos; apontar possibilidades de reconstrução de uma realidade, produzir conhecimento de forma dialógica; ampliar a compreensão do mundo; articular experiências de maneira significativa; reparar a exclusão de grupos historicamente silenciados. Esta atividade demonstrou o vigor de formas de escrita não acadêmicas, mas nem por isso, anti acadêmicas para produzir reflexões no campo da saúde coletiva (Cecon et al., 2022).

Sobre a organização do livro comemorativo dos 20 anos do NASA, conseguimos mobilizar 46 autores e coautores que submeteram 31 manuscritos com múltiplos formatos: relatos, poesias, artigos, cartas, desenhos e fotografias. A produção foi organizada em duas seções principais: a primeira composta por manuscritos de profissionais de saúde vinculados ao NASA, incluindo servidores e ex-servidores e um adolescente usuário do NASA; a segunda é composta por textos mais acadêmicos, multiprofissionais e de pesquisadores/parceiros do NASA. A experiência envolve construção colaborativa e a valorização de múltiplas linguagens, fortalecendo o caráter participativo da iniciativa.

O processo revelou tanto potencialidades quanto desafios. Entre os pontos fortes destacam-se: a pluralidade de vozes envolvidas, a valorização da memória institucional e a ampliação da visibilidade do trabalho realizado pelo NASA. Como desafios, identificaram-se: dificuldade de mobilizar alguns autores, a limitação de recursos para a produção do livro e a necessidade de maior articulação intersetorial e diálogo em torno da saúde de adolescentes, ao invés apenas de rotular e/ou estigmatizar os/as adolescentes (Martins et al., 2019; Alves et al., 2017).

## Conclusão

A construção coletiva do livro comemorativo aos 20 anos do NASA evidenciou a força da extensão universitária como espaço de produção de saberes, memória e reflexão crítica. A experiência fortalece a articulação entre a universidade e serviços públicos de saúde, favorecendo a valorização de pautas importantes à saúde de adolescentes em Rio das Ostras, bem como, ampliando a visibilidade das contribuições da extensão universitária no município. Além da sistematização de práticas e memórias relacionadas à atenção à saúde de adolescentes em Rio das Ostras, a produção do livro demonstra a força da aliança entre a escrita narrativa e a escrita científica, entre profissionais do NASA e pesquisadores, a fim de gerar reflexões, partilha e diálogo.

## **Referências**

- ALVES, H.; SILVA BRITO, I.; RODRIGUES DA SILVA, T.; ARAÚJO, A. V.; ANDRADE SANTOS, R. C. Gravidez na adolescência e co-planeamento local: uma abordagem diagnóstica a partir do modelo PRECEDE-PROCEED. Referência – Revista de Enfermagem, v. IV, n. 12, p. 35-44, 2017.

BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências. At [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm) Acessado em 07/03/2019. Acessado em 07/03/2019.

» [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)

CECCON RF, GARCIA-JR CAS, DALLMANN JMA, PORTES VDM. Narrativas em Saúde Coletiva: memória, método e discurso. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2022.

CRUZ, P.S.C. (org.). Educação popular em saúde: desafios atuais. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2018.

MARTINS, A. P.; LIMA, G. S.; SOARES, M. C. A saúde de adolescentes na atenção básica: desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Saúde Coletiva, v. 24, n. 8, p. 2957-2966, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS. Núcleo de Atenção à Saúde do Adolescente tem trabalho especializado. Disponível em <https://www.riodasostras.rj.gov.br/nucleo-de-atencao-a-saude-do-adolescente-promove-trabalho-especializado/>. Acesso 08 set 2025.

SARRETA, F. DE O. et al. A construção da interdisciplinaridade na saúde: a experiência das rodas de conversas na pandemia. Saúde em Debate, v. 46, n. spe6, p. 207–216, 2022.

SILVA, I. P. V. da. Análise da trajetória institucional de um programa municipal de atenção à saúde de adolescentes. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, RJ, 2025.



Capa do livro do NASA. Produto extensionista. Acervo do Projeto de Extensão.

## A adolescência em suas diferentes formas

Ana Caroline Pereira dos Santos | Julia Souza e Silva Dantas | Ludmila Ignácio Peçanha |  
Rayssa Rocha Soares<sup>1</sup>

O termo “adolescências”, no plural, reconhece que não há uma única forma de viver essa fase da vida, mas várias, marcadas por diferentes contextos sociais, culturais, econômicos e familiares. Cada adolescente vivencia esse período de modo singular, influenciado por fatores como classe social, gênero, raça e território. Falar em “adolescências” é valorizar suas diversidades e romper com visões estereotipadas, compreendendo que os adolescentes são sujeitos de direitos, com opiniões, necessidades e desejos próprios.

Mais do que enxergá-los como o futuro, é preciso reconhecê-los como parte do presente, com voz e participação ativa na sociedade. Criar espaços de escuta e acolhimento, onde possam se expressar e ser valorizados, fortalecer sua autoestima, autonomia e senso de pertencimento. É fundamental promover ambientes seguros e empáticos que estimulem o diálogo, o respeito e a valorização das diferentes formas de ser e existir na adolescência. Os projetos de extensão podem ser um desses espaços!

### A extensão nas adolescências

Nesse contexto, os projetos de extensão direcionados às/-aos adolescentes adquirem relevância significativa. Eles constituem espaços tangíveis de diálogo e trocas de conhecimentos, nos quais o saber acadêmico se une às experiências desse grupo. Por meio dessas ações, a universidade ultrapassa suas barreiras institucionais e se conecta com a realidade social, promovendo a formação de cidadãos críticos e engajados, enquanto ouve e valoriza as diversas expressões dos adolescentes.

Atualmente no campus de Rio das Ostras, existem três projetos de extensão voltados para o trabalho com adolescentes: Reflexões para o trabalho com adolescentes: desafios contemporâneos para a construção de respostas profissionais, coordenado pelo professor Bruno, o projeto DISCA – Diálogos sobre cuidado e autoproteção: combatendo a violência contra mulheres junto a adolescentes e jovens de Rio das Ostras e região, coordenado pela professora Paula Sirelli e o projeto Agir em Saúde: participação, direitos e educação popular com adolescentes e jovens, coordenado pela professora Gabrielle Ferreira.

---

1. Estudantes de Oficina de Extensão I. Texto elaborado sob a supervisão da professora Susana Maia

De um lado, adolescentes marcados por medo e incertezas; do outro, famílias perdidas tentando entender onde tudo desandou. No meio desse caminho, um grupo de profissionais e estudantes decidiu escutar o que há por trás dessas histórias. Assim nasceu o projeto “Reflexões para o trabalho com adolescentes: desafios contemporâneos para a construção de respostas profissionais”, desenvolvido em parceria com o Centro de Referência do Adolescente (CRA) e o Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (CRIAAD), em Macaé.

Criado a partir de uma demanda do CRA, o projeto se tornou um espaço de encontro e escuta. Por meio de rodas de conversa, busca resgatar laços e promover o cuidado. Já realizou ações com adolescentes trans, agentes comunitários e, durante a pandemia, acompanhou as condições de vida dos jovens. Atualmente, o foco está nos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no CRIAAD, onde ainda pesa a lógica da punição e da exclusão.

Mesmo com os obstáculos, a equipe acredita ser possível transformar realidades onde antes havia apenas punição. A socioeducação acontece aos poucos, como um trabalho de formiguinha. Atuar com adolescentes em conflito com a lei é enfrentar o preconceito e o estigma, já que muitos só acessam direitos básicos como educação e saúde após entrarem no sistema. “Muita gente ainda vê o adolescente em conflito com a lei como uma ‘sementinha do mal’, e esse é um discurso perigoso”, alerta o entrevistado Bruno Ferreira.

O impacto também alcança os estudantes universitários, que vivenciam na prática a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, pilares da formação acadêmica. O futuro do projeto aponta para novas possibilidades: a equipe pretende levar as atividades ao CREAS, ampliando o trabalho com adolescentes em medidas socioeducativas em meio aberto e permitindo um acompanhamento mais contínuo das famílias e dos jovens.

## **DISCANDO para conscientizar**

Em 2023, durante uma atividade no Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM), em Macaé, foi debatido pelos profissionais o aumento significativo nas demandas envolvendo a violência contra as mulheres. Dessa percepção nasceu o DISCA, um projeto que une ensino, pesquisa e extensão para discutir o tema com adolescentes dentro das escolas. A proposta surgiu junto ao Programa de Extensão Adolescentes e Jovens do Interior do Rio de Janeiro, com o objetivo de ajudar adolescentes a reconhecer situações de violência - seja sofrendo ou reproduzindo - e refletir sobre novas formas de convivência.

As oficinas partem de histórias curtas que despertam identificação e convidam à reflexão. As bolsistas, por estarem mais próximas em idade, criam pontes e ajudam a tornar o ambiente acolhedor e seguro. O projeto também fortalece a rede de proteção, contando com a parceria do NASA, do CEAM, do Ambulatório de Saúde Mental e do SIC nessa construção coletiva. Durante as atividades, surgem reflexões profundas em alguns grupos, por exemplo, adolescentes mencionaram o tráfico como alternativa para resolver casos de violência, o que acende um alerta sobre a importância de políticas públicas mais efetivas.

"Isso é muito preocupante. Nossa esforço aqui não é só ajudar a identificar situações de violência, mas também mostrar que existem caminhos, que há serviços públicos, gratuitos e estatais as/os quais eles podem recorrer." Relatou a entrevistada Paula Sirelli.

Por isso, o DISCA também atua fora das escolas, participando de conferências e debates sobre o enfrentamento à violência de gênero na cidade. O futuro do projeto ainda está sendo desenhado, mas uma certeza permanece: é preciso continuar falando sobre o tema. O DISCA mostra que discutir violência é também falar sobre escuta, cuidado e transformação, e que mudar o mundo pode começar com uma simples conversa.

### **Agir na Adolescência**



Foto: arquivo pessoal / ProjetoDISCA.

O projeto "Agir em Saúde: participação, direitos e educação popular com adolescentes e jovens", coordenado pela professora Gabrielle Gomes Ferreira, é uma ação extensionista da UFF que desenvolve oficinas de educação popular em saúde voltadas para adolescentes e jovens. Por meio de atividades que estimulam intervenções, diálogos e reflexões críticas, o projeto busca trabalhar a temática da saúde mental de forma acessível e acolhedora. Seu objetivo central é contribuir para a prevenção do adoecimento e do sofrimento psíquico entre adolescentes e jovens de Rio das Ostras e região. Ao aproximar universidade, território e comunidade, o projeto reforça a importância de espaços participativos que promovam cuidado, escuta e fortalecimento dos direitos sociais desse grupo.

Além disso, o projeto se destaca por seu caráter interdisciplinar, reunindo docentes e estudantes dos cursos de Serviço Social, Psicologia e Enfermagem. Essa composição amplia as possibilidades de leitura das realidades e fortalece a construção de práticas integradas no território. As atividades são planejadas de forma coletiva, participativa e colaborativa, valorizando saberes diversos e promovendo ações de cuidado que dialogam diretamente com as demandas da rede municipal de serviços.

### **Extensão que transforma**



Integrantes do projeto DISCA. Foto: arquivo pessoal / Projeto DISCA.

É possível perceber a demanda recorrente por projetos que acolham, inspiram e compartilhem conhecimentos com os/as adolescentes de uma maneira que possibilite a construção de uma comunicação recíproca. Os projetos citados têm sido exemplo de como alcançar adolescentes por meio de suas próprias vivências, respeitando suas particularidades a fim de conseguir mudanças em seus cotidianos e na realidade social. Assim, preparando os/as adolescentes para lidar com o mundo através de uma visão crítica e se tornarem cidadãos ativos que possam dar continuidade às ações transformadoras da sociedade.

Além disso, esse movimento só se fortalece graças à extensão universitária, que leva o conhecimento para fora dos muros da faculdade e coloca a comunidade como parte ativa do processo educativo. A extensão cria pontes: aproxima estudantes, professores e a população, permitindo que saberes acadêmicos encontrem as necessidades reais do território. Com isso, os projetos ganham vida, se tornam mais humanos e conseguem gerar impacto direto na formação universitária e na construção de práticas sociais mais justas e participativas.

### **Referências**

SIRELLI, Paula Martins; GOUVEIA, Monique Rangel Do Carmo; PIRES, Daniella Lina Gomes Moraes (Orgs.). Adolescentes e adolescências: Reflexões e contribuições para o trabalho junto a estes sujeitos [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

# Mural extensionista



A extensão universitária é feita por muitos/as sujeitos/as: docentes, discentes, técnicos-administrativos, público participantes direto da extensão - moradores de bairros, quilombolas, trabalhadores, agricultores, profissionais diversos, trabalhadores terceirizados da educação. Sem os trabalhadores terceirizados: motoristas, seguranças, trabalhadores dos serviços gerais e tantos outros/outras que estão dentro das universidades e asseguram que as atividades acadêmicas ocorram, bem como a nossa saída e retorno dos territórios, não haveria extensão.

Este mural extensionista é uma singela homenagem/femenagem a estes trabalhadores e parcerias dentro e fora da UFF de Rio das Ostras.





# Marlucia Soares

## Malu, por ela mesma:

"Eu Marlucia Soares, cidadã aldeense, casada e realizada comigo mesma. Comecei a trabalhar em casa de família aos nove anos de idade, perdendo toda minha infância e adolescência, mas já apaixonada pelo processo criativo da Costura, da moda e produção de eventos culturais que, em tempos e contratempos, busquei trilhar o caminho. Na juventude fiz parte da produtora de teatro, cinema e vídeos (WR Produções), alvo acertado que me levou a cursar anos mais tarde, já adulta o curso de Produção Cultural na Universidade Federal Fluminense (UFF), onde recebi o apelido carinhoso de gambiarra porque dava jeito em tudo. Hoje sou Produtora Cultural, artesã, estilista, costureira, dedicada a tudo que me proponho a fazer com responsabilidade, excelência e carinho"

Frase da vida: "minha melhor versão sou eu sendo eu mesma"

## Por: Rai Soares

Malu, como carinhosamente a conhecemos na UFF de Rio das Ostras é uma das companheiras e parceiras na construção de uma pauta antirracista dentro deste Campus, principalmente a partir do evento Semana da Cultura Afro realizada desde 2011. Foi Malu que idealizou e nos propôs a realização de um desfile Afro, dentro da programação da primeira Semana da Cultura Afro-Brasileira e de lá pra cá tornou-se obrigatório. Não se tratava apenas de um desfile, mas da reafirmação da identidade, da beleza e da moda em uma perspectiva afro-brasileira de resistência. A partir do desfile Afro vimos muitas/os/es estudantes negres perderem o medo e a vergonha de mostrarem o quanto são bonitas/os/es e muitas/os/es outras/os/es se descobrirem bonitas/os/es, como figura em depoimentos dados ao projeto de extensão que organiza a Semana Afro. Malu foi e é ousada nas escolhas das temáticas dos desfiles, porque ela sabe que sem ousadia, nós mulheres negras, caminhamos pouco. Ela já levou a dança dos Orixás para o “palco” do seu desfile, femenagem a Mariele Franco, formas de vestir e produzir moda contracolonial e tantas outras ousadias que nos fazem reconhecer a moda como resistência cultural e estética e, sobretudo, a universidade como espaço que pode e deve ser ocupado por corpos negres, indígenas e quilombolas.

Malu graduou-se em Produção Cultural pela UFF, mas continua contribuindo conosco na realização da Semana Afro. Sem o desfile Afro, nossa programação não é a mesma. Obrigada Malu por fazer da universidade um espaço menos hostil a nossos corpos, nossa cultura, nossa estética e nossa moda.



# Joselito Mendes

Por: Jéssica Oliveira Monteiro  
Egressa do Curso de Serviço Social



Grande!!!

Recordo até hoje com muita nitidez, o dia em que fui apresentada ao Joselito na UFF de Rio das Ostras. O ano era 2010. Eu era estudante de Serviço Social, bolsista de extensão de projetos com movimentos populares da região. Com sorrisão no rosto e simpatia de sobra, quando disse o meu nome, ele disse que também era o nome de uma das suas filhas. Bingo!

O tempo passou e minha formação profissional nesta amada casa sempre foi mediatisada por vivências que Joselito nos conduziu. Mas é preciso dizer uma coisa: Joselito não apenas cumpre seu papel técnico de dirigir aos locais de atividades. Faz isso com maestria, sem dúvidas, mas vai muito além: transita nossas vidas à experiências formativas que transformam nosso modo de sentir e de estar no mundo e isso começa pela forma acolhedora e dialógica que nos oferece, na profunda compreensão dos perrengues que a estudantada passa, na relação parceira que estabelece com as pessoas e com os movimentos. Isso é ser educador e nesse sentido, Joselito também é professor. Nosso querido professor Joselito! Que nos dá aulas de itinerários, de solidariedade, amorosidade, de relações coletivas, de história de vida, de resistências, de lutas, de ser exemplo de um grande profissional e de uma grande figura humana. Ressalto uma admiração tremenda pelo ofício de ser motorista, é uma arte e uma responsabilidade tão grande... deveria ser muito mais valorizado, em todos os sentidos! Joselito é trabalhador e sempre se coloca a serviço dos trabalhadores, brilhantemente. A universidade deveria reconhecer como mestre pessoas como Joselito. Que a universidade se pinte de Joselitos! Obrigada por tanto!



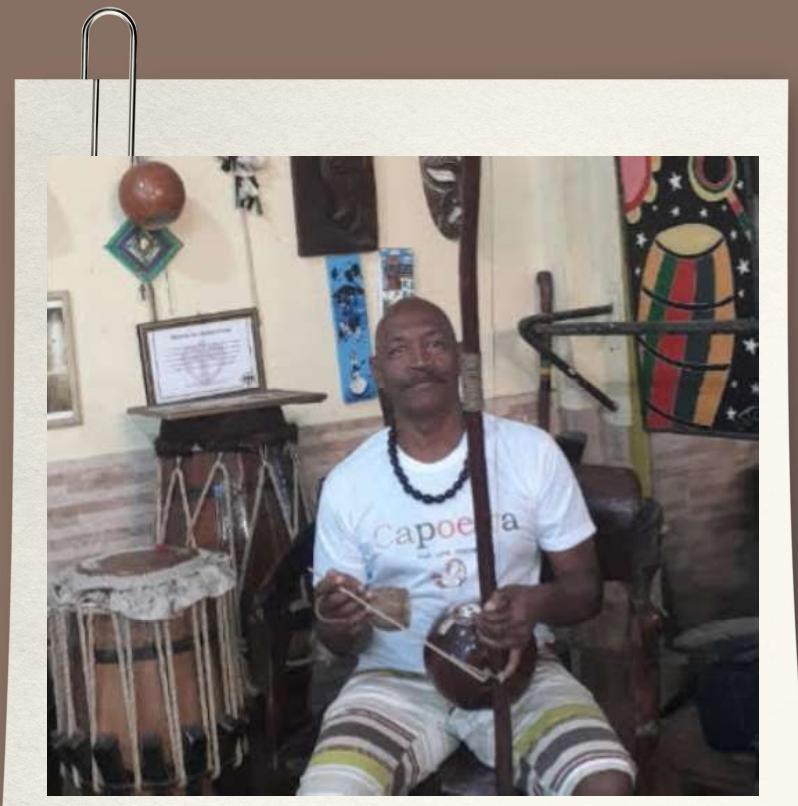
# Mestre Dengo

## Mestre Dengo, por ele mesmo:

"Comecei a treinar na década de 1970, no ano de 1972 com Mestre Levi, de Duque de Caxias. Na época, ele não era Mestre e morava em Macaé, mas tinha um conhecimento da arte. Com ele aprendi os primeiros passos e desde esse tempo nunca mais parei. Sou Mestre formado praticamente há 50 anos, praticando e ensinando a capoeira; já viajei por vários estados e capitais brasileiras sempre em busca de novos conhecimentos. Tive a oportunidade de ir à Europa, na França, através da capoeira. Sou presidente e fundador da Associação de Capoeira Raízes de Aruanda de Macaé, fundada em 10 de julho de 1999. Realizamos grandes encontros culturais, a cultura afrobrasileira é muito rica e nos proporciona um mundo de possibilidades, hoje o Raízes de Aruanda foi aprovado o ponto de Cultura. Aguardamos por dias melhores!"

## Por: Edson Teixeira

Manoel da Cruz Vieira, Mestre Dengo, como é mais conhecido, reúne muitos saberes numa só existência. É Mestre de Capoeira e desde cedo sacou que Macaé era uma cidade que segregava a cultura afrobrasileira, como destratou a cultura indígena. O menino que gingava nas ondas do rádio, começou a gingar nas praias, nas rodas de outros mestres e achou seu espaço para aprender e ensinar. Formou vários mestres, crianças e jovens. As gingas da capoeira também o ensinaram a driblar as adversidades da vida, sempre com aquele sorriso contagiate e inspirador. Dessa alegria foram surgindo pontos de jongo, rodas de conversa, tambores, berimbau, artesanatos, fotos, documentos, cultos ancestrais, teatro, dança, samba, choro, coco, feijoada e tantas outras manifestações culturais que colocam a Associação de Capoeira Raízes de Aruanda, de Macaé, como um espaço de resistência e reexistência, Ponto de Cultura reconhecido, merecidamente. Se você tiver dúvida, se acheme lá: será muito bem recebido. Mas se prepare para energia que circula, pois é proibido ficar triste, e é imperativo entender que brota no ar um sentimento de antirracismo que não se aprende, e nem se apreende, nos espaços de poder da branquitude; pois ali acontece a práxis de corpos negros e negras em sintonia ancestral, ali acontece o aquilombamento regido por uma epistemologia que implode as barreiras impostas a esses corpos. É nesse quilombo, que não é fechado, que as Raízes de Aruanda nos inspiram. Inspirado em Karucango, lá está o menino que gingava nas ondas do rádio, agora Mestre dos mestres gingando nas ondas intermináveis da cultura e da arte: Axé Mestre Dengo!





# Aparecida Conceição Oliveira - Cida

*"Tenho como lutar pelo que eu quero e posso mudar a minha história"*

Por Hayda Alves:  
uma conversa com Cida,  
parceira na extensão popular  
universitária!

Ela desperta ao raiar do dia assim como tantas outras agricultoras que embalam sua rotina com o nascer do sol e a lida na terra. Cida limpa as mãos após colher uma jaca para o preparo de quietudes e de outras maravilhas. Nesse momento ela para, e generosamente nos cede um dedinho de prosa sobre a sua vida.

Não podemos demorar muito, porque está tudo combinado com Denise, a amiga agricultora que dá carona e outras vezes leva os produtos da Cida para a feira agroecológica. Há uma variedade de itens em sua barraca: escondidinho de carne de jaca e de umbigo de banana, empadão de ora-pro-nobis, pão e bolo de aipim, além de polpas de frutas diversas, folhas e temperos. Também prepara escaldá pés e travesseirinhos de ervas para conforto, cuidado e descanso. Cida produz ainda a "pomada milagrosa", um remédio natural à base de plantas e ervas do seu quintal. E sem falar no famoso sabão granulado de mamão verde e no sabão de barra, feitos com óleo reciclado, sem conservantes e biodegradáveis. É uma vida corrida, mas uma vida feliz, como ela sempre diz: "É a vida que eu escolhi"!

Aparecida Conceição de Oliveira, Cida, é uma mulher negra de 58 anos, filha de agricultores e nascida "de parteira". Sempre viveu na roça com os avós também agricultores que trabalhavam para fazendeiros no norte fluminense, nas cercanias do município de Macaé. Também viveu uma parte da infância em Iguaçu Velho (território da cidade de Nova Iguaçu na baixada fluminense), uma localidade com expressão econômica no período colonial escravista e que, mesmo a após a abolição continuou a ondas de migração de pessoas negras para trabalhar nos grandes engenhos e fazendas de lá, o mesmo movimento como atraiu os pais de Cida nos anos 1970.



Cida ensinando a preparar xampu natural a base de ervas para eliminar piolho. 2025. atividade de parceria do projeto “Semente Agroecologia” com a Estratégia de Saúde da Família do Âncora. Acervo do Projeto de Extensão.

Mas lá a vida era difícil para o estudo, como também sempre foi para o trabalho. Assim a mãe de Cida decidiu vir para o município de Macaé já no início dos anos 1980. Neste período a família se mudou para o bairro Malvinas “quando lá ainda era roça, trilha de boi, fazenda com porteira fechada!”. Naqueles anos houve um grande movimento de ocupação na região das Malvinas e os pais de Cida cercaram uma área para construir a casa que a família viveu. “Era uma região de mangue!”. Mas “precisa continuar os estudos” - dizia a Mãe de Cida. Com sete anos, a menina passou a incluir em sua rotina uma caminhada de cerca de 3km até a chegar no bairro Botafogo de Macaé para estudar na Escola Municipal Nosso Senhor dos Passos, “logo após a linha do trem”, lembra Cida. Estudou lá dos 10 aos 14 anos, parando seus estudos na sétima série, quando foi trabalhar de doméstica.

Na juventude, Cida se casou e viveu com companheiro em uma casinha no lote dos pais nas Malvinas até 1988. Em seguida, vendeu a casa e veio para o município de Casimiro de Abreu, porque ela “sonhava em morar um lugar sem o sacrifício da água potável!”. De 1990 a 2012 morou no distrito de Rio Dourado com seu companheiro e os filhos, em uma área rural hoje urbanizada. Cida foi mãe de duas crianças, sendo que o filho Pablo faleceu em um acidente de moto aos 19 anos. De Rio Dourado foi morar no Visconde, no assentamento Manuel Barbosa, conhecido como Visconde, com o genro e “a filha mais nova, Pâmela, que trouxe ao mundo 3 lindos netos!”

Dos avós, Cida herdou o cuidado com a terra, mas também a força de lutar por ela, diz: "já estava no sangue brigar por uma terra! Nesta caminhada, sua Mãe a ensinou a importância do movimento social. Cida lembra que a Mãe entrou no movimento de luta pela terra no Embu, quando aprenderam a "luta pela reforma agrária" e pela alimentação saudável. Acompanhando a Mãe em viagens e manifestações no RJ, foi aprendendo, mas isso ficou adormecido por um tempo, porque precisa criar os filhos. Com o passar do tempo e na primeira oportunidade que teve, Cida retomou à luta, ela diz: "achei que tinha que lutar!". Assim Cida retorna ao movimento em 2003 pelo acampamento Atalaia filiado a FETAG-RJ [FETAG-RJ é a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Estado do Rio de Janeiro]. Mas também tinham aproximação com outros movimentos, como o MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra], a Contag [Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura] e o MLT [Movimento de Luta pela Terra].

Cida acampou com o ex-companheiro por 4 meses na região do Atalaia. Saiu do acampamento com a "certeza que deveria continuar na luta". Em 2006, as famílias do acampamento Atalaia foram divididas, algumas, como Cida, foram para as terras da Fazenda Três Marias, também na região. De lá, foi assentada no Visconde via FETAG-RJ, onde vive há 14 anos. As famílias do Visconde possuem a titulação provisória da terra, ainda que o Assentamento exista há 24 anos.

Conduzida por sua força ancestral, convencida pela necessidade e desejo de pelo acesso a direitos, Cida se aproximou ainda mais do movimento social. Sua formação como liderança veio da aproximação com o movimento de agroecologia e de mulheres agricultoras. Em 2013 participou no Visconde de uma reunião na Associação, sobre o movimento de mulheres via Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro. "Tinha um grupo de pessoas que ia de roça em roça levando a gente pra participar! A partir do Jaime a Simone que fizeram o primeiro contato, Cida foi se "inserindo na Articulação de Agroecologia, mas ainda não havia o GT Mulheres [Grupo de Trabalho].

Essa trajetória foi importante para mim conhecer, para eu me soltar, mas ouvia muito e falava pouco! Tinha medo de falar não falar as coisas certas. Achava que quando você não sabe é melhor não falar! Mas quando você vê, está inserida em um grupo e as pessoas te dão oportunidade, aí fui obrigada a falar.

E Cida foi "começando a se soltar". Nos anos de 2013, 2014 Cida ingressa no movimento de agroecologia e se aproximou do INCID [Instituto de Segurança, Cidadania e Desenvolvimento], a partir de um projeto chamado "Vida Segura das Mulheres". O objetivo era um "estudo do que a área rural precisava. Saneamento? Fossa séptica? Tinha tarefas, e no meu caso, era trabalhar com as mulheres" - Diz Cida.

Ela então, precisava “convidar as mulheres, saber o que estavam passando e como poderia agir para os problemas que elas enfrentavam. Teve uma carga de responsabilidade e aprendizagem muito grande!” - avalia Cida.

Por meio do INCID, Cida acabou viajando mais para o Rio de Janeiro e conheceu o GT Mulheres da Articulação de Agroecologia do RJ em 2017. “Daí veio as viagens, o trabalho e mais aprendizado. E foi viajando que a Cida foi aprendendo a falar!”

Cida permanece no GT Mulheres da Articulação de Agroecologia do RJ até hoje, agora um liderança com a tarefa de tear, ou seja, “trazer do centro da teia para a ponta, para cada antena poder formar seu grupo no seu território”. Ela se ocupa de ajudar na formação de “antenas para o trabalho nos seus territórios, com o coletivo Andorinhas, por exemplo. O pessoal do Osvaldo, algumas mulheres de Cabo Frio, Araruama, o pessoal de Silva Jardim. E assim, “hoje o grupo está caminhando, conseguindo fundos por meio de editais, inserindo jovens, as meninas. Algumas mulheres mais velhas vão perdendo a mobilidade e a força, mas as mais jovens precisam assumir! Cida completa:

Eu aprendi que eu não era uma mulher que tinha poder e força sozinha, mas tenho como lutar pelo o que eu quero e posso mudar minha história. E parte dela está junto com esses avanços, essa conquistas. Continuo na luta, nos grupos e vejo isso como aprendizado. A gente aprende tanto quando a gente tá em grupo!

Das seis ou sete que estava no GT Mulheres da Articulação de Agroecologia do RJ em 2017, “hoje são mais de 60 mulheres, tem mulherada na Serramar toda, no Sana, cidades da Região dos Lagos, Silva Jardim, Rio das Ostras e Macaé. Envolve mulheres do campo e da cidade!” Hoje Cida reflete que caminhou muito no aprendizado do trabalho com os movimentos, mas a pedagogia do trabalho coletivo, comunitário e feminino foi iniciada com a avó e a mãe agricultoras. “Aprendeu desde pequena que uma família de agricultores precisa morar junto, estar juntos e ensinar juntos”. Inclusive, foi com a avó que aprendeu a fazer sabão cozido com cinza coada no fogo a lenha. Quando se inseriu nos grupos aprimorou esses saberes a partir do aprendizado com a mulherada, podendo exercitar o que aprendeu desde os tempos de roça com a avó.

Lembra:

Minha avó juntava a cinza do “borralho”, botava dentro de uma meia moringa quebrada. Ela usava aquela vasilha com água para ir pingado dentro da moringa, levava para o fogo com fubá, gordura e cozinhava para fazer sabão. E tinha o sabão fruto de uma árvore que “sabão de soldado” que espuma. Ela levava dias cozinhando, menina! E juntava também o sebo dos animais, ferventava e usava também. Aí com os grupos eu aprendi a fazer o sabão e com a base neutra para os sabonetes e xampus. O sabão de mamão verde, aprendi em uma vivência em Bolo Horizonte em 2018, com a mulhereada da zona da mata. Mas a receita tinha alguns componentes químicos que eu fui tirando e aprimorando, tentando fazer sempre o mais natural.



Cida é uma mestra do saber popular que generosamente partilha tanto no espaço da militância, da universidade e nos serviços de saúde quando convidada a ensinar fazer sabão e xampu natural, como as oficinas que realizou na creche do bairro Âncora em parceria com a Estratégia de Saúde da Família[1].

Falar sobre a Cida é falar sobre várias mulheres! Por isso a homenageamos como mulher negra, camponesa, militante na defesa da agroecologia, da agricultura familiar e das mulheres. Uma mulher que nos ensina sobre cuidado e defesa da vida!

---

[1] Vide: Oficina ensina a preparar xampu e sabonetes naturais. Disponível em: <https://www.riodasostras.rj.gov.br/rio-das-ostras-em-parceria-com-a-uff-realiza-oficina-de-preparo-de-xampu-e-sabonetes/>. Acesso em 11 nov 2025. Experiências também descrita em artigo: Alves, H., Tota, R. de S. B., Monteiro, J. S., & Viana, A. A. (2025). Educação popular em saúde e cuidado à saúde da criança na atenção primária. Revista De Enfermagem Da UFJF, 11(1). <https://doi.org/10.34019/2446-5739.2025.v11.41520>

# Femenagem



**Aline, presente!**

Aline Nascimento in memória



**Jessica Oliveira, Aline Nascimento, Eloá Rezende, Elson Hoyos e Dayse Oliveria, 2014. Acervo Katia Marro.**

Registros de setembro de 2014, no PDS Osvaldo de Oliveira, comemorando o aniversário do assentamento que celebrava a data da ocupação da antiga fazenda. É o primeiro ano de celebração dessa data na condição de assentamento da reforma agrária, já que o título de posse é de fevereiro desse mesmo ano. Jessica Oliveira, Aline Nascimento, Eloá Rezende, Elson Hoyos e Dayse Oliveria, na época estudantes, celebram com alegria esse dia de conquista. Dayse tocou na flauta transversa, Admirável Gado Novo, enquanto Elson, Jessica e Aline, colocavam lenços vermelhos para o homenagear o MST. Jessica, Aline, Elson e Dayse foram bolsistas, dos projetos de extensão vinculados a este movimento. Eloá foi bolsista do projeto da Semana de cultura afro, indígena e quilombola. Essa foto retrata a felicidade e alegria de uma formação universitária que se alimenta de saberes e trocas junto às lutas sociais do povo brasileiro (Texto de Kátia Marro).

"Como muitas, ao ingressar na Universidade Federal Fluminense, campus Rio das Ostras, Aline deixou de si e carregou muito da transformação que é viver a universidade. Não uma universidade restrita às salas de aula, às notas e ao diploma, mas um espaço vivo, que pulsa em suas lutas, produz saberes e ciência, e extrapola os muros, invadindo e se misturando com a comunidade. Uma universidade que realiza, talvez, o seu grande ato: exercer a função social.

Vinda de outro município, com uma história a carregar, teve seu primeiro contato com um projeto de extensão logo nos primeiros períodos, junto aos assentamentos do MST. Posso dizer — eu, que vos falo — que foi um processo de transformação a olhos nus.

Uma práxis educadora: estar fora do dito templo do saber, pisar no chão e compreender as contradições, desafios e possibilidades a partir da realidade concreta de mulheres e suas famílias na luta pela reforma agrária e por outra sociedade — definida por outros marcos que não sejam a desigualdade, a exploração e a opressão.

Enérgica e questionadora, procurou entender por que ainda hoje a extensão é considerada o "patinho feio da universidade"; por que o ensino e, principalmente, a pesquisa são tão mais valorizados — em prestígio e em verbas — do que a extensão. Sendo que são justamente os projetos extensionistas que, de forma privilegiada, devolvem à sociedade o conhecimento que é socialmente produzido.

E, nesse ato freiriano de deixar um pouco e carregar, Aline desenhou sua trajetória acadêmica e profissional. De aluna bolsista extensionista, fez desse momento a base de reflexão para sua conclusão de curso; e desses aprendizados carregou muito para sua trajetória pessoal e profissional. Retribuiu à sociedade o que nela foi investido, esteve na linha de frente para que a universidade se pinte de povo; e construiu, com ética e compromisso, sua caminhada — enquanto, e não apenas como, assistente social.

Este texto, mesmo que breve, é uma homenagem não apenas à sua trajetória extensionista, mas, principalmente, à sua bravura de mulher que se deixou tocar e transformar. Despindo-se de preconceitos, revestiu-se da coragem necessária para mostrar que o ser humano está em constante construção. Na universidade, propôs e defendeu uma educação fruto do encontro transformador entre saberes, pessoas e territórios — uma educação que tem como norte o compromisso social. Na vida, acolhendo-nos, pondo-nos no colo, ensinou - com força, sensibilidade e amor - que podemos fazer diferente para o outro". (Texto de Carol Cantuária).

**Apoio:**

Curso de Serviço Social/ Rio das Ostras (UFF)  
Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras - RIR/UFF  
NEABI  
NEA-CHAIA